

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
UFC/UNILAB
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS EXPERIÊNCIAS DE MUDANÇA
NOS INTERIORES DO BRASIL: O CASO DE ACARAPE E REDENÇÃO

NUMNA TÉ (aluno)

RAFAEL ANTUNES ALMEIDA (orientador)

REDENÇÃO

2021

NUMNA TÉ

A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS EXPERIÊNCIAS DE MUDANÇA
NOS INTERIORES DO BRASIL: O CASO DE ACARAPE E REDENÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto/Departamento das ciências Humanas/Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do Título Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Rafael Antunes Almeida

REDENÇÃO

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Té, Numna.

T245i

A interiorização do ensino superior e as experiências de mudança nos interiores do Brasil: o caaso de Acarape e Redenção / Numna Té.
- Redenção, 2021.
114f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Antropologia, Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida.

1. Ensino superior - Aspectos sociais - Ceará. 2. Educação e Estado - Ceará. 3. Desenvolvimento econômico - Efeito da educação.
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 378.8131

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida
Presidente



Participação por Videoconferência
Profª. Dra. Jacqueline Britto Pólvara
Examinadora Interna ao Programa



Prof. Dr. Kleyton Rattes Gonçalves
Examinador Interno ao Programa



Participação por Videoconferência
Profª. Dra. Daniele Ellery Mourão
Examinadora Externa ao Programa

Aprovado em: 05 / 02 / 2021.

DEDICAÇÃO

Dedico esta dissertação especialmente em memória da minha mãe LINDA CÁ, N'pel Cá e minha filha LINDA ALVES TÉ e minha esposa Joseane Alves Souza. Para meu tio Augusto Lima, para minha tia Victória Cá, para meus irmãos/ãs Mendonça Quebé Té, Ivanira Quebé Té, Francisco Quebé Té. Para minhas primas/os: Ernesto Có, Gilberto Lima, Nhancal Lima, Lionardo P. Barreto, Insimba João Bico, Carolina Vieira, Ricardina P. Barreto, Ito P. Barreto. Família: Augusto Nanque, Cesar Cardoso (Dominguinho) e a para minha a princesa Benisa Albertino Nanque Djata.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o ato de reconhecer a relevância do esforço ou interesse daqueles que contribuíram de alguma forma nos nossos fazeres ou que desejam ver nossa superação na vida. Àqueles que disponibilizaram por algum meio o tempo e boa vontade para nos auxiliar em momentos extremos ou simplesmente, em momentos de necessidades. Apesar de existir o oposto, aqui eu vim expressar felicidade e gratidão a aqueles que de uma ou outra forma estiveram ao meu lado em momentos precisos. Momentos que jamais esquecerei na minha vida. Lembro-me das noites passadas sem sono, com estresse, vontade de estudar, mas não conseguia. Aqueles momentos de crise sem nenhum centavo para suprir algumas necessidades básicas – principalmente quando minha esposa esteve no hospital para dar a luz à minha primogênita princesa Linda Té. Foi difícil lidar com várias situações ao mesmo tempo, mas vale a pena ressaltar que “venci/vencemos” e esta vitória foi possível graças a vários esforços e apoio de muitas pessoas. Aqui não cabe exprimir toda experiência e nem citar a todos que fizeram parte desta vitória. Por essa razão, limito-me a agradecer acima de tudo, ao Deus pai, Deus filho e Deus Espírito Santo por terem me concedidos essa tamanha energia, vida e coragem para prosseguir até ao fim desse exercício árduo e desgastante experiência (começando dentro de si até pessoas alheia). Agradeço às maravilhosas oportunidades que a Cooperação Sul-Sul (na área da educação superior) entre Brasil e os países de CPLP está dando aos jovens que na maioria, a família não tem condição de custear suas formações nas universidades pagando mensalidades ou taxas. Mas com essa cooperação, muitos já foram diplomados inclusive eu. Agradeço a CAPES por financiar a minha pesquisa durante um ano. Agradeço também a UFC, a Unilab, o PPGA e os professores desse programa pela formação sólida que me forneceram e pela motivação para continuar driblando na academia. Por outro lado, vale a pena agradecer a vossa santíssima trindade por levantar pessoas generosas para me atender em todos os extremos da vida.

Nesse sentido, vale destacar e agradecer de forma muito especial ao meu orientador, o professor Doutor Rafael Antunes Almeida, pela disposição e a vontade que sempre demonstrou para me atender, me orientar e acima de tudo a responsabilidade que tomou sobre si, de mi acompanhar ao longo do desdobramento do trabalho. E vale informar que meu apreço e admiração pela sua personalidade e a dedicação ao seu trabalho me inspira. E enfim, agradeço a forma carismática que o professor construiu no espaço de pouco e corrido tempo. Também agradeço a Professora Doutora Carla Susana Alem Abrantes que desde 2015 o destino nos enredou no Campus dos Palmares em Acarape na disciplina Teoria

Antropológica. Desde então, até hoje ela está presente e preocupada comigo nesse processo acadêmico, social e financeiro. Foi ela quem me orientou no primeiro trabalho de conclusão de curso em Humanidades, o trabalho que inspirou esta dissertação. Lembro que quando terminamos o esse TCC, com o tempo ela me perguntou “se não tenho interesse de fazer o projeto para o mestrado”. Foi assim que elaborei o projeto, apesar de muita dificuldade na altura devido a outros afazeres, ela sempre me falava: “se tentar e não der certo na primeira vez, você vai ganhar experiências para próxima seleção”. Foi assim que tentei e tudo deu certo. Mas muito, além disso, agradeço a ela pela atenção e presença na minha vida nos momentos incertos e de dias difíceis que passei em alguns períodos. Susana jamais me esquecerei da senhora e acredito que não é por acaso que os colegas de grupo de pesquisa (que a senhora lidera), dizem que você é minha mãezinha. Agradeço a Banca Examinadora na pessoa de professor Dr. Kleyton Ratts e da Professora Dra. Jaqueline Pólvara. Agradeço pela vossa disposição em aceitar o convite de compor a banca examinadora dessa dissertação e também sou grato às sugestões concedidas no texto de qualificação. De modo especial agradeço à professora Daniele Ellery pela disposição de compor a banca como membro externo do PPGA, UFC/Unilab. Agradeço também aos excelentes professores do PPGA, especialmente Dr. Luís Tomás Domingos pelos lindos conselhos, Dra. Lea Rodrigues Carvalho, Dra. Violeta de Holanda Siqueira, Dra. Vera Rodrigues, Dr. Jânia Aquino, Dr. Dr. Antônio George Lopes Paulino, Dr. Martinho Tota, Dr. Rhuan Carlos, Dr. Isabelle Braz, etc. E por fim, os colegas do Programa de Pós-graduação em Antropologia, com os quais compartilhei momentos difíceis de estudos e avaliações, momentos de incertezas e otimismo, momentos de lutas e de vitórias. Eu espero que a nossa amizade continue para sempre. E ainda espero um dia ouvir a história de sucesso de cada um de vocês. Desejo um futuro cheio de vitórias e prosperidade.

Enfim, agradeço o apoio recebido nos momentos precisos do professor Dr. Eduardo Gomes Machado. Ainda sobre as mesmas circunstâncias, agradeço de todo coração a minha família que sempre esteve ao meu lado, me motivando a lutar enquanto houver oportunidade de estudar. Destaco de forma especial meu tio quem ocupou lugar do meu pai após sua morte quando eu ainda era uma criancinha. Agradeço a minha tia Victória, Dunilda F. Nanque, minha tia Benisa Djata, prima Nhancai, Carolina, Mana Ricardina, meu filho N’simba J. Bico, Pascoal Nanque Gilberto, Leonardo, minha irmãzinha Ivanira Té, Ernesto Có, minha mana Mendonça Té e mano Francisco Té e meu sobrinho Mussa Sar.

RESUMO:

Esta dissertação, intitulada *A interiorização do Ensino Superior e as experiências de mudanças nos interiores do Brasil: o caso de Acarape e Redenção*, é um estudo etnográfico realizado nos municípios de Acarape-CE e Redenção-CE em 2019-2020. Ela busca descrever e analisar as experiências de mudança que vêm ocorrendo nas referidas localidades na última década. Toma-se como referência o momento em que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foi implantada (esta Universidade é resultado da ação do projeto da interiorização e internacionalização do Ensino Superior brasileiro). Em decorrência dessa implantação, constatamos que há sucessivas vindas e o estabelecimento dos seus agentes, principalmente os estudantes internacionais que se estabelecem temporariamente para fins acadêmicos. A estadia desses agentes nesses municípios desencadeou por um lado a concorrência quanto à ocupação das residências. O que motivou os proprietários a requalificarem e construir novos imóveis. Por outro lado, a pesquisa constatou que esses agentes ampliaram e variaram o consumo dos produtos da primeira necessidade. Essas conjunturas motivaram a disparada no preço dos aluguéis e dos produtos da primeira necessidade. Em torno disso, os antigos moradores das duas cidades começaram a assistir a uma nova configuração do modo de vida social e cultural que vem sucedendo e alterando o anterior, considerado razoável às pessoas menos favorecidos financeiramente que habitavam e/ou ainda habitam nos bairros Centrais de Acarape e Redenção. Assim, constatamos que essa situação e a diferença sociocultural vêm interferindo na convivência e intensificando o clima de conflitos entre os antigos moradores e os recém-chegados estudantes internacionais. Nesse contexto, trabalhamos com o objetivo de entender o modo como o processo dinâmico de mudança tem se insinuado no cotidiano dos antigos moradores. Também estudamos as formas como os antigos moradores e recém-chegados estudantes se inter-relacionam nesse contexto das mudanças sociais e culturais. Para tanto, usamos um método clássico da pesquisa de campo, a observação participante e suas técnicas para atingir nossos objetivos. A análise das informações obtidas no campo sinalizou que há mudanças em curso e que há conflitos sociais decorrentes do encontro entre antigos moradores e estudantes, entre outros fatores sociais. Concluímos sugerindo que a universidade foi concebida como um projeto de desenvolvimento, mas que o lugar dos antigos moradores não foi pensado.

Palavras-Chaves: Acarape e Redenção; Interiorização; Unilab; Ensino Superior; Mudanças e Conflitos Socioculturais.

ABSTRACT

This dissertation, entitled *The interiorization of Higher Education and the experiences of change in the interior of Brazil: the case of Acarape and Redenção*, is an ethnographic study conducted in the cities of Acarape-CE and Redenção-CE in 2019-2020. It seeks to describe and analyze the experiences of change that have been occurring in the aforementioned localities in the last decade. Taking as the reference the moment when the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) was implanted (this University is the result of the action of the project of interiorization and internationalization of Brazilian Higher Education). As a result of this implantation, we found that there are successive comings and goings of its agents, mainly international students who settle there temporarily for academic purposes. The stay of these agents in these cities has triggered, on the one hand, competition for the occupation of residences. This has motivated property owners to renovate and build new properties. On the other hand, the research found that these agents increased and varied the consumption of basic necessities. These conjunctures motivated the skyrocketing price of rents and basic necessities. Around this, the former residents of the two cities began to witness a new configuration of the social and cultural way of life that has been succeeding and changing the previous one that was considered reasonable for the less financially favored people who lived and/or still live in the Central neighborhoods of Acarape and Redenção. Thus, we found that this situation and the sociocultural difference have been interfering in the coexistence and intensifying the climate of conflict between the former residents and the newly arrived international students. In this context, we work with the objective of understanding how the dynamic process of change has insinuated itself into the daily lives of the former residents. We also study the ways in which the former residents and newcomer students interrelate in this context of social and cultural change. To this end, we use a classic field research method, participant observation, and its techniques to achieve our goals. The analysis of the information obtained in the field signaled that changes are underway and that there are social conflicts arising from the encounter between former residents and students, among other social factors. We conclude by suggesting that the university was conceived as a development project, but that the place of the former residents was not thought of.

Keywords: Acarape and Redenção; Interiorization; Unilab; Higher Education; Sociocultural Changes and Conflicts.

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

CNEC – Campanha Nacional de Ensino Comunitário.

CNM – Ciência da Natureza e Matemática.

CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém.

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPCE – Instituto de Pesquisa do Ceará.

IFCE – Instituto Federal de Ceará.

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDBE – Lei de diretrizes e Base da Educação.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PND – Programa Nacional de Desenvolvimento.

PNE – Plano Nacional da Educação.

PROUNI – Universidade para Todos.

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

UECE – Universidade Estadual de Ceará.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

UFCA – Universidade Federal de Cariri.

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-árido.

UFM – Universidade Federal de Maranhão.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNEMAT– Universidade do Estado de Mato Grosso.

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

UNILA – Universidade da Integração Internacional Latino-americana

Sumário

A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E AS EXPERIÊNCIAS DE MUDANÇA NOS INTERIORES DO BRASIL: O CASO DE ACARAPE E REDENÇÃO

Resumo.....	8
Abstract.....	9
Lista de siglas.....	10

Introdução.....	14
a) Procedimentos metodológicos.....	19
b) Trajetórias e entrevistas.....	21

Capítulo I

1. Reflexões acerca da Expansão e da Interiorização do Ensino Superior no Brasil e o nascimento da Unilab.....	36
1.1. Breve contextualização da Educação Superior Pública no Brasil.....	38
1.1.1. Do Contexto Internacional ao Nacional.....	41
1.1.2. Criação de Programas de Apoio Estudantis (Auxílios).....	46
1.2. Trajetória educacional e a expectativa dos Acarapenses e redencionistas pelo ensino superior.....	47
1.2.1. Trajetória do ensino antes da UNILAB & trabalho.....	48
1.2.2. Instalação da Unilab em Redenção.....	54
1.2.3. Caráter internacional da Unilab e a vinda dos estudantes da CPLP.....	59
1.3. Acarape/Redenção, Estudantes Internacionais, expectativas, Adaptações e Decepções.....	62

Capítulo II

2. Educação Superior e desenvolvimento: reflexão sobre as implicações das mudanças em Acarape e Redenção.....	72
2.1. Novas dinâmicas de vida em Acarape e Redenção.....	73
2.2. Mudanças e alto custo de vida em Acarape e Redenção.....	79
2.2.1. Dimensões físicas das mudanças.....	80

2.2.2. Dimensões sociais das mudanças.....	84
2.3. Abandono de bairros de Centro.....	86

Capítulo III

3. Perspectiva sobre as Relações e Conflitos Socioculturais.....	88
Considerações finais.....	102
Referências bibliográficas.....	104

Introdução

Esta pesquisa se volta à análise do processo de interiorização do Ensino Superior em uma região pobre e necessitada, com uma população inserida em um contexto social, educacional e geográfico historicamente precário e localizado no interior do Estado do Ceará, Nordeste brasileiro. Falo dos habitantes dos municípios de Acarape e Redenção onde esta pesquisa se localiza geograficamente. Ou seja, de uma população que já vem situada em um contexto histórico e social de precariedade – caso do Nordeste brasileiro e do Estado de Ceará. Segundo o resultado da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), entre as regiões brasileiras o Nordeste é aquela que concentra o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para Araújo (1997), esta região é taxada com a desigualdade de distribuição de renda social e econômica, o que resulta em altos índices de pobreza e de marginalidade nessa região (ARAÚJO, 1997). Segundo os dados de IBGE (2010), Ceará é um dos Estados nordestinos que se encontra entre os sete (7) com maior número das pessoas em estado de vulnerabilidade ou extrema pobreza no Brasil.

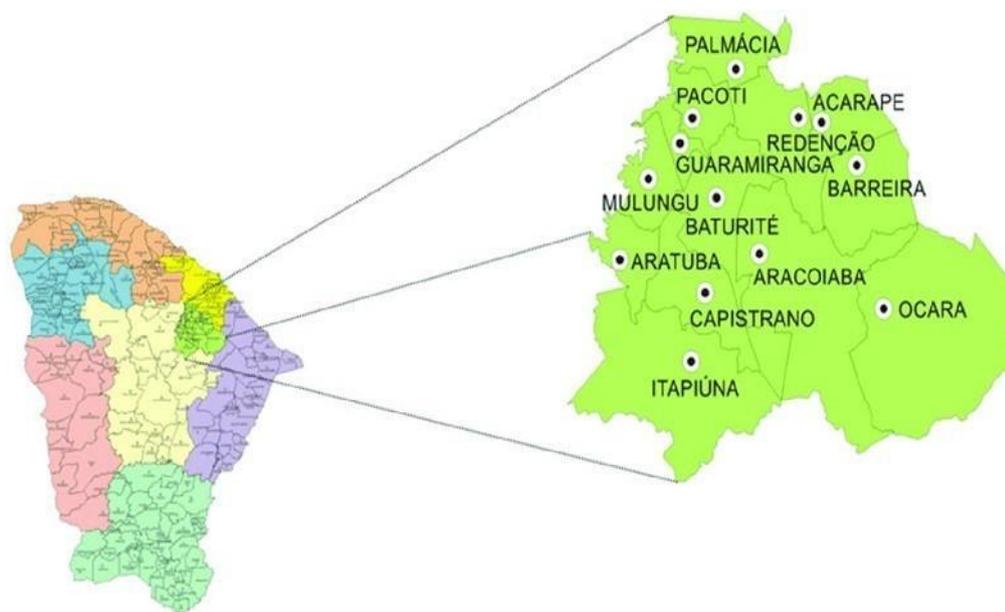


Figura-1: Imagem do IPECE (2019). No lado esquerdo, se encontra o mapa do Estado de Ceará e no lado direito se encontra o mapa regional do Maciço de Baturité com os 13 municípios (inclusive os municípios universitários: Acarape e Redenção).

Acarape e Redenção são dois Municípios vizinhos, situados no Maciço¹ (figura-1) do Baturité, interior do Estado de Ceará, que antes da fragmentação municipal, os

¹ A região do Maciço do Baturité no Estado do Ceará contém treze (13) Municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, (IBGE/IPECE/2010).

dois municípios eram territórios que pertenciam à vila do Baturité (atual município Baturité). Com o tempo, as duas cidades se desmembraram e tornaram municípios autônomos no interior do Ceará. Nessas localidades (Maciço do Baturité) localiza espacialmente esta investigação, concretamente nos bairros do Centro de Acarape e Redenção. Em seguida situaremos breve história/trajetória dos dois municípios.

O município de Acarape situa-se a 56 km da capital Fortaleza, medidos em linha reta. A referida cidade possui aproximadamente 15.338 habitantes distribuídos em um território geográfico de 155.169km (Fonte: IBGE, 2010). Historicamente, Acarape pertencia à vila de Baturité (1868). Passou por distrito de Cala Boca para distrito de Acarape. Depois, tornou-se distrito de Redenção em 1933. Em 1963, desmembrou de Redenção. Pouco tempo depois, em 1965, novamente tornou-se distrito de Redenção. E recentemente se emancipou e tornou-se um Município do Estado cearense independente em 1987, com a lei de criação 11.308 que decretou no artigo 1º que: “é criado o Município de Acarape, constituindo-se do território do atual distrito, com sede e na vila de igual nome, que passará da categoria de cidade, desmembrando do Município de Redenção”. Dessa forma até então, Acarape é um município de Ceará.

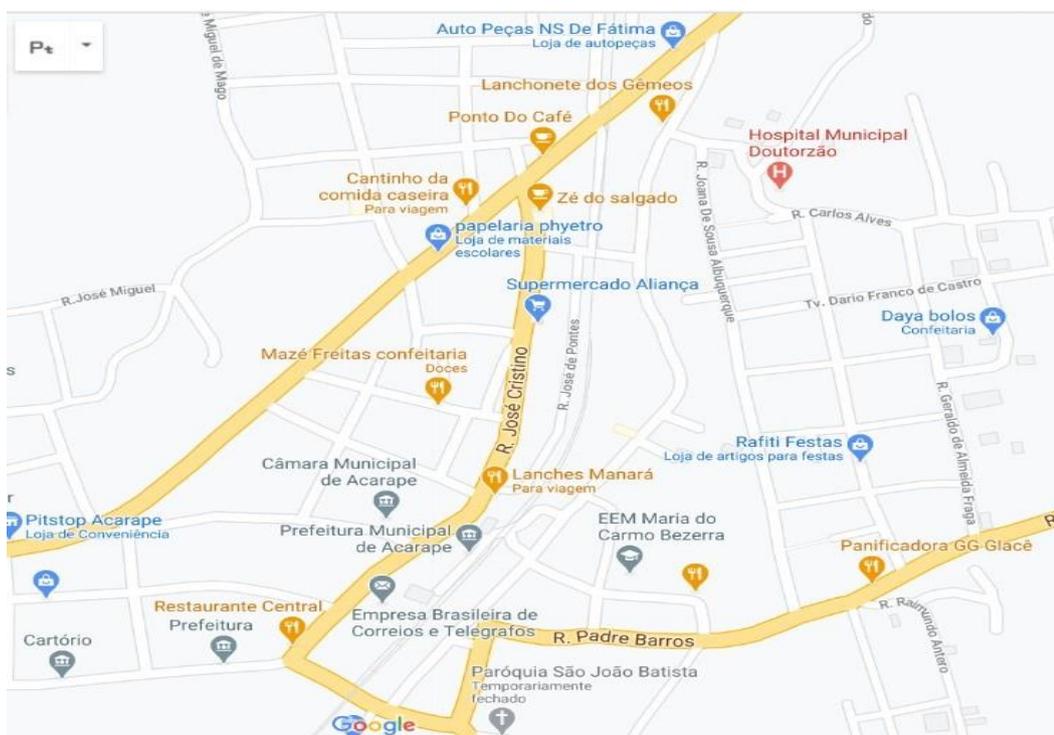


Figura-2: Mapa de zona urbana do município de Acarape, disponível no google maps. A linha amarela do lado esquerdo (Rua Eládio Macedo) é a linha principal que liga o município à capital Fortaleza-CE. E a outra linha do lado direito liga Acarape com o município de Barreira.

Já o Município de Redenção, antes conhecido como Acarape (antigo distrito policial), foi criado em 1842. Separou-se de Baturité e tornou-se vila em 1868. Por ser primeira cidade brasileira a libertar homens e mulheres escravizados das senzalas, em 25 de março de 1884², foi renomeado/homenageada de Redenção por meio da lei n° 2167/1889 (Unilab, 2013). A cidade se distancia da capital Fortaleza-CE por 62 km, medido em linha reta. Possui uma parcela populacional estimada em 26.423 habitantes, espalhados em uma área geográfica de 225.626 km (IBGE, 2010).

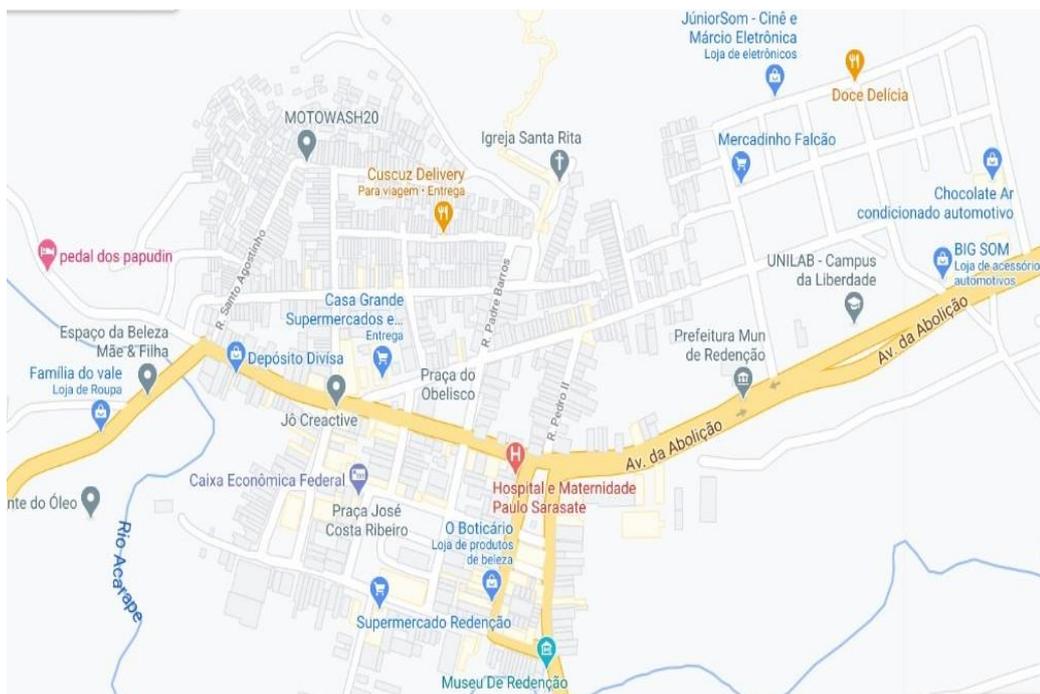


Figura-3: Mapa de zona urbana do município de Redenção, disponível no google maps. A linha amarela (maior) é a Avenida Abolição, linha principal que liga o município a Acarape e a capital Fortaleza-CE.

Um pouco mais da metade da população desses municípios vive na zona urbana e, para a sobrevivência, a principal atividade econômica é a agricultura – principalmente o plantio de cana-de-açúcar com a qual produzem a cachaça ou cana bordão e rapadura plantio de bananas nas Serras³, milho, feijão, pecuária – criação bovina, suína, avícola, e, etc. Nos bairros centrais, este modo de sobrevivência vem sendo substituído com o crescimento das atividades comerciais (supermercados, lojas, restaurantes, lanchonetes, etc.), pequenas indústrias de costura e outras formas de trabalho com baixo salário. Dessa forma, a maior parte da população dessa área vive em pobreza ou extrema

² Consideramos esta data por ser a oficializada como o marco da liberdade, mas há uma outra versão da história que sustenta que a liberdade foi concedido aos escravizados um ano antes de 1884, por meio da declaração de Deocleciano Ribeiro de Menezes em 1º de janeiro de 1883 em frente à igreja Matriz, na Vila do Acarape (atual município de Redenção) (UNILAB, 2014).

³ O clima desses territórios é tropical subúmido quente, com a temperatura variada até aproximadamente 36°C. As terras de Acarape e Redenção são munidas de colinas e montes (“na época chuvosa constituem uma bela paisagem verde”), o que influenciam no clima quente da região (IPCE, 2017).

pobreza (IBGE, 2010). Nessa condição para a sobrevivência diária, os estudos acadêmicos e outras atividades que precisam de investimento, como mostra este trabalho nem sempre configuram a prioridade dos moradores, haja vista a necessidade de encontrar meios para a própria subsistência. Por outro lado, sendo cidades interioranas, as suas habitantes se encontravam numa situação de carência tanto de instituições públicas quanto de privadas. O quadro se agrava mais com a falta de profissionais qualificados naquela altura, o que tinha implicações negativas quanto ao acesso de quase todas as instituições tanto educacionais, de saúde e de outra natureza para referida população. O que motivava mais a esperança que, em algum momento da história, aquelas precariedades institucionais e sociais sejam amenizadas. Foi nesse contexto espacial, econômico e social onde se instalou um ambicioso projeto de criar uma Universidade Federal de Integração Internacional, tendo como foco principal a cooperação com os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Timor-Leste. O referido projeto ambicionava contribuir na redução da desigualdade social e no desenvolvimento da região do Maciço do Baturité por meio do Ensino Superior (UNILAB, 2010).

Cumprido se perguntar como é a recepção dessa universidade e a expectativa vivida nessa Região, principalmente em Acarape e Redenção? Por outro lado, tendo a Universidade a proposta de “integrar” os estudantes africanos⁴ de PALOP/Timor-Leste e os brasileiros, já imaginou como é a convivência desses estudantes pretos africanos numa sociedade altamente complexa racialmente, onde os pretos são julgados pela cor da pele que carregam e o passado histórico que marcou e ainda marca a existência do ser negro? Como ocorre esse encontro e o que ele suscita no seio desses espaços? Como as pessoas de Acarape e Redenção encaram a presença da universidade? Que tipo de contradições e complexidades está associado à realização prática do projeto de interiorização do ensino superior? Estas e outras questões levantadas, esta pesquisa intitulada “*A interiorização do ensino superior e as experiências de mudanças nos interiores do Brasil: o caso de Acarape e Redenção*” tenta respondê-las nos três capítulos que estruturaram essa dissertação.

⁴ Usaremos o termo estudantes africanos (estudantes internacionais) para representar a toda comunidade internacional de PALOP na Unilab. Lembrando que a intenção não é homogeneizar ou ignorar as diversidades culturais que cada nacionalidade, etnia e/ou grupo social possui dentro da Unilab.

O presente texto é um estudo etnográfico que traz à tona a dinâmica da vida e a convivência entre antigos moradores (brasileiros) e os recém-chegados estudantes internacionais a partir do momento que a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Unilab iniciou⁵ as suas atividades sociais, culturais e acadêmicas em Acarape e Redenção. Em particular, esta investigação objetiva compreender o modo como o processo dinâmico de mudança tem interferido no cotidiano dos antigos moradores. E em outra vertente, por meio de um olhar crítico, pretendemos analisar o lugar dos anfitriões (antigos moradores) no processo da Interiorização e Expansão e as políticas destinadas à sua participação e acesso a esses espaços. O motivo da inclusão desta última análise se deve ao quadro do discurso que se originou no seio dos antigos moradores. Segundo os quais a Unilab foi criada para beneficiar os filhos da região (se referindo também à questão local de Acarape e Redenção), mas é ‘ocupada’ pelos indivíduos que vêm de fora. Esse discurso revela que é corrente a referência à Universidade como aquela que dá mais privilégios aos estudantes internacionais (TÉ, 2017) do que aos nacionais, principalmente os moradores locais.

Acreditamos que esse discurso tem a origem no desconhecimento (por parte dos Antigos-moradores) da estrutura política que configurou a origem, o estabelecimento e o funcionamento da Unilab em Redenção e com campus em Acarape e no Estado da Bahia (Malês). Ela foi fundada no seio das políticas de Internacionalização e Cooperação Internacional que o Brasil protagonizou para sedear a universidade, visando fortalecer os laços com os países africanos através da Educação Superior e Cooperação Sul-sul (HELENO, 2014). Sustenta as diretrizes da Unilab que, ela teve sua gênese nesse quadro, com perspectiva de servir o interesse dos países membros a compõem, (UNILAB, 2010). Ainda nas diretrizes constam que seria uma Universidade composta de até aproximadamente 50% das vagas para os estudantes brasileiros e a outra metade ou mais seria dividida entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – especialmente, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste (país asiático) (TÉ, 2017; MOURÃO e ABRANTES, 2020).

⁵ Além do campus da Liberdade (sede principal), a Unilab possui mais um campus em Acarape (Palmares), e em divisa entre Acarape e Redenção, o campus das Auroras. Também conta com o Campus do Malês, no município de São Francisco do Conde, no estado da Bahia, facilitando à população e desenvolvendo estas cidades do interior do Nordeste.

A ênfase do teor dessa investigação se acentua no tema da mudança social, a qual foi classificada em três eixos temáticos constatados como base da disposição da vida em Acarape e Redenção após a instalação da UNILAB, a saber: *a)* Educação Superior e Mudanças sociais e urbanas, *b)* a dinâmica das relações de trocas e dificuldade de sobrevivência nos bairros centrais e *c)* o diálogo sociocultural entre os brasileiros e os estudantes internacionais africanos e Timorenses (não trabalharei com os timorenses pelo fato de estarem cada vez menos presentes na Unilab, alegando falta de condição dos dois municípios).

Segundo as informações do campo, antes mesmo da instalação da UNILAB o processo de mudança social já vinha ocorrendo passos lentos em Acarape e Redenção. Mas a presença da Unilab e seus agentes foram fundamentais ou são principais agentes catalizadores dos rápidos processos dinâmicos de transformações de vivência sociais, culturais, de infraestruturas e econômicos que os dois municípios experimentam.

E para tratar com nitidez tais circunstâncias, a pesquisa percorre algumas das várias frentes das ações da Expansão e Interiorização do Ensino Superior e suas políticas regionais (regiões polos) de desenvolvimento. Baseamo-nos em fontes documentais, em sites, em artigos e ainda optamos por ouvir as opiniões dos sujeitos alvos, priorizando os antigos moradores de Acarape e Redenção: sobre o que pensam ou o que a Universidade representa para eles?

Consideramos estas ferramentas imprescindíveis para compreensão do processo de mudança e de relação social que ocorrem nos municípios de Acarape e Redenção. Nesse contexto, sendo o fruto do projeto de Interiorização, Expansão e Internacionalização do ensino brasileiro (UNILAB, 2010), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é considerada o elemento principal neste estudo e análise de mudanças sociais que estão ocorrendo nas referidas localidades.

a) Procedimentos metodológicos e o percurso ao campo

Para alcançar as informações que sustentem esta pesquisa foi necessária a realização do trabalho de campo (etnografia), utilizando suas técnicas como ferramentas indispensáveis que facilitaram a aproximação e a interação com os sujeitos desta pesquisa. Assim, as técnicas que nortearam todo o procedimento de busca ao campo

foram três, a saber: *a)* *a* observação participante, *b)* as entrevistas e *c)* os diálogos informais. Este último ponto foi muito útil no sentido que, uma boa parte das informações da pesquisa se deve a essas conversas informais que contribuíram em primeiro lugar, na constatação e na percepção da estrutura do problema que envolveu os antigos e recém-chegados moradores de Acarape e Redenção. E em segundo lugar, as conversas informais inspiraram a construção de questionários aplicados nas entrevistas. Sendo assim, análise das entrevistas envolve o uso de informações ou comentários e opiniões informais e as informações reunidas nas observações participantes para chegar à base conclusiva. A interpretação das informações asseguradas foi feita de modo independente e cuidadosamente por meio de uma leitura crítica e auxiliada, aliás, fundamentada nas abordagens teóricas feitas por outros autores, principalmente os antropólogos.

Baseando na obra de Roberto Cardoso de Oliveira – *o trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever*, a pesquisa toma como pressuposto que a descrição é uma característica que não pode ser dissociada da etnografia, pois é por meio dela que as informações observadas e anotadas no diário de campo são costuradas e servindo de base para análise e produção textual (o trabalho final) etnográfico. Segundo o autor, é no ato de escrever “(...) que surge como o momento mais fecundo da interpretação; e é por meio dele... se textualiza a realidade sociocultural - que o pensamento se revela em sua plena criatividade” (OLIVEIRA, 1996, p. 13). O mesmo autor percebe que tanto o “Ouvir quanto o Olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação” (idem, p. 15). Ele considera que ambos consistem na “função básica na pesquisa empírica” (idem, p.16). Isto é, são os primeiros passos em que o etnólogo se familiariza com a realidade empírica, observando, escutando e anotando todo o cenário social e cultural que acontece ao seu redor ao campo. Para ele, essa conjuntura “pode aumentar a eficiência do trabalho antropológico” (OLIVEIRA, 1996, p. 22).

Inspirado na obra de Roberto Cardoso de Oliveira, os primeiros passos desta pesquisa foram aperfeiçoados a partir do momento que surgiu o interesse em realizá-la. Como um estudante internacional da Unilab, eu já vinha me familiarizando com a realidade desses municípios desde 2014, o ano que cheguei ao Brasil e residi em Baturité. Porém, no mesmo ano mudei-me para a cidade Universitária (Redenção). Mais tarde, em 2015, mudei-me para Acarape, onde residi mais tempo. Foi nessas localidades

que eu já havia habitado que fiz o campo e tive uma experiência de pesquisa anterior nas cidades de Redenção e Acarape. Assim sendo, a primeira pesquisa realizada foi sobre a *Integração e diferença na Unilab e nas comunidades de Acarape e Redenção* (trabalho de conclusão de curso na graduação), inspirou a continuidade do presente trabalho.

Nesse sentido, essa pesquisa nasceu em 2018, num contexto em que o pesquisador já vinha se familiarizando com essa realidade a alguns anos anterior, o que facilitou mais no desenvolvimento da observação participante e na escolha dos indivíduos para a realização das entrevistas. Ainda que muitos dos sujeitos da pesquisa fossem pessoas com as quais convivi anteriormente, eu me deparei com algumas dificuldades como o receio por parte dos entrevistados e o desinteresse⁶ pela aderência à pesquisa – principalmente no momento das entrevistas com os antigos moradores. Apesar disso, em maior circunstância, a pesquisa explorou as oportunidades e o círculo de amizades construído no período anterior naquelas comunidades.

Para contornar as reticências quanto à participação na pesquisa, eu recorri ao modelo de entrevista semiestruturada, por acreditar que este permite um campo maior de interação entre pesquisador e pesquisado. Eduardo J. Manzini sustenta essa concepção ao afirmar que, “esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (MANZINI, 2012, p. 2). Vale ressaltar que o receio pode depender do nível da relação do pesquisador e de seu interlocutor e do assunto em questão (se é de interesse ou não sujeitos), lugar ou nível da pessoa ou grupo que vai lidar com tal. Nessas circunstâncias, muitas vezes quando o assunto é de interesse da pessoa ou do grupo, o receio pode diminuir ou desaparecer.

b) Trajetória e as entrevistas em Acarape e Redenção

Discutir e refletir sobre o percurso realizado ao campo é fundamental para compreensão do teor, da forma e do local onde e como a pesquisa foi desenvolvida. Nesse sentido, tentaremos situar ao leitor o desdobramento das etapas da pesquisa, ou seja, a forma como as informações estenografadas foram alcançadas no campo.

⁶ Esse desinteresse por outro lado pode ser entendido como o desdobramento do preconceito racial pelo fato eu ser preto e estrangeiro algo que talvez seja o incomodo para alguns antigos moradores.

Nessa perspectiva, como já observei acima, antes mesmo de iniciar a corrente pesquisa em Acarape e Redenção, o campo já fazia parte do meu percurso diário pelo fato de habitar e conviver com os habitantes daquelas localidades por cerca de cinco (5) anos. Tratava-se do período⁷ no qual que eu cursava o Bacharelado Interdisciplinar em (ciências) Humanidades e a Licenciatura em Sociologia na Unilab. Após a mudança para Fortaleza em agosto 2018, passei a frequentar as referidas cidades duas ou mais vezes por semana. Em outras ocasiões, permanecia cerca de uma semana, dormindo na casa do colega com quem eu partilhava despesas (antes de mudar para Fortaleza), para resolver meus assuntos acadêmicos. Essa conjuntura permitiu-me constituir um círculo de amizades com pessoas de diferentes classes sociais, idades, concepções religiosas, políticas de orientação sexual, pertencimento étnico, raça, cor e línguas⁸. Entre nacionais e internacionais (africanos e timorenses) que compõem a Unilab. Esse fato contribuiu para dinamizar o meu percurso ao campo, principalmente no meio acadêmico.

De forma geral, todo esse período da minha estada nesses municípios interioranos me permitiu conhecer um pouco da história, os lugares, a forma da vida e o comportamento dos cidadãos – principalmente nos bairros Centrais. Pelo que foi exposto a propósito da minha proximidade e da rede de relação sociocultural estabelecidas com os meus interlocutores naqueles municípios, o leitor pode imaginar que o percurso ao campo foi muito fácil. Mas não foi tão simples como se pode esperar. Eu me deparei com algumas dificuldades ao estabelecer relações com os indivíduos selecionados para entrevista – principalmente os Antigos-moradores, que em várias circunstâncias desistiam de continuar entrevista sem me informar previamente o motivo. Quanto mais eu ia atrás, me parecia que alguns se distanciavam mais. Para não continuar incomodando, desistia de alguns que pareciam mais fechados para mim. Em alguns casos, percebi que vários convidados desistiram por causa do receio de serem

⁷ Esse período começou em 2014 quando cheguei ao Brasil para estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e se prolongou até 2018, momento em que fui aprovado no mestrado Acadêmico em Antropologia

⁸ Digo centenas de culturas e línguas, porque cada país representado na Unilab contém cerca de dois ou mais de dezenas de grupos étnicos com as próprias particularidades. Por exemplo: Guiné-Bissau possui mais de quarenta (40) grupos étnicos, dezenas em Angola, Moçambique, etc. O próprio Brasil contém dezenas de grupos étnicos (entre os índios, quilombolas, etc). Cada grupo possui as suas próprias peculiaridades culturais e linguísticas. Apesar de, cada vez mais a modernidade global avança, suicidando muitas dessas pluralidades, a própria Unilab contribuindo com essa construção de um mundo globalizado e homogêneo (uma utopia que cada vez mais se avança). Por mais que não tenham espaços, essas diversidades que estão sendo martirizadas estão presentes e são claramente visíveis dentro da Unilab e nas comunidades que nos referimos.

interrogados, pensando que os seus relatos seriam irrelevantes para enriquecer a pesquisa ou que responderiam incorretamente às minhas perguntas. Ou seja, eles temiam falar de determinados assuntos por acreditarem que suas opiniões seriam irrelevantes diante do pesquisador que talvez para eles, é o detentor do conhecimento. Talvez por estas razões Pierre Bourdieu tenha razão ao afirmar que:

Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. O mercado dos bens linguísticos e simbólicos que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os linguísticos, dos quais estão dotados, (BOURDIEU, 1997, p. 695).

Por conta dessa assimetria e que na observação de Bourdieu, o pesquisador ocupa “posição superior” e que os interlocutores atribuem ao pesquisador, eu lhes mostrava que a questão não se tratava do certo ou errado, nem a questão de falar bem ou mal, mas que o interesse da pesquisa é tão somente ouvir a opinião que eles têm em relação à presença da Universidade, as rápidas mudanças sociais, culturais e de relação de troca em Acarape e Redenção. Ou seja, segundo o Bourdieu, “é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual da se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca”, (BOURDIEU, 1997, p. 695).

O receio se convertia em um comportamento mais irredutível quando desconfiavam que eu quisesse gravar, então alguns justificavam para se eximir da pesquisa. Para aceitar, alguns precisavam de muitas explicações sobre o teor da pesquisa. Regina Weber levantou indagações reflexivas sobre essa aproximação do pesquisador e o sujeito, onde demonstra que “o pesquisador chegou até o informante; em que termos ele vai explicar-lhe os motivos da pesquisa? Em que medida o informante compreende do que se trata?” (WEBER, 1996, p.10). Através de explicações detalhadas e paciência lidava com cada convidado (URIARTE, 2012), mas, mesmo assim, muitos não aceitaram fazer parte da entrevista. Apesar disso uns “concordam em falar sem pedir muitas explicações” (WEBER, 1996, p.10). Mas era notável o receio e a insegurança que pairava no pensamento/palavras da maioria dos interlocutores aceitaram fazer parte do estudo se haveria gravação ou filmagem.

Tive então que mudar o mecanismo, antecipando com a pergunta, se o entrevistado estaria a vontade para gravação de voz. Porém, em vez de gravar as falas dos que não sentiam à vontade, escrevia os principais destaques de suas falas e gravava os que aceitaram. Também mudei a forma de nomear entrevista: ao invés de dizer entrevista, passei a utilizar os termos “conversa” ou “diálogo”, o que pesava menos nos ouvidos dos entrevistados. James Clifford, a propósito da etnografia, tem toda a razão ao afirmar que “o processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor” (CLIFFORD, 2002, p. 21).

Na tentativa de convencer os entrevistados nos primeiros momentos, utilizava o termo de consentimento para lhes dar a confiança, mas supostamente, acredita-se que a minha condição de ser estrangeiro e preto africano influenciou mais o medo aos antigos moradores e a suspeita que o termo não lhes garantisse a segurança. Nessas circunstâncias, assumindo a postura de interrogá-los, alguns desconfiavam que fossem questionadas sobre o racismo⁹ ou sobre outras situações pessoais que poderiam leva-los às instâncias judiciais. Essas conjunturas lhes criavam um certo desconforto, caso do entrevistado Pedro, residente de Redenção e técnico de uma instituição X foi o único que solicitou o termo de consentimento para sua segurança, entreguei a ele, mas não o assinou e preferiu que as informações relatadas não fossem gravadas. Com a entrevistada Camila, moradora da cidade de Acarape, proprietária de imóveis alugados aos estudantes, chegou a exclamar que, se a pesquisa fosse sobre “preconceito ou racismo”, ela não saberia falar sobre isso, só sabe que ela não é racista. Com essa postura, se o trabalho fosse sobre o “racismo e preconceito” certamente que tornaria difícil derrubar a barreira psicológica de falar sobre esse determinado assunto. Esse fato nos relembra a reflexão sobre o racismo sem racistas ou disfarce racial à brasileira de Kabengele Munanga (1996), Nunes (2006), Grosfoguel e Figueiredo (2009), que sustentaram que a postura brasileira em relação ao preconceito racial e racismo na sociedade brasileira foram escondidos sob o mito da igualdade/democracia racial, da cordialidade e mais tarde quando esse disfarce foi desmascarado e comprovado que o preconceito e racismo são de fato uma realidade no país, o discurso oscilou, aliás, a realidade foi reconhecida, mas ninguém o assume além de apontar o outro como racista.

⁹ No capítulo três, desenvolveremos a questão do racismo e suas variadas formas de se manifestar na sociedade brasileira.

Apesar de o meu campo ser um lugar onde residia até em agosto de 2018, pouco tempo antes de iniciar o desenvolvimento desta pesquisa. Iniciei as atividades etnográficas formalmente no dia dez (10) de maio (sexta-feira) de 2019. Com caneta e caderno preparados para anotações, explorei as estruturas antes familiarizadas anos atrás e, em seguida, prossegui com anotações diárias ao campo. Às vezes não registrava certos atos no momento de sua ocorrência e só os anotava no final do dia ou quando estava completamente isolado. Faço isso principalmente nas conversas informais (que considero fundamentais nesta pesquisa) para não constranger o indivíduo com qual converso ou para não quebrar o ritmo do acontecimento no momento. Enquanto desenvolvia a observação participante, paralelamente selecionava as pessoas para entrevistas formais. Priorizei¹⁰ aquelas que eu não conhecia, aliás, os que não tinham muita amizade comigo. Por entender que à relação amigável existente com primeiro grupo, alguns não dariam muita relevância à pesquisa. Assim, conversei com muitos desses amigos como informantes informais e pedi indicações a outros. Alguns me indicaram pessoas com quem posteriormente criei laços de amizade e fiz entrevistas com alguns.

Não foi fácil convencer a todos para a entrevista formal – principalmente os antigos moradores tanto da cidade de Acarape quanto de Redenção, mas consegui conversar com vinte e duas (22) pessoas e aproveitei algumas partes de duas entrevistas feitas na pesquisa anterior (consultei os dois sobre a possibilidade de utilizar suas entrevistas anteriormente em 2016/2017 e eles aceitaram). Somando vinte e quatro (24) pessoas entrevistadas de diferentes perfis e classes sociais: nível social e econômico, cor, gênero, idade e status. Eles se encontram na faixa etária variada entre 23 a 74 anos de idade. Sendo nove (09) homens e quinze (15) mulheres de múltiplas orientações e concepção sexuais.

a) Dezesesseis (16) são moradores de Acarape e Redenção, quatro (4) destes são estudantes e um (1) funcionário da Unilab;

b) Seis (06) são estudantes internacionais dos países que compõem a Unilab, excepto os estudantes de nacionalidade moçambicana que não consegui entrevistar – entrevistei angolano, guineenses, são-tomenses e timorenses.

¹⁰ Essa foi a minha opção pessoal.

c) Em relação às duas entrevistas anteriores consideradas, os seus autores já não se encontram na Unilab. Um está noutra estado e outro voltou ao seu país de origem no final de 2019.

Entre as ocupações e status sociais dos entrevistados nota-se a presença de estudantes, alfaiates/costureiros, agricultores, empresários, uma diretora de uma escola de ensino fundamental, a vice-prefeita e a secretária da educação de um dos Municípios. O nível de formação varia da quarta série (ano) do ensino básico ao estudante de doutorado, com a exceção de dois entrevistados (a Lourdes e o Nicândro), que relataram não ter passado pela escolarização formal. A Lourdes me explicou que vivia na zona rural de Redenção com seus pais, mas se mudou para o Centro da cidade quando se casou. Naquela altura ela já tinha idade avançada, motivo que a levou a não estudar. A conheci por intermédio da sua filha (ex-aluna da Unilab), que a sugeriu como uma boa opção para entrevista por ela nascer, crescer e ter trabalhado em Redenção. O outro é Nicândro, morador da cidade de Acarape que o seu pai não o permitiu estudar. Segundo ele, para o pai, trabalhar no campo era o fundamental e quem não cumpria com esse dever sofria muita consequência. Nessa circunstância cresceu e a agricultura se tornou a sua profissão até os dias atuais e é hoje a sua forma de sustento. Segundo ele, foi um dos primeiros moradores da cidade de Acarape, antes mesmo de ter muitas casas no Centro.

O conheci quando erámos vizinhos no Centro de Acarape. Como divertíamos e algumas vezes eu o ajudava descascar feijão, algumas vezes ele (o agricultor) me doou batatas doces, feijão e fava do seu labor. Uma vez ele me convidou para conhecer o campo de sua produção agrícola. Tratava-se de um lugar que ele considera sinônimo de sua existência, ao afirmar: *“este lugar que me mantém, fui ensinado a respeitá-lo desde minha infância. Não tenho estudo como vocês. Meu pai nos mostrou trabalho como fizeram também outros pais com seus filhos”*. Apesar de sinais da dificuldade da vida e de solidão, é um homem forte e divertido. Toda manhã ele sai bem cedo na sua mota (moto) para o local da lavoura. Devido o compromisso de sigilo expresso no momento das entrevistas e levando em conta que, alguns dos meus interlocutores não desejam que suas identidades fossem expostas, razão pela qual utilizamos pseudônimo para manter em sigilo suas identidades. Respeitando esse acordo, os dois entrevistados referidos (Lourdes e Nicândro), Eliza, Camila e Pedro (nomes fictícios) as entrevistas foram muito negociadas. Antes não aceitaram, alegando não saber o que falar ou não terem

nada de importante para enriquecer a pesquisa. Depois de muita persistência lhes explicando que o importante de sua fala não consistia na correção do que me diziam, mas reforcei a importância de que falassem do que sabiam, já que cada entrevistado contribui um pouco, finalmente, aceitaram. Sobre as entrevistas, devo lembrar que alguns negaram diretamente, enquanto outros até marcaram dias, horas e locais, mas não compareceram. Algumas vezes fui atrás deles, mas criaram justificativas até eu desistir.

Após aceitar ou não prestar entrevista, uma das primeiras questões que me colocavam era relativa à gravação:

– “você vai filmar ou gravar”?

– “Claro, a prioridade minha é gravar se me permitir”, eu respondia. Na maioria das vezes, os antigos moradores preferiram não gravar, apesar de outros permitirem para eu fazer “anotação” como o mínimo. Em seguida, vem a questão: a pesquisa “é sobre o racismo”? Ainda respondem – “não sou racista!” Mas destacam que há muita gente que não gosta de estudantes internacionais naquelas cidades, (MUNANGA, 1996; GROSGOUEL E FIGUEIREDO, 2009). Nessas circunstâncias, apesar de, nas palavras de Pierre Bourdieu, “é o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado” (BOURDIEU, 1997, p. 695). Ou seja, ele situou a dissimetria que existe entre o pesquisador e interlocutor, mas o pesquisador não obriga o sujeito a aceitar participar da entrevista e, muito menos direcioná-lo a falar o que quis entender. Ali entra a compreensão antropológica de que é o campo que “direciona” a pesquisa. Apesar de o pesquisador ter um papel fundamental na preparação dos questionários, suas aplicações e a interpretação do que o campo lhe ofereceu, ou seja, o pesquisador que manejará a palavra após o momento da gravação da entrevista. Nesse sentido, concordaria com o comentário da Regina Weber a obra de Kenny (1987) sobre a forma que o pesquisador tenta convencer o sujeito a aceitar o convite para participar da pesquisa como informante, mas o pesquisador não deve incitar o entrevistado a falar o que quis ouvir.

Antes de solicitar a gravação para os interlocutores, costumo-me olhar fatores como a disposição, a circunstância sociocultural na qual o entrevistado se encontra e o próprio ‘nível de formação’, pois esses fatores podem influenciar na tomada da decisão

de aceitar ou não. Pois olham para pesquisador como o detentor de um determinado conhecimento superior. A imagem que sempre tentei minimizar perante os informantes, apesar disso, nem sempre os interlocutores olha da mesma forma que o pesquisador. O que às vezes provoca constrangimento, o sentimento de inferioridade e até de medo ao narrador/a. O que leva uns a questionar a si mesmos: o que posso falar? Que importância tem a minha fala para essa pesquisa? No finalzinho das entrevistas, muitos costumam perguntar: ajudei em alguma coisa? Vale ressaltar que o ato de entrevista com gravador de som, imagem ou com papel e caneta na mão é agressivo (TÉ, 2017). Isso deixa o entrevistado que não tem esse hábito inseguro no que falar, pois será gravado! Isso se assemelha com o que Weber (1996) constatou na obra chamada *relatos de quem colhe os relatos* de GOMES et AL (1988), no qual afirmaram que “além da desconfiança, outro sentimento predominante é o da insegurança em relação ao valor e à importância do que pode ser narrado” (WEBER, 1996, p. 14. Apud GOMES ET AL, 1988, p. 13). Ainda na mesma obra, Regina Weber (1996, p.14) trouxe Aron-Schnapper e Hanet que mostram que,

a relação de entrevista é uma relação social entre dois indivíduos socialmente definidos. Ora, a vida social se resume a uma perpétua avaliação dos indivíduos uns pelos outros. Assim, toda relação onde um está em posição e em direito de interrogar o outro, cria, nela mesma, uma situação de desigualdade, mais ou menos sensível segundo o sentido da diferença social entre o entrevistador e o entrevistado. (*apud* ARON-SCHNAPPER e HANET, 1980, p. 187).

Outra questão relacionada a este comentário percebida na aproximação com os entrevistados é o uso do ‘*termo de consentimento*’ da participação na pesquisa para lhes garantir a segurança de sigilo sobre a sua identidade. Infelizmente não utilizei nenhum, ou seja, ninguém assinou. Nos primeiros momentos, quando percebia alguma resistência do entrevistado, eu lhe propunha o termo e falava de sua importância. Três deles questionaram a garantia do mesmo e simplesmente nunca compareceram às entrevistas. Apesar de não ter total convicção que isso se deu por causa do termo, foi clara a sua influência. Essas circunstâncias me motivaram a parar de sugeri-lo após explicar o teor da pesquisa. A não ser se houver caso de alguma insegurança no que se refere ao sigilo, é lhe sugerido o termo de consentimento que garante o sigilo de identidade em relação a tudo que ele me falou.

Enfim, cabe à decisão da pessoa se interessar em assinar ou não, mas ninguém o solicitou. Fiz isso porque percebi que em vez de garantir a segurança aos entrevistados,

o procedimento terminava criando mais dúvida para algumas pessoas, como foi o caso dos três interlocutores referidos. Uma deles questionou “se vocês não vão identificar meu nome, porque assinar esse termo que comprova meu consentimento?” (Eliza, empresária que conheci por intermédio de um colega que mora no mesmo apartamento que ela alugou no Centro de Acarape). Por um momento fiquei sem palavras, mas expliquei detalhadamente que era para a própria segurança dela. Thompson (1992) fez uma observação importante em relação à interferência que esse pacto pode suscitar no sentido de limitar a narração dos entrevistados, quando diz, “a insistência numa transferência formal de direitos legais mediante consentimento explícito por escrito pode não só preocupar o informante, como também irá, concretamente, diminuir a proteção mais adequada contra a exploração” (WEBER, 1996, p.19 apud Thompson, 1992, p. 288). Weber ainda comenta que “alguns autores vêem a diferença de classe entre pesquisador e informante como um fator, assim como as diferenças de sexo, idade e raça, que interfere na relação intersubjetiva da pesquisa” (WEBER, 1996, p.14).

Apesar da familiaridade com as cidades e as pessoas, a preocupação esperada sobre o que aconteceria no campo era a dificuldade de me reunir com os entrevistados – como exatamente aconteceu. Isso é frequente na pesquisa de campo. As entrevistas aconteceram nos horários, lugares e datas diferentes, – isto é, de acordo com as preferências e o tempo disponibilizado pelos interessados. A maior parte ocorreu nas residências dos entrevistados. As conversas informais aconteceram, na maioria das vezes, de forma espontâneas em diferentes momentos e lugares.

Acredito que os momentos de diversão e as conversas particulares com amigos (principalmente antigos moradores) foram as ocasiões mais importantes para me informar, pois nessas situações os receios, a insegurança e a preocupação com o que falar não aparecia. Ali eu aproveitava e provocava certas discussões, colocando questões que uso nas entrevistas formais para ouvir opiniões de cada indivíduo. No final de cada conversa relevante, avisava a pessoa que utilizaria suas informações para minha dissertação. Admiravelmente, alguns perguntavam se o que falaram era importante para utilidade na pesquisa da Universidade. Um amigo brasileiro, mestrando em Sociologia profissional na Universidade Federal do Ceará, residente em Redenção, uma vez brincou e me chamou de explorador e disse que vou ter que pagá-lo pela informação.

Após cada entrevista formal ou informal realizada, perguntava se o entrevistado conhecia outra pessoa que pudesse me indicar para entrevista. Essa técnica, sugerida pelo meu orientador, resultou em várias entrevistas que ocorreram com mais tranquilidade e confiabilidade¹¹. Encontramos exemplo dessa natureza no comentário da Regina Weber (1996, p. 7) sobre a experiência/obra de Yves Lequin e Jean Métral (1980, p. 151). Segundo a autora:

para encontrar metalúrgicos aposentados em Givors, uma pequena cidade industrial ao sul de Lyon, Yves Lequin e Jean Métral contaram inicialmente com indicações dos serviços culturais da Prefeitura, principalmente de uma arquivista, e depois com a ação do método “bola de neve”: cada informante enviava a equipe a outros novos informantes.

Alguns interlocutores têm dificuldades de falar ao serem interrogados. Este é o caso dos que me indagavam: “O que falar”? “Não sou bom de falar” e indicavam outra/s pessoa/s ou, simplesmente, decidiam não fazer parte da entrevista. Além disso, existia dificuldade para se reunir com interlocutores. Por exemplo, sempre que combinávamos horários e locais, a maioria deles não aparecia ou criavam justificativas quando eu ia até as suas residências. Tive que remarcar com alguns mais de quatro vezes e outros até eu mesmo desistir. Um amigo (de 41 anos, morador de Acarape) chegou a afirmar que o colega dele com quem eu tinha marcado a entrevista por mais de (3) vezes não tinha informação relevante, motivo que o fazia fugir, pois “*não estudou*”, concluiu ele. Mas logo eu o informei que não era necessário estudar para ter algo a dizer.

Para esta pesquisa, tomei o método clássico da Antropologia (observação participante) como um instrumento central de investigação. Pois no surgimento do fazer etnográfico e no uso de suas técnicas/métodos protagonizou-se a Observação Participante e a realização de Entrevistas como meios cruciais para os fins informativos. Assim, compreende a observação participante como o elo que permite aos seus praticantes familiarizar-se e experimentarem física, emocional e intelectualmente a realidade empírica do seu campo de pesquisa. Podendo observar e registrar todas as atividades diárias dos seus sujeitos. Nesse aspecto, Tim Ingold chamou atenção para um importante fator na observação participante, ao afirmar que “observar não é necessariamente objetificar, é perceber o que as pessoas estão dizendo e fazendo, é

¹¹ A pessoa sugerida pelo entrevistado muitas vezes se sente importante e, às vezes, é explicado o teor da pesquisa por quem a sugeriu. O que lhe garantia mais segurança e confiabilidade na pesquisa. Isso, obviamente, ajudava na realização da entrevista.

olhar e ouvir, e é responder conforme a sua própria prática” (INGOLD, 2015, p. 225). E antes do Ingold, no prefácio do livro de William Foote Whyte (2005), Gilberto Velho realça que, participando das atividades do pesquisado, evita-se o senso comum, preconceito e estereótipo. Para ele,

viver e conviver com os universos pesquisados, participando de suas dificuldades e dramas, por períodos de tempo mais extensos, representava, de saída, um esforço para não ficar no senso comum, estereótipos e preconceitos, estudando as situações em que matizes, ambiguidades e contradições são características inescapáveis (VELHO, 2005, p.13).

Neste sentido, para construir a pesquisa, o pesquisador precisa estar munido de ferramentas que facilitem o desenvolvimento do seu percurso ao campo. Tome-se como exemplo a experiência em Cornerville de William Foote-Whyte (1990), descritas no capítulo introdutório da obra, cujo título é *‘Treinando a observação participante’*. No referido capítulo, o autor explicou o modo como desenvolveu a sua relação interpessoal com os moradores do bairro através de um acompanhante nos momentos iniciais e, posteriormente, não dependia do acompanhante para envolver com os sujeitos, pois construiu a esfera de relação amigável com habitantes daquela localidade. Esse esforço construído para se aproximar dos sujeitos viabilizou o seu acesso junto aos moradores, o que lhe permitiu realizar a etnografia.

Já o Malinowski relata ter sido aceito¹² em meio aos trobriandeses em razão de sua insistência de se aproximar diariamente dos nativos, que, então, teriam se “acostumado” com a sua presença. Apesar da existência da diferença da experiência - pois a minha pesquisa se configurou num contexto espacial e em uma rede de relação social antes constituída com os antigos moradores e recém-chegados estudantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a estas cidades - tive que enfrentar certas dificuldades como já referi. Esses fatos contribuíram de uma ou outra forma no aperfeiçoamento do meu percurso ao campo. Ainda a propósito da observação participante, Urpi Uriarte (2012, p.5-6) tinha a razão quando afirmou que o trabalho de campo é uma “atividade construtiva ou criativa”, no sentido que o pesquisador chega ao campo com muita teoria, métodos e técnicas para etnografar as informações. A surpresa é que essas ferramentas podem não funcionar ou as pessoas em

¹² Apesar de, antropologia contemporânea realizar uma crítica do contexto colonial no qual se produziram as etnografias clássicas inglesas, aproveitamos esses exemplos de relatos de efetivação no campo para realização das etnografias.

campo podem não abrir as portas. É então que chega a frustração e até mesmo tem-se vontade de abandonar o trabalho. Deve-se ainda ponderar que a “observação participante pode ser desconfortável, e não devemos começar a pensar que tudo o que as pessoas nos disserem será verdadeiro ou maravilhoso. De fato, elas podem dizer coisas que consideramos horríveis ou abomináveis” (INGOLD, 2015, p. 226). É nessa hora que o pesquisador precisa ser criativo, precisa criar caminhos para se adequar ao lugar e construir a sua pesquisa.

No meu caso, percebi que o primeiro desafio no campo não era a questão de aproximação (VELHO, 2003) e tampouco os desconfortos exemplificados (de Cornerville ou da ilha trobriandesa), pois os habitantes destas cidades já estavam acostumados com a presença de estudantes, tanto nacionais quanto internacionais. Deste último grupo, eu fiz parte desde a primeira metade de ano 2014 e residi nas duas cidades, como já referi anteriormente. Além de conhecer as cidades, tenho muitos conhecidos (amigos) e alguns destes têm filhos estudando na Unilab – alguns destes conduziram-me aos seus pais. De mesmo jeito, os pais me indicaram seus filhos que estudam na Unilab como sugestão para entrevista. Isto ajudou a minimizar o desconforto por parte de antigos-moradores. Em relação aos estudantes internacionais, estar no seio deles não tem nada absolutamente de estranheza.

Um pouco antes de começar as anotações que resultariam na presente dissertação, participei de várias atividades no campo, como as festas organizadas no Município pela prefeitura de Acarape, festas dos estudantes internacionais e outras atividades que se realizavam nos finais de semana na Praça Matriz. Recentemente participei da esperada festa da padroeira Santa Rita, que acontece todo o ano no mês de setembro, em Redenção. Segundo as explicações dos moradores desta cidade, essa festa remonta aos tempos passados e tem uma conotação muito relevante para as famílias e para a espiritualidade da população local e internacional. Ela é realizada em homenagem a Santa Rita de Cássia e, na ocasião, todos os que fizeram promessas voltam para agradecer e/ou pedir bênçãos a esta ‘santa’. Referindo a esta comemoração, um artigo publicado no Diário do Nordeste pela Maria José (2017) salienta que, “segundo os devotos a festa de Santa Rita é uma das maiores do Maciço de Baturité. Neste período muitos retornam de outros estados para reverem familiares e amigos, além de pagarem promessas e receberem bênçãos” (JOSÉ, 2017). Ainda a mesma autora sustenta que este festejo também tem um caráter internacional, no sentido que, outros

países mantêm contato com a Paróquia “pelo padre Francisco das Chagas Soares Rodrigues” (JOSÉ, 2017). O que demonstra a grande relevância da festa que dura dez (10) dias no mês de setembro. Comemorações desta natureza acontecem em vários lugares do Brasil. A semelhança do que constatei em Redenção, Francisco Willams Lopes (2019) demonstrou em sua pesquisa realizada sobre as mudanças que marcaram a vida dos nativos da antiga Vila de pescadores, na atual Cumbuco, que as festas desta natureza são “instituições ou eventos que fortalecem os laços de solidariedades” tanto dos pescadores locais, quanto dos visitantes que na maioria das vezes são as famílias e amigos, como é notável no caso de Redenção.

O autor também destacou dois eventos que têm uma conotação excepcional na vida dos nativos da Vila e que representam uma ampla rede de relações entre a população. Primeiro, as Regatas Marítimas e segundo, os festejos de São Pedro. A Regata Marítima é comemorada com variadas atrações e competições na praia entre os pescadores do Cumbuco. E o segundo são os festejos do São Pedro que são organizados pela mesma população na igreja local. Trata-se de uma festa “religiosa e cultural” voltada à devoção ao santo que eles acreditam que lhes protege e proporciona uma boa pescaria. Analogamente, nas festas da padroeira de Redenção os seus participantes são de diferentes partes do Brasil, sendo que a maioria é proveniente de famílias que mudaram para outras cidades ou Estados. (LOPES, 2019, p.193-200).

Outros momentos de encontro são as Atividades organizadas pelos estudantes da Unilab, principalmente as festas das independências dos países¹³ que fazem parte da Universidade. Nelas¹⁴ é frequente observar a participação dos moradores das duas comunidades para acompanhar as apresentações culturais e acadêmicas. Por outro lado, é frequente encontrar os jovens organizando as festas nos finais de semanas para diversões estudantis ou outras, referentes às comemorações de aniversário ou Chás de Bebês/Fraldas.

Já as festas de prefeituras ou das cidades onde fiz a pesquisa têm mais a ver com as datas importantes e de significados na memória local. Por vezes, só os mais velhos

¹³ Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe.

¹⁴ Recentemente foi realizada uma atividade de natureza cultural pela Pró-Reitoria de Arte e Cultura (PROEX) na Unilab entre os dias (23-25/10/2019), sob o tema “Ciência e Diversidade de gênero: produção de saberes para a afirmação dos direitos humanos”. Esse espaço cultural também é de caráter internacional que acontece todos os anos, reunindo personalidade de diferentes lugares nas comunidades de Acarape/Redenção.

sabem do significado daquelas datas. Afirmo isso porque, constatei que muitos jovens até participam dessas comemorações, mas nem todos sabem explicar o motivo ou os seus significados (**Diário de campo**, 2019). Um exemplo foi quando perguntei a vários amigos brasileiros sobre a festa de Santa Rita, resposta gravitou simplesmente em torno do tema ‘festa da família ou reverência à Santa’.

Enfim, para finalizar a apresentação do percurso metodológico, gostaria de acrescentar uma observação sobre a diferença entre os pesquisadores viajantes e os nativos ou que vivem no local da pesquisa. Os pesquisadores que viajam para um determinado lugar a fim de passar um determinado tempo (um mês, três meses ou mais), recolhendo as informações e voltam para suas cidades com o material alcançado para análise e a construção do texto etnográfico. Estes vivenciam pouco a realidade dos sujeitos/grupo ao qual pretendem compreender. Já o caso dos pesquisadores residente ou nativo do local da pesquisa, o campo é constante. Porque a cada momento, ele se atualiza com os fatos correntes no dia-a-dia do seu campo. Ele tem o dever de escolher por onde parar a compilação de informações e construir o texto, pois se não o fizer, o trabalho nunca terá fim, pois as novidades aparecem constantemente. O meu campo assume essa característica, e tive que parar o percurso no campo provisoriamente para a construção textual. Com essa pequena observação sobre os pesquisadores que residem ou não ao campo, a intensão não se trata de um modo de pesquisa de campo ser melhor que o outro, mas realçando a diferença de intensidade das experiências vividas (PEIRANO, 1995) entre os dois grupos de pesquisadores.

Nessa circunstância, o trabalho foi estruturado em três (3) capítulos, além da Introdução e Considerações finais. O primeiro capítulo analisou a trajetória da expansão do Ensino Superior brasileiro, partindo no contexto nacional e terminou na questão local, com o caso da Unilab em Acarape e Redenção. O capítulo demonstra que o Ensino Superior Universitário começou tardiamente no Brasil e que o seu início foi marcado pela distribuição desigual das universidades segundo as regiões. Digno de nota é que as regiões Sul e Sudeste tiveram e ainda tem maior contração das instituições em relação ao Norte e o Nordeste do país. A mesma situação se verifica entre capitais em relação a seus interiores.

Para a construção do primeiro capítulo, trabalhamos com as perspectivas dos entrevistados sobre a presença da universidade no Maciço do Baturité. Segundo eles, a

universidade é bem-vinda no Maciço e contribuiu na amenização do problema da ausência de acesso ao ensino superior. Mas os mesmos entrevistados demonstraram também as suas percepções em relação a alguns problemas sociais catalisados pela presença da universidade. Com base nas observações feitas no campo e entrevistas dos antigos moradores de Acarape e Redenção, o segundo capítulo traz reflexões sobre a questão das mudanças, do alto custo de vida e das novas dinâmicas que as duas cidades experimentam a partir de momento que a Universidade foi instalada nas duas comunidades. Já o capítulo três explora as configurações dos conflitos e tensões socioculturais que brotaram na relação/interação entre os estudantes internacionais e os brasileiros em Acarape e Redenção, através dos confrontos discursivos e agressivos.

Concluo o presente trabalho tentando responder à inquietação levantada sobre o lugar dos antigos moradores no projeto da Expansão e Interiorização do Ensino Superior em Acarape e Redenção. Por meio de várias investigações de documentos e outros trabalhos relacionados ao mesmo assunto, constata-se que não foi pensado o lugar dos antigos moradores de Acarape e Redenção no projeto de constituição da universidade. Constato que o projeto que se efetivou nas universidades interiorizadas ambicionou somente proporcionar o desenvolvimento dessas localidades sem preparar os anfitriões para a nova realidade ou o rumo que estas cidades seguiriam.

CAPÍTULO I

1. Reflexões acerca da Expansão e Interiorização do Ensino Superior no Brasil e o nascimento da Unilab

A Educação Superior tem se tornado uma importante ferramenta global utilizada pelos Estados Nacionais e estimulada pelos Organismos Internacionais para a preservação, respeito às diferenças socioculturais, a promoção de intercâmbios estudantis, o fomento do desenvolvimento sustentável dos territórios e também como o canal de cooperações entre os países nos últimos séculos (UNILAB, 2010; NASCIMENTO, 2018). Desconfiamos que esses aspetos, da promoção da formação ou a capacitação do individuo que talvez seja para habilitá-lo numa função, a fim de corresponder às determinadas demandas locais e responsabilizá-los a engajar num o estilo de vida comprometida com novas demandas das políticas ambientais e sustentáveis a que mundo está acompanhando. Mesmos aspetos se verificam nas relações cooperativas, nos intercâmbios com países considerados de terceiro mundo. Isso nos remete a refletir sobre aspetos colônias dos grandes projetos nesse século e inclusive essas características se verificam nas universidades. Exemplos disso são as diretrizes da Unilab e as referências que nela se encontram, (Unilab, 2010).

Segundo mesmas diretrizes da Unilab, tais propósitos¹⁵ vêm ganhando maior atenção nos planejamentos em cúpulas de líderes mundiais vinculados à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – a UNESCO no século XX. As reuniões tiveram lugar em variadas localidades e datas, (UNILAB, 20210). Nelas, os participantes se comprometeram a proporcionar ambiente e condições adequadas para oferecer os ensinamentos de qualidade às suas populações e efetivar os intercâmbios estudantis e cooperações internacionais na área da Educação Superior. Digo de nota é que a representação da liderança brasileira nessa área se fez presente, tal como pude consultar no texto dedicado às diretrizes da Unilab (2010) e também tal como consta no site da UNESCO (1998; 1999), disponíveis online.

Neste ambiente de estímulo à cooperação internacional, o Brasil se interessou em ampliar e fortalecer a sua relação cooperativa com os países de Comunidade dos

¹⁵ Também já provoqueei, sem aprofundamento, essa discussão no meu trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado Integração e Diferença: Um estudo sobre as interações dos estudantes africanos, brasileiro, timorenses e as comunidades de Acarape e Redenção, 2017.

Países Língua Portuguesa – CPLP – comunidade da qual faz parte. Por outro lado, para honrar o compromisso de oferecer educação para todos, (UNESCO, 1998), o Brasil investiu mais em 2003 na política de Expansão e Interiorização do Ensino Superior para a população residente nos municípios, priorizando aquelas cidades ou regiões que careciam das instituições de instituições de Ensino Superior, (Unilab, 2010). Assim, objetivava-se minimizar o constante refúgio e aglomeração dos cidadãos dos interiores para as grandes cidades em busca de formação superior e também a melhoria da condição de vida naquelas localidades.

Refletindo sobre a situação análoga, Arno Rieder demonstrou que várias vezes, os que se deslocavam para grandes cidades, após a conclusão dos estudos, não voltavam para as suas regiões. Dessa forma, enquanto “aprofundava os problemas sociais nas capitais” e um “desenvolvimento desordenado e descontrolado” (RIEDER, 2011, p. 4) devido à aglomeração que experimentavam, os municípios ficavam mais vulneráveis de quadros formados e pobres. Ainda para o mesmo autor, por isso se fazia necessária a descentralização do Ensino Superior (RIEDER, 2011) público, isto é, para minimizar este cenário dos interiores.

A referida descentralização aconteceu de modo mais aprofundado a partir de 2003, ano em que o Estado brasileiro investiu consideravelmente na Educação. Assim, por meio da REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), implantou várias Universidades, Institutos e suas Extensões públicas federais em vários interiores. Segundo Rieder (2011), apesar de muitas vezes apresentarem fragilidades em termos de condições e funcionamento, são inegáveis os resultados proporcionados e os avanços drásticos experimentados nos lugares onde as universidades foram implantadas. Além de formar os quadros, universidades interioranas proporcionam a circulação/movimentação comercial, criação de infraestrutura/residências, mobilidade humana e, acima de tudo, possibilitam a formação de vários indivíduos que jamais esperavam ingressar nas universidades, como foi o caso de muitos alunos da Unilab. Ao ressaltar a importância da Unilab em Acarape e Redenção, Eduardo Gomes Machado, Erlanio Ferreira Lima e Osvaldo Vaz Furtado, demonstram que:

a UNILAB está alterando quantitativa e qualitativamente as necessidades urbanas na cidade, em suas dimensões materiais e imateriais, as funções e papéis desempenhados, as relações, dinâmicas

e fluxos urbanos em variadas escalas (MACHADO, LIMA, FURTADO, 2017, p.53).

Levando em consideração essas circunstâncias, observa-se que as iniciativas da Expansão e Interiorização vêm contribuindo na redução das desigualdades vigentes entre os Estados e municípios em relação às suas capitais (BRASIL, 2011), dando oportunidades de qualificação de quadros locais (interioranos) com formações superiores. Assim, podendo contribuir no desenvolvimento local das suas regiões e minimizando os encargos para o Estado. Feito desse modo, a Educação Superior passa a ser uma ferramenta fundamental para atender as demandas das populações dos interiores que de várias instituições foram desprovidas, inclusive as de formação superior e outros meios necessários, principalmente os Estados Nordestinos (RIEDER, 2011; NASCIMENTO, 2018).

1.1. Breve contextualização da Educação Superior Pública no Brasil

Este subcapítulo pretende contextualizar brevemente o desdobramento, a desigualdade da distribuição e a acessibilidade ao Ensino Superior Público no Brasil. Ao mesmo tempo, analisa a questão dos interiores e, especificamente, de Acarape e Redenção. Nessa perspectiva, tomou-se o caso da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para contextualizar a questão de Acarape e Redenção.

Uma virtude que não podemos ignorar atualmente é que o Brasil é um dos poucos países do mundo nos quais a Educação Superior pública é oferecida gratuitamente à população. A facilidade do acesso à formação superior a cada vez melhora as chances profissionais para múltiplas pessoas sem possibilidades financeiras de acessar o ensino privado. A política para a educação superior brasileira também acolhe milhares de estudantes internacionais todos os anos. Mas quando olhamos para o quadro ou para os índices dos países com maior ou menor número da população com formação superior na América-Latina, segundo as metas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), percebe-se que o Brasil está atrás de alguns países (as informações OCDE, 2015). Este é caso de outros países latino-americanos, como Argentina, Chile e México.

Os fatos que explicam esse atraso do desenvolvimento do ensino remontam ao passado histórico da colonização portuguesa, que demorou em implantar as instituições

do Ensino Superior em todas as suas colônias – principalmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP¹⁶). O Brasil não escapou dos mesmos atrasos. Luiz Cunha (1980) demonstra que foi apenas na primeira metade do século XX que o Brasil veio a experimentar a implantação das instituições universitárias a nível nacional. José M. R. Pinto (2004) atribui a essa tardia construção das primeiras universidades a baixa taxa de cidadãos brasileiros que tinham e/ou que estavam na formação superior na lista da UNESCO, (Global Education Digest) em 2003. Ou seja, a partir do baixo número de cidadãos compreendidos na faixa etária de 18-64 anos de idade. Paixão, Pereira e Zago (2015) salientaram que, nessa altura, além das poucas oportunidades de cursar o Ensino Superior devido a escassez da formação superior no período anterior, muitos jovens na referida faixa etária não conseguiam terminar o ensino fundamental ou médio em todo o Brasil, revelou os resultados da pesquisa que eles fizeram. Isso impactava negativamente no fluxo de aderência as instituições da formação superior.

O Brasil começou acelerando e ampliando suas Políticas Educativas¹⁷ e de acesso às instituições Públicas do Ensino (universidades) por volta da segunda metade do século XX, principalmente nas décadas de 1940-1960 (RIEDER, 2011; BIZERRIL, 2018). Este período, segundo Bizerril (2018), é “marcado por um crescimento lento” até o final do século XX (década de 1990). Além da lentidão na sua evolução, a maioria das instituições estava localizada no Sul e Sudeste do país. Esses fatos que vêm mudando a partir de 2003, momento em que houve forte investimento nesse sector e a partir do qual foram ampliadas e criadas novas Universidades e Institutos federais de Ensino Superior e técnico a nível nacional. Isso proporcionou um crescimento significativo em todos os níveis da educação nos momentos atuais.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos últimos anos houve crescimento na educação, principalmente no sector de ensino privado, que apresenta maior índice de crescimento das matrículas, tanto no ensino médio quanto nas universidades (BARROS, 2015; INEP, 2018, 2019). Para alguns autores, o início do século XXI é o marco nacional de uma nova etapa na

¹⁶ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. São eles: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

¹⁷ As Universidades e Institutos Federais (antigas) foram ampliadas, foram criadas novas Universidades e constituídas políticas públicas (de carácter económico, sociocultural e racial) que permitem a permanência dos estudantes dentro das instituições. Essas políticas foram criadas com o objetivo de atingir todas as classes e níveis sociais, principalmente as menos privilegiadas da sociedade brasileira.

história da educação brasileira. O período compreendido entre os anos 2001-2010, especialmente 2003, é o marco nacional do apogeu da política de acessibilidade, (HELENO, 2014; CARVALHO; SANTOS JR E REGÔ, 2015; BARROS, 2015; FUSCO, OJIMA, 2016). Apesar disso, o país ainda permanece com um baixo índice em relação às metas pré-estabelecidas das políticas internacionais da educação de Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isso mostra a necessidade urgente que o país tem de aumentar o investimento na educação e no acesso.

Se na gênese da Educação Superior brasileira, as universidades se concentravam majoritariamente nas regiões do sul e Sudeste, o quadro hoje não parece ser diferente. Até os dias atuais, Norte e Nordeste apresentam menor número das universidades em relação às regiões acima mencionadas. Já quando olharmos para os capitais em relação aos interiores dos Estados, percebemos as análogas discrepâncias vigentes em nível nacional. Aliás, Arno Rieder (2011) sublinhou que praticamente a maioria dos interiores é desprovida das instituições, tanto educativa quanto de outras naturezas. Nessa óptica, no passado os habitantes interioranos com baixas possibilidades financeiras tinham o privilégio de acessar essas instituições apenas nas grandes capitais. Esse fato tem implicações nos dias atuais, pois apesar de existir a representação dos habitantes dos interiores e também membros da classe trabalhadora nas universidades, ainda o marcador da desigualdade nos possibilita especular que as instituições universitárias foram e ainda continuam a demonstrar as características elitistas de variadas maneiras. Assim ao refletir sobre a estrutura que marcou a história das Instituições de Ensino Superior brasileiras, o mesmo autor (Rieder) frisou que a universidade atendia as demandas das capitais. Esse modo caracterizou o nascimento da Universidade alimenta mais a concepção de que ela é para elites, como constatei na pesquisa de campo em Acarape e Redenção.

Na mesma linha do raciocínio, Carvalho, Santos Jr. e Regô sustentaram que “historicamente, o Ensino Superior brasileiro surgiu excludente”. Pois, inicialmente servia somente o interesse de uma minoria privilegiada e que estava ligada aos “novos burgueses aliados à coroa portuguesa” (CARVALHO, SANTOS Jr., REGÔ, 2015, p. 8). Ainda na mesma página, eles mostram que o cenário começou a mudar a partir dos anos 1889 e 1918, quando a iniciativa privada entrou em cena, ampliando número das instituições, número de ofertas das vagas e, sucessivamente, proporcionou a ampliação

das concorrências e acessibilidade (CARVALHO, SANTOS Jr., REGÔ, 2015). Diante desse cenário, a Educação Superior Pública brasileira, por meio de várias perspectivas nacionais e internacionais adotadas pelos governantes, começou a ganhar, aliás, a criar as novas metas de expansão e de garantia de acesso às instituições de Ensino Superior. Assim, os seguintes subcapítulos analisaram esses percursos seguidos pelo ensino brasileiro.

1.1.1. Do Contexto Internacional ao Nacional

No contexto internacional, o governo brasileiro se comprometeu a atender às diretrizes e aos objetivos da política internacional da escolarização de toda a população. O compromisso foi assumido e reassumido em várias reuniões e Conferências Mundiais promovidas pelo programa das Nações Unidas para Educação Superior da UNESCO. Este foi o caso da Conferência Mundial de Educação para Todos, sucedida na cidade de Jomtem, Tailândia, em 1990, que tinha como foco a promoção de Ensino Superior a todos. Na ocasião, 155 países se comprometeram em executá-la até o ano 2000 e, entre eles estava o inclusive o Brasil.

Mas o cumprimento do compromisso assumido não concretizou. No Fórum Mundial de Dakar em 2000, essa meta foi adiada para o ano 2015. Nessa “ocasião foram definidas metas e estratégias para o alcance de uma educação para todos” (UNILAB, 2010, p. 18). Ainda se destacam outros encontros de mesmo caráter, como a Conferência Regional de Educação Superior (CRES), realizada pela UNESCO em Cartagena de Índias, no ano de 2008. A mesma teve a finalidade de definir as prioridades para América Latina e Caribe, visando uma educação mais “democrática”. Em seguida, a Conferência Africana sobre Educação Superior (CAES), em Dakar, Senegal, no ano de 2008 e a Conferência Mundial de Educação Superior (CMES) de Paris, França, em 2009. Tais encontros adotaram como temas de discussão as novas dinâmicas e a flexibilidade de atendimento às demandas da Educação Superior como prioridade – expandindo-a e, por intermédio dela, a realização das pesquisas para promoção de mudanças, desenvolvimento sociocultural e a possibilidade de efetivação dos intercâmbios “socio-acadêmicos” e cooperações internacionais solidárias com países parceiros (UNILAB, 2010, p. 18 e 19).

Nas diretrizes da Unilab constam essas referências à UNESCO e à expectativa do Brasil de implementar os objetivos definidos nas conferências nas capitais e nas

regiões interioranas com escassez das instituições universitárias. Além dessas referências, existem várias outras conferências ligadas à UNESCO, nas quais a expansão e o acesso à Educação Superior apareceram como protagonistas para o desenvolvimento social, econômico e sustentável. Tais conferências são: *1)* Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Organização das Nações Unidas em Nova York, 2000. *2)* Plano de Ação da Segunda Década de Educação em África, realizado em Maputo, Moçambique (2006-2015). *3)* Cúpula América do Sul-África (ASA), a reunião que ficou conhecido pela renomada “Declaração de Abuja”, Nigéria, 2006, “que apela adoção de cooperação e intercâmbio, nomeadamente por meio da formação de universidades e instituições de ensino e de investigação inter-regionais” (UNILAB, 2010, p. 18).

Com a ambição de corresponder a essas expectativas internacionais, o Estado brasileiro criou as instituições universitárias de caráter internacional, inclusive a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) com sede principal em Redenção, interiorizando e internacionalizando suas políticas educativas, principalmente com os países africanos, em especial de Língua Portuguesa. Também foi criada a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), fundada em uma iniciativa de cooperação com os países latino-americanos e localizada na cidade Foz do Iguaçu, no Estado de Paraná. Assim, as características e os objetivos dessas Universidades, em especial da Unilab, não são simplesmente da expansão e/ou da interiorização no país, mas assumem um caráter de cooperação e intercâmbio internacional em parceria (integração) com as Comunidades dos Países que o Brasil tem ou se interessa em estabelecer e fortalecer as relações diplomáticas - CPLP¹⁸, baseando nas perspectivas das cúpulas internacionais sobre a Educação Superior (UNILAB, 2010).

Nosso interesse aqui se volta para a Unilab e para as cidades onde ela está localizada. Sabe-se que, um aspecto norteador da criação da referida universidade foi o interesse no protagonismo da política da expansão cooperativa do Estado brasileiro com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, aliás, buscou-se “estreitar a relação com os PALOP” (HELENO, 2014, p. 63 a 97). Cooperações na área da educação, agricultura e saúde, baseando na formação superior talvez sejam a saída mais

¹⁸ Comunidades de Países de Língua Portuguesa são: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

viável ao país para se englobar no mundo das cooperações internacionais. Pois, segundo Letícia M. C. Nóbrega Cesarino (2012), ao analisar o caso do Brasil nas cooperações, internacionais, sustentou que o país ainda é muito fraco nas diretrizes das políticas externas, motivo pelo qual tem “descentralizado modelo para fornecer cooperação [...] e para prioridades nacionais específicas do setor laços e formas de conceber e executar projetos,” (CESARINO, 2012, p. 527).

No caso particular dessa Universidade e a projeção (interesse) do estado brasileiro, há, além do escopo mais geral da cooperação sul-sul. Outras ideias norteadoras de sua criação e localização no Estado Ceará (Redenção). Primeiro, deve-se a percepção de que o Brasil possui uma dívida histórica com os países africanos (Instituto Lula, 2012; HELENO, 2014). A criação da Unilab e as suas políticas de internacionalização contemplam a África por motivos passados da escravidão (africanos raptados e trazidos nos porões dos navios até o Brasil).

Ademais, a localização da universidade na cidade Redenção está ligada a um motivo histórico, uma vez que o município foi a primeira a cidade a libertar os escravizados africanos das senzalas (UNILAB, 2010). O segundo caso trata-se do fato que a “região Nordeste apresenta uma das mais baixas taxas de escolarização no Brasil, estando também abaixo da média nacional de desenvolvimento social” (UNILAB, 2010, p. 21). O censo 2010 de IBGE comprovou que o nordeste teve o menor índice no que tange ao desenvolvimento da educação – neste caso, inclui-se o Estado de Ceará que, no final do ano (2020), obteve um dos melhores índices em termo de avanço. Fusco e Ojima (2016) afirmam que além de situação econômica, a baixa taxa de escolaridade se deve ao fato da região possuir poucas instituições universitárias (públicas), o que dificulta o acesso da população nordestina à formação (como é o caso de Acarape e Redenção, Ceará).

A Unilab foi criada para contribuir com a redução da desigualdade social vigente no nordeste em relação ao sul/sudeste (CORBUCCI, 2014), e para garantir o reforço da cooperação sul-sul que engloba vários aspectos: as relações de trocas, as relações políticas, as relações socioculturais, etc. (HELENO, 2014; TÉ, 2017). A localização da Unilab no interior do Estado visa contribuir e permite os habitantes do Maciço acessar a formação superior sem a necessidade de se deslocar para a capital. Relativamente ao deslocamento do interior para capital, ou outros lugares em busca de formação, os

interlocutores desta pesquisa me informaram que o percurso que faziam antes da instalação da nova universidade era principalmente para Fortaleza ou Baturité, à procura de formação de técnica ou superior.

Arno Rieder salientou que “a revisão da distribuição espacial da localização das Universidades tornava-se uma necessidade cada vez mais evidente” (RIEDER, 2011, p.4). Continuou (ele) no mesmo parágrafo afirmando que este fato se tornou real no ensino público brasileiro e teve a sua gênese ainda no período da interiorização das extensões universitárias, implementadas a partir da década de 1970 a 1980 com o projeto Rondon, que por meio dos estudantes nele inseridos sob a coordenação dos professores, atendiam as demandas do povo do interior. Tais ações, posteriormente, deram origem às expansões dos campi interioranos. Com projetos de mesma natureza (expansão), outras universidades semelhantemente expandiram suas extensões, mas infelizmente, muitas não permaneceram devido à falta de financiamento (RIEDER, 2011).

Após a última promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira LDBE (Lei nº 9.394/96), que defende o direito¹⁹ ao ensino público de qualidade desde educação básica até ao superior às populações vulneráveis de forma gratuita e de qualidade, assistimos a conquistas importantes nessa esfera histórica. Apesar de existirem críticas, a finalidade da LDBE é de promover a ampliação e o acesso à Educação para toda a população desprovida de tais instituições até pouco tempo atrás. Com a legislação, abriram-se as portas para outros sectores investirem. Segundo Lalo Watanabe Minto (2018), o Estado Brasileiro vem criando políticas (planos) públicas para as escolas públicas e para as privadas que facilitam os menos privilegiados a terem acesso a formação nas instituições superiores de ensino. Contudo, deve-se notar que, embora tenha havido crescimento nesse sector, o mesmo é lento no público em relação ao setor privado, que tinha e ainda tem mais evolução. Aparecida Barros (2015, p. 368), observa que,

Em se tratando da oferta de vagas..., verificamos que ao longo do período 2001-2010, manteve-se a tendência iniciada na década anterior, de crescimento da educação superior pela via privada, que passou a contar de forma significativa com apoio financeiro do governo. Desse modo, enquanto o setor público teve crescimento de

¹⁹ Ver a obra de Minto, 2018 (gratuidade do ensino superior em estabelecimentos oficiais: precisão e implicação).

74% no quantitativo de vagas ofertadas, o setor privado alcançou 132% no mesmo período (BARROS, 2015, *apud*, OLIVEIRA, DOURADO, AMARAL, 2006).

Pinto (2004), por exemplo, vê o modelo de ensino de caráter privado como aquele que não inclui os pobres e afrodescendentes. Mas para Corbucci (2014, p.8) “o estudo elaborado por este autor é anterior a implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni), de modo que, nos últimos anos, tem crescido a proporção de afrodescendentes e de baixa renda nas instituições de ensino privado”.

Nesse período, a interiorização do ensino superior já tinha forte acentuação em alguns estados, lugares caracterizados como menos favorecidos e nos quais a maioria dos habitantes não têm condições apropriadas para se manter, aliás, para sustentar a permanência dos filhos nas escolas técnicas ou superiores de formação.

A propósito da expansão do ensino superior brasileira na primeira década do século XXI, vale ressaltar a importância do programa social que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo decreto nº 6.096, do dia 24/abril/2007. Eu me refiro ao programa de apoio ao plano de “Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” – REUNI, que motivou e permitiu “a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência do estudante na Educação Superior no nível de graduação, bem como o melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BARROS, 2015, p. 374. *Apud*, BRASIL, 2007). Barros chama a nossa atenção para o relatório do primeiro ano do Reuni, publicado pelo MEC em 2009, que revela que:

[...] das 542 universidades federais existentes ao final de 2007, 533 aderiram ao programa. Quanto ao número de vagas em cursos presenciais de graduação, estas totalizavam 132.451, em 2007, e, em 2008, foi atingido um total de 147.277 vagas, o que equivale a um aumento de 14.826 novas oportunidades de ingresso. Por sua vez, a Relação Aluno-Professor (RAP) em 2008 foi de 17,8 alunos por professor, o que aponta para o cumprimento da meta apresentada no Artigo 1º do Decreto nº 6.096 (BARROS, 2015, p. 374, *Apud*, MEC, 2009).

Apesar de avanços concretizados pelo REUNI na expansão do ensino universitário como demonstra trecho acima, Aparecida Barros nos adverte que “é prudente que novos estudos analisem as consequências desta política” (BARROS, 2015, p. 374 e 375) e ainda complementa com a seguinte ponderação:

Neste sentido, é importante destacar que manifestações de resistência e críticas ao Reuni foram expressas por grupos estudantis, sindicatos e docentes das universidades federais. Para eles, esta política aponta para a massificação das universidades federais, não por ampliar o número de vagas nas universidades, mas por prever a elevação da taxa de conclusão média para noventa por cento e o aumento da relação aluno-professor na graduação, (BARROS, 2015, p. 374, 375).

O seguinte subcapítulo traz mais ideias sobre os programas sociais criados pelo estado brasileiro – principalmente nos anos 2003 a 2007.

1.1.2. Criação de Programas de Apoio Estudantis (Auxílios)

Nas conjunturas acima referidas, o Brasil tenta estabelecer a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), paralelamente com o Plano Nacional do Desenvolvimento (PND), o desenvolvimento e a formação da população e das regiões brasileiras (exemplo, ProUni – 2004; programa do Reuni – 2007), tendo também em vista o comprometimento internacional firmado nas reuniões da UNESCO.

Além de criar universidades, foi possível ao Estado Brasileiro, em diferentes momentos, desenvolver programas sociais e universitários que, por mais que não amenizem todas as necessidades da população, oferecem garantias mínimas de estudo a uma boa parcela dos matriculados em instituições de ensino superior. Em particular, à população interiorana de baixa renda familiar, que foi e ainda é atendida com tais programas e estruturas físicas. A Unilab é um grande exemplo desta política, que se revela desde a infraestrutura até a implementação das políticas de assistência social estudantil, por meio da concessão de bolsas de estudos para estimular o acesso e a permanência dos alunos nas redes universitárias públicas.

No ano 2001, foi criado o Plano Nacional da Educação (PNE) por meio da Lei nº 10.172/2001. Esse programa tem como foco principal promover a inserção dos jovens compreendidos entre 18 a 24 anos no sistema da educação nacional (CORRÊA e NASCIMENTO, 2018). Relembrando que essa motivação se deu para colmatar os atrasos nessa área, como mostram os indicadores da (OCDE, 2015). Segundo os quais Brasil apresentou e/ou apresenta índices muito baixos da população com Ensino Superior, quando comparado com outros países da América-Latina.

Em seguida, no ano 2007, com a intenção de cumprir com o que foi deliberado no PNE, o governo criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE²⁰). Segundo (CARVALHO; SANTOS Jr. e REGÔ, 2015, p.9) “este se constituiu como um primeiro mapeamento de ações a serem desenvolvidas no intuito de alcançar as metas estabelecidas”. Ainda segundo os mesmos, “foi neste cenário que inicialmente ocorreu o processo conhecido como Expansão I (2003-2007) com a finalidade de interiorizar o ensino público federal, que até então contava com quarenta e cinco (45) universidades federais e 148 campi universitários” (CARVALHO; SANTOS JR E REGÔ, 2015. p. 9, Apud NEDER, 2013).

Além do conhecido Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI²¹, já referido, existe o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que foi criado pelo decreto nº 7.234/10, com o objetivo de democratizar a permanência, minimizar a desigualdade social e regional, reduzir a evasão e contribuir para inclusão dos jovens que carecem de recursos financeiros para a manutenção na rede pública de Educação Superior. Ainda o mesmo programa oferece moradia, alimentação, transporte e acesso às atividades esportivas. Destaca-se a existência de outro programa de mesmo caráter, destinado a financiar os alunos de baixa renda matriculados nas universidades privadas, o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que foi criado em 1999 e reestruturado em 2010. Até os dias atuais, é um programa que financia até 100% das bolsas para alunos sem possibilidade de sustentar custos nas instituições superiores.

No próximo tópico destacaremos percurso da educação superior no país e a expectativas das populações dos dois municípios para ter uma universidade na região que facilite suas expectativas de estudos.

1.2. Trajetória educacional e a expectativa dos Acarapenses e Redencionistas em relação ao ensino superior

A semelhança de vários interiores dos Estados brasileiros, Acarape e Redenção não se isentaram do problema da escassez de instituições públicas e privadas, ou seja, o Ensino Superior não fazia parte dos planos futuros para maioria dos cidadãos dessas cidades até a chegada do projeto e a instalação da Universidade da Integração

²⁰ Este plano foi criado sob o decreto Lei nº 6.094/2007.

²¹ Foi criado sob Lei nº 6.096/2007.

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Conforme pude constatar em campo, poucos tinham o privilégio de cursar as universidades localizadas em Fortaleza ou em outros lugares circunvizinhos. Isto quando conseguiam terminar o ensino fundamental ou médio e possuir as condições financeiras para custear as mensalidades para a formação. A propósito deste contexto, Arno Rieder (2011, p. 4) tem razão quando afirmou que nos interiores longínquos das grandes capitais, onde não existiam instituições de Ensino Superior, “o sonho de cursar faculdade, mantinha-se reprimido em indivíduos que suscitavam mudar de condição social e que viam na Educação Superior essa possibilidade”. Este subcapítulo está empenhado em oferecer uma descrição sobre os desafios da educação acadêmica nos territórios de pobreza, onde muitas vezes os estudos são conciliados com o trabalho. Para apresentar este quadro, me basearei nas experiências dos entrevistados.

1.2.1. Trajetórias de ensino antes da Unilab e a relação com o trabalho

Antes da criação da Unilab nesses municípios, em Redenção existiam Cursos de formação ou capacitação voltados para o exercício do professorado. Era o sistema do ensino CNEC (Campanha Nacional de Escolas Comunitárias), que oferecia cursos de magistério superior, mais propriamente um curso pedagógico para os que desejavam ser educadores. Os beneficiados da referida capacitação eram alunos do ensino médio, que atuavam como professores nas escolas, limitados, portanto, a ensinar no ensino básico. Como existia carência de professores, alguns deles (os mais destacados) atuavam até no ensino médio. Porém, os interessados em perseguir outra formação superior tinham que ir para Fortaleza.

Ao comentar sobre esse assunto, a entrevistada Vânia, ex-aluna daquele programa, residente da cidade Redenção, graduada em Letras, ex-vereadora, professora e, atualmente, diretora de uma escola Pública de ensino fundamental da cidade de Redenção, descreveu a sua experiência da seguinte maneira:

Eu nasci em Redenção, depois fui estudar em Baturité. Terminei e voltei para Redenção para fazer curso de pedagogia. Era o mínimo que a gente podia fazer em Redenção, que nem era graduação, era só para ser professora. Na verdade, não era o que eu queria, queria era fazer Jornalismo. Mas eu não tinha como me manter, não tinha onde ficar em Fortaleza para fazer o curso que eu queria. Isso era antes de eu casar. Não tinha condição, não tinha

oportunidade de bolsa. Vim para cá [Redenção] fazer curso de pedagogia. Estudava a noite e trabalhava de dia para poder pagar meu estudo [...] Era uma escola da prefeitura, uma escola comunitária, mas era pago um preço simbólico. Tinham bolsas, mas eram para pessoas muito carentes e eu não enquadrava nesse perfil. Tive que pagar [...], não era muito caro. Dava para pagar, eu consegui meia bolsa, tive que pagar o resto, trabalhava para isso.

De forma semelhante, ocorreu com outro entrevistado de nome **Paulo**, ex-aluno da **Vânia**, morador da mesma cidade, hoje com sessenta e um (61) anos de idade. Um senhor pândego e experiente com cabelos brancos, sempre com tabaco e folha de limão ou maço de cigarros na mão. O conheço desde 2015, quando estudávamos o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Atualmente é estudante de Sociologia na Unilab e tem um olhar mais crítico em relação à forma como a educação que existia em Acarape e Redenção funcionava. Segundo ele, a

História da educação em Redenção nunca foi de outro mundo. Até agora não há muita mudança nas escolas do ensino básico [...]. O ensino era de nível muito precário. Nem ensino médio completo tinha [...], também não era muita preocupação da população não. Tinha até oitavo, nono ano, depois apareceu ensino médio, que era como curso para ser professor. Era curso básico de pedagogia que dava direito para ser professor. Quem queria fazer faculdade, tinha que pagar por conta própria em Fortaleza. Ficar lá para estudar, pagando ou a família paga. Minha família não tinha essa condição e fui trabalhar de marinho ainda bem jovem em Minas Gerais. Depois consegui entrar na Universidade Federal de Rio de Janeiro [...]. Se não fosse a Unilab eu não ia estudar Humanidades, nem a licenciatura em Sociologia.

Os referidos cursos superiores ofertados pela Universidade Estadual de Ceará (UECE) ocorreram em virtude que, em 1996, foi promulgado o decreto da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBE), que orientava o funcionamento das instituições da educação de base e obrigava os professores do nível médio a terem pelo menos a formação superior em todo país. Por esse motivo, os prefeitos do Maciço solicitaram apoio do campus da UECE de Quixadá para formar os professores na área de Matemática e Língua Portuguesa. Nessa ocasião, o campus foi instalado na cidade de

Baturité e o edital foi lançado. Em Redenção, a Vânia e outros três (3) colegas dela foram selecionados. De acordo com a entrevistada:

tudo era localizado em Baturité, porque era o centro do Maciço [...]. Depois de mais de vinte anos de carreira como professora de letras, surgiu uma oportunidade de um campus da UECE em Baturité. Era exatamente para formação de professores, porque tinha uma lei [...], o governo exigia que todos os professores deviam ter pelo menos uma graduação. Por conta disso, foi aberto um campus da UECE em Baturité em pedido dos prefeitos para formar todos os professores em graduações aqui no Maciço. Foram oferecidos só dois cursos: Matemática e Letras. Exatamente a disciplina que eu era [professora e] gostava. Tinha vestibular normal para poder estudar. Fiz, aprovei mais três colegas de Redenção. Fui graduar em Letras, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Quando terminei, logo comecei uma especialização em língua portuguesa no mesmo campus avançado de Maciço de Baturité.

Ao longo da coleta de informações, pude perceber que a cidade de Baturité era centro do Maciço antes da fragmentação municipal, motivo pelo qual tudo se fazia lá. Antes desse campus avançado da UECE, a Escola Superior de Agronomia oferecia alguns cursos superiores (principalmente na área de agronomia) no Maciço e, para cursá-los, os redencionistas ou acarapenses que tinham condições ou que ganhavam bolsas (que eram muito difíceis) migravam temporariamente para realizar os seus sonhos de estudo. Aqueles que tinham familiares no local/cidade de formação residiam ao longo do semestre ou curso nos domicílios dos familiares e aqueles que não tinham parentes enfrentavam a dificuldade de ida e volta para casa num contexto em que o transporte intermunicipal era precário. Os mesmos percursos aconteciam com os que desejavam cursos superiores nas universidades fortalezenses, tal como relatou o entrevistado Paulo.

Para o mesmo entrevistado, a Universidade Estadual de Ceará (UECE) tinha uma missão com um determinado grupo: graduar os professores que já atuavam nas redes públicas de educação. Em sua perspectiva, a oferta não estava garantida a todos os que desejavam os cursos superiores, como me informou Vânia, que apesar de reconhecer a limitação das vagas ofertadas, afirmou que “*havia formação para quem desejava*”. Como se vê, Paulo apresenta uma perspectiva diferente, demonstrando que

esses cursos eram limitados a formar os professores e, mesmo assim, não faziam cobertura a todos os professores da Matemática e Língua Portuguesa do Maciço. De acordo com Paulo:

[...] lembro-me de dois cursos de graduação que a Universidade Estadual oferecia para todo o Maciço. Era português e Matemática. Acho que eram extensões, [...], mas não era para qualquer alguém não, mas para formar quem já trabalhava como educador no Maciço. Era uma lei que ordenava isso para todo o país. Não sei quantas gentes de Redenção foram fazer essa capacitação, mas eram poucos, por conta das vagas destinadas para Redenção [...] não lembrando bem. Então, não era para todos, era uma missão que a Universidade estadual vinha cumprir. Anos depois, não continuou aquele campus na região, (Paulo).

Vânia continuou mostrando que,

...depois que o campus da UECE fechou, quando os prefeitos..., eles fecharam esse ciclo de graduação de professores, [...] aí o campus da UECE fechou, porque não tinha mais financiamento que era pago, era financiado pelos prefeitos que queriam que todos os professores do ensino médio tivessem pelo menos uma graduação. Acabou sonho dessas universidades. Jovens ficavam sem estudar. Vendo isso, os prefeitos do Maciço tinham sonho de uma universidade na região para atender esses jovens, mas demorou até que chegou a Unilab (Vânia).

Rieder (2011) observa caso semelhante ao relato pelos meus interlocutores na pesquisa feita no interior do Estado do Mato Grosso, concretamente na UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso). Ao enfatizar a presença das extensões universitárias no interior desse Estado, afirmou que as suas ações foram positivas. Mas não deixou de mostrar as lacunas que as mesmas não conseguiam resolver – como foi o caso da incapacidade de oferta das vagas para todos que precisavam no interior, da precariedade do funcionamento e da falta de recursos. Para ele, “alguns convênios com as Universidades responsáveis pelos Campi [...] mostrou-se tanto insuficiente como ineficaz, pois atendia uma pequena parcela dos que pretendiam cursar uma faculdade” (RIEDER, 2011, p. 5). Além de ineficiência e insuficiência que estas instituições apresentavam, principalmente na oferta de cursos e de vagas para a população, a

manutenção financeira do funcionamento era o problema peculiar que as levava ao fechamento.

A instituição mencionada pela Vânia era a referência de formação superior na região. Como foi desativada, a preocupação daqueles que pretendiam estudar passou a ser os seus próprios trabalhos. Este é o caso de **Pedro**, ex-morador do Centro de Acarape, onde vivia com a esposa e um filho. Ele chegou de ser contratado pela Unilab para trabalhar no restaurante universitário (RU). Quando o contrato terminou, foi despedido. Nessa altura, mudou para Conjunto Novo - Redenção, onde a mãe tem casa. Ele me informou que parou na oitava (8^a) série por dois motivos: primeiro, pela falta de incentivo, pois relatou que a sua família não tinha condição e ninguém se dedicou aos estudos. Pedro era o único que estudava, mas a própria estrutura da escola onde ele frequentava “deixava muito a desejar”. Ainda relatou que muitos dos seus colegas desistiram antes dele. Isso lhe deixava cada vez mais desanimado, o que culminou no abandono da escola e na busca de um emprego. No entanto, o segundo motivo é a prioridade de trabalhar para ajudar a família, já que não tinha meios para estudar.

Outra das conversas particulares sobre a sua trajetória, ocorreu com o pai da entrevistada **Camila**, um senhor de aproximadamente 80 anos de idade. Tratava-se de um empresário e dono de várias casas, inclusive daquela onde eu residia, em Acarape. Ele afirmou que sua família (pai e mãe) eram do interior e que ele foi para cidade quando era jovem com finalidade de estudar e trabalhar. Mas a intenção do estudo não se concretizou, porque ele não via solução de sua vida estudando. Pois, segundo o meu interlocutor, naquela época, escola era “coisa” dos ricos. “*Pobre pode sonhar, mas não vai a nenhum canto*”. E ainda salientou que, naquela altura, a estrutura das escolas não favorecia como nos momentos atuais e acrescentou: “*meus filhos podiam estudar melhor, mas cada um fez sua escolha*”. Nesse diálogo, percebe-se que ele estava relatando a dificuldade que passou na sua juventude, o que o levou a considerar o trabalho como forma de solucionar o problema da vida. Este é um caminho que muitos percorreram, mas que não surtiu efeito, pois hoje a maioria desses restou pobre, lastimou ele.

Como a Vânia, Pedro observou que a formação não custava caro, mas era a própria condição financeira da população que estava comprometida. Para quem não

tinha renda fixa ou trabalho, custear mensalidades da formação era quase impossível. Da seguinte maneira, explica que:

[...] não recordo muito bem, mas quando comecei a oitava (8ª) série, a preocupação era o que fazer depois? Já que não tinha como formar. Com o tempo se esfriou na minha cabeça e parei no oitavo ano. Isso não aconteceu só comigo não, havia muitos colegas na mesma situação. Colegas que famílias tinham condição financeira estão em Fortaleza e em outras cidades, formados e nós estamos aqui. [...] as mensalidades não eram caras não, mas eu não trabalhava, desisti mais por causa disso. Meu pai trabalhava na plantação de cana de açúcar para nos dar de comer, nunca ouvi dele a preocupação de estudar. Mas ele não tinha culpa não, não era fácil, macho. Muitas coisas para uma pessoa só não dava [...]. Eu via toda luta dele. Quanto mais crescia, minha autoestima baixava cada vez mais, até ao ponto de eu desistir por completo da oitava série e fui parar em Maracanaú trabalhar.

Os entrevistados me informaram que alguns jovens deslocavam nas zonas rurais de Redenção e que se destinavam à cidade para concluir o ensino médio e dar continuidade ao ensino superior. Devido à escassez de instituição de ensino Superior, os recém-formados no ensino médio, tanto em Redenção, quanto em Acarape, voltavam para as regiões Serranas para o trabalho no Roçado²². Ainda segundo a Vânia, essa situação contribuiu para a evasão de muitos jovens no ensino fundamental e/ou médio, no período que antecedeu a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira nestas comunidades.

O que acontecia com os alunos que faziam ensino fundamental ou médio era triste. Eu fui professora de ensino fundamental e depois para ensino médio. Eu via muitos desistindo e a tristeza deles de não querendo estudar. Fazer o quê depois de formar? Voltar para região deles, ficar lá sem ter emprego ou ser agricultor? Muitos jovens estavam desistindo e desanimados no ensino médio. Eles eram obrigados a voltar para suas regiões nos interiores de Redenção para serem agricultores ou ficar no centro fazendo alguns trabalhos. [...] anos depois, o prefeito de Redenção anunciou a chegada da Unilab para atender ao

²² Trabalho de roçado é geralmente agricultura. Fiquei sabendo dessa expressão e seu significado aqui no Ceará, municípios de Acarape/Redenção.

Maciço. Demorou em se instalar, porque todos os políticos brigavam para ela ser instalada nas suas regiões. A demora dela fazia com que muitos não acreditassem que ia ser verdade (Vânia).

Nos relatos, são prevalentes expressões como: “não tinha oportunidade de formação nessa cidade”, “aqui nunca teve uma faculdade”; “quem queria estudar teve que deslocar”; “falta de condição financeira”; “estudar é associada à condição de família ou bolsa”. Essas situações mostram que a falta de bolsas e instituições públicas gratuitas nesses interiores naquela altura punha em causa a permanência no estudo. No entanto, a formação estava atrelada ou associada à condição financeira das famílias, ou seja, se as mesmas não tivessem meios de manutenção das mensalidades e outras demandas escolares, não havia como estudar.

Aparecida Barros (2015) destaca que a falta de condição para a permanência em escolas públicas levou muitos estudantes a desistirem de seus sonhos de formação antes mesmo de chegar à Universidade. Acredito que quase todos entrevistados, com a exceção do **Paulo** e da **Vânia**, não falaram de vestibular para universidades públicas em Fortaleza, porque acreditam em seguintes motivos apontados pelo **Paulo**: que o ensino que tinham era precário e, conseqüentemente, a precariedade da aprendizagem. Logo, quando pleiteavam os vestibulares para as universidades públicas, os alunos que concluíam ensino médio ali não tinham condições para concorrer com os alunos de Fortaleza ou com os que estudaram em instituições privadas.

Se por um lado a insuficiência tanto de instituições, quanto de recursos financeiros contribuiu para muitos jovens não estudarem, por outro lado, “*poucos pais preocupavam com estudo dos filhos*”, postulou a entrevistada Larissa, formada em Letras e em língua portuguesa na Unilab.

1.2.2. Instalação da Unilab em Redenção

A partir de 2003, quando houve amplo investimento no sistema de Ensino Superior por meio da expansão e a interiorização das universidades públicas, a história da educação nos dois Municípios (Acarape e Redenção) do interior do Ceará passou por uma transformação. Eles foram contemplados com a Universidade Federal de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, por meio da Lei Nº 12.289, de 20/07/2010, que no seu artigo primeiro ordena que “fica criada a Universidade da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará” (Unilab, 2010, p. 60).

À medida que cumpria com as metas do Reuni e de estabelecimento de cooperação Internacional com países da CPLP, a UNILAB catalisa as mudanças nos centros das duas cidades em várias frentes (MACHADO, LIMA e FURTADO, 2017). Promovendo o “desenvolvimento econômico e social por meio da formação e qualificação em diversos campos do saber” (Unilab, 2010, 21-22) da região do Maciço de Baturité, através de infraestruturas e de seus programas de manutenção social (auxílios estudantis, bolsas), assegurando a permanência dos que almejavam e/ou almejam estudar.

A revisão de literatura apontou que outras instituições da mesma natureza que a Unilab demonstraram casos semelhantes. Um exemplo notável é exposto na tese doutoral de Ives Romero Tavares do Nascimento (2018), defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA), sobre: “A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri”. No referido trabalho, autor sustentou que a criação da Universidade Federal de Cariri (UFCA), antes a Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), se deu principalmente por conta das demandas:

[...] Universidade Federal do Cariri nasceu, principalmente, a partir de uma demanda social e política local e regional existente, que julgava imprescindível uma instituição pública federal de ensino superior para contribuir com a qualificação dos habitantes do Cariri sem que estes precisassem se deslocar às capitais-destinos dos estudantes caririenses (Fortaleza/CE, Recife/PE e Salvador/BA), (NASCIMENTO, 2018, p. 46).

As mesmas características antecederam a chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira na cidade de Acarape e Redenção. Segundo os relatos já citados, havia a carência da formação no Maciço em geral. Conforme já apontei, em Baturité existia o instituto ou Escola Superior de Agronomia, que dava capacitação e/ou formava profissionais, principalmente os agrônomos e os professores em nível superior para atuar nas escolas de ensino médio (essa última refere-se à extensão da UECE recentemente promovida pelas prefeituras do Maciço). Mas a cobertura dessa rede educativa era insuficiente para suprir a necessidade de todo o

Maciço. A presença da Unilab em Redenção e em Acarape colmatou essa desvantagem e criou possibilidades de muitos acessos aos cursos superiores localmente após a saída do ensino médio.

A localização da Unilab nesses municípios contribuiu no atendimento às seguintes demandas: *a*) a demanda regional do Maciço de Baturité e dos países de integração na área de formação superior, saúde, economia, tecnologia e desenvolvimento sustentável, etc.; *b*) contribuiu diminuindo a desigualdade na área de Educação Superior vigente entre o nordeste e o resto de país; *c*) diminui a dependência dos municípios do Maciço em relação ao capital Fortaleza, e *d*) além dos auxílios e bolsas que a maioria dos alunos se beneficia, a Unilab contribui com a possibilidade empregatícia, uma vez que oferece emprego para alguns cidadãos da região, facilita-os a desenvolverem seus negócios (a maioria desses negócios não é formal, mas geram uma renda que mantém as famílias que as executam).

Semelhantemente ao caso da Unilab, há estudos que ilustram o impacto da Expansão e Interiorização universitária em alguns municípios. Este, por exemplo, é o caso do estudo realizado sobre a necessidade de avaliação dos resultados, ou seja, o desempenho da política de expansão e interiorização da UFERSA e IFRN no Estado Rio Grande do Norte, conduzida por Francisco J. Carvalho, Alcides L. Santos Jr e Sidneia M. Regô (2015). Os autores mostram que a política de Expansão e Interiorização proporcionou importantes frutos, desde as pequenas atividades comerciais, até os primeiros alunos formados pelas duas instituições localizadas no município de Pau dos Ferros-RN. E, concluíram que, foi percebido que “a chegada da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) mudanças são visíveis no cenário local” (CARVALHO; SANTOS Jr. e REGÔ, 2015, p.3). Com a percepção análoga, Arno Rieder (2011, p. 228) salientou que a consolidação da UNEMAT no interior de Mato Grosso (MT) iniciou o “sonho de um povo sofrido” e há progressão sustentada localmente, no que diz respeito ao crescimento de comércio, locações novas, e lanchonetes.

Apesar das transformações provocadas pela instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira na vida de alguns moradores de Acarape e Redenção, uma das interlocutoras observou que a maioria dos antigos

moradores desconhece a Universidade e suas funções para essas comunidades. Esse desconhecimento, segundo a Vânia, tem seu gênese desde a fundação da mesma. Com as seguintes expressões, ela afirma:

*[...] lembro que quando eu era vereadora, um dia chegou o anúncio informando que o Maciço teria a Universidade e ela se chamaria Unilab. Foi uma alegria, mas depois disso, nunca mais ouvi falar dessa Universidade, até que a gente perguntava: cadê a “unilabia”? Cadê a “unilabia)? (o povo não sabia bem do nome)? Muitos já começava a desacreditar naquele projeto, até que um dia foi anunciado que o projeto já foi aprovado na câmara e que ali no antigo... **(esqueceu o nome)** seria o lugar onde ficaria o bloco administrativo. A pouco tempo antes de começar a funcionar que sabíamos que viriam estudantes africanos. A Unilab é bem-vinda, porque a região precisava, mas a população não sabe nada sobre ela. Ninguém foi conscientizado sobre ela e muito menos sobre a vinda dos estudantes africanos... (VÂNIA).*

Na mesma concepção, Lourdes pontuou a questão do distanciamento da Unilab e consequentemente o seu desconhecimento pela maioria da população de Redenção. Ainda realçou que esse distanciamento tem a ver com questões de classe social.

Segunda ela,

*Eu nasci aqui **(referindo à cidade de Redenção)**, cresci e fiz toda minha infância aqui. Dificilmente alguma coisa acontecia e todos não sabiam. A cidade era pequena. Acredito que o povo aqui do Centro sabia que a Universidade seria construída aqui, mas ninguém sabia como ela funcionaria... e muito menos de seu impacto na Redenção. Mas tenho certeza que alguns que têm estudos e estavam no poder sabiam, mas não providenciaram meios para informar a população de baixo nível de escolaridades e economia na cidade... Quando Unilab começou a funcionando, estava lá e o povo aqui. Não se sabe o que acontecia lá dentro. Para a população, é o lugar dos alunos. Assim ninguém dava a importância de botar o filho lá para estudar, cada um preocupava com seu trabalho... Eles **(elite local)** aproveitaram para colocar seus familiares e filhos para estudar e trabalhar lá. Com o tempo, que a gente começou a abrir os olhos e aproximar, mas até hoje se perguntar a muitos sobre a Unilab, não sabem dizer nada,*

além de dizer que é a Universidade e outros afirmam que é a universidade dos africanos (LOURDES).

Além da situação de distanciamento e desconhecimento da Unilab, há outros olhares latentes sobre ela. Analisemos o caso do discurso nostálgico dos antigos, caracterizado por lamentos dos moradores mais velhos quanto às mudanças ocorridas em termos comportamentais por parte da nova geração. Digno de nota é que os referidos moradores não atribuíram essas circunstâncias unicamente à presença da Unilab, mas a um conjunto das transformações paralelas que ocorrem o tempo todo nas sociedades. Por outro lado, eles não esconderam as suas insatisfações com as novas conjunturas sociais que estão ganhando espaço com a presença da Universidade. Nesse contexto, questiona-se: como esses sujeitos encaram a outra face da presença da universidade, aliás, o que eles consideram irregular ou incomum com a presença da Unilab?

A maioria dos entrevistados concorda que a presença da Unilab implicou em profundas transformações nas cidades. Eles se referem aos problemas econômicos, às questões associadas aos imóveis e ao multiculturalismo. Os seus relatos mobilizam categorias como a da “perda de valores” ou a mudança comportamental dos jovens. Também observam que muitos filhos, ao estudarem, desinteressam pelos trabalhos dos pais, pela cultura popular, e, de modo geral, os mais jovens já não querem saber do que os pais faziam antes. Outras mudanças relatadas são aquelas associadas à criminalidade como o surgimento das organizações criminosas (facções), tráfico que os jovens aderem e assassinatos. Esses relatos dão conta de que o sossego desapareceu nas cidades e a cada vez o medo de circular pelas ruas ganha espaço. Vale evidenciar que essas mudanças não foram atribuídas somente à chegada da UNILAB. Ou seja, ela não foi o único fator de transformação nas cidades. Mas sim, é uma conjuntura social que ao longo dos tempos ganha novas configurações de relação, aliás, a cada geração, os comportamentos sociais mudam. Podendo incorporar novas configurações que para antiga geração podem gerar inconformidade. Assim, as mudanças que estão ocorrendo nessas localidades segundo os moradores se devem a três fatores: a instalação da Unilab, a ação dos prefeitos e ação dos próprios moradores locais. Esse assunto será evidenciado mais no capítulo II.

Outras inconformidades relatadas pelos interlocutores e que constatei no meu trabalho de conclusão em 2017, já referida dizem respeito ao aumento da circulação das

peças, aumento do barulho, conflitos sociais, etc. esses últimos aspectos são mais específicos a presença da Unilab e muitas vezes geram conflitos. Eduardo Gomes Machado, Jorge Luiz Oliveira Lima, Regina Balbino da Silva e Nathalia Alves de Oliveira (2019) destacaram que, desde 2015, a juventude estudantil da Unilab já vinha ocupando os espaços através da realização das atividades sociais de diferente natureza. Mas “a partir do segundo semestre de 2018, as tensões e os conflitos envolvendo essas ocupações juvenis se intensificam, envolvendo a presença reiterada e ostensiva de contingentes policiais... e vários episódios conflituosos” (MACHADO, LIMA, SILVA, OLIVEIRA, 2019, p. 149). Ainda os mesmos autores comentaram que por conta dessas sucessivas situações, iniciou um “curso um reposicionamento de parcela da população que já residia na cidade, evoluindo esse quadro até ocorrer a proibição, pela prefeitura, da realização de atividades de estudantes da UNILAB na praça” (MACHADO, LIMA, SILVA, OLIVEIRA, 2019, p. 149).

1.2.3. Caráter internacional da Unilab e a vinda dos estudantes da CPLP

Do ponto de vista institucional, a Unilab é uma instituição engajada no contexto da política de internacionalização do ensino superior brasileiro, ou seja, pretende fomentar a cooperação solidária e o intercâmbio internacional na área da Educação Superior (UNILAB, 2010). Seu nascimento se deve a ambição do Estado brasileiro em ampliar sua relação cooperativa com os países africanos, visando contribuir na formação de recursos humanos na área científica, cultural, social e ambiental (HELENO, 2014). Ainda Mauricio Heleno, sustenta que essa aproximação visa aprofundar os “laços, além de oferecer um rico laboratório para a compreensão das relações do Brasil com os países africanos de língua oficial portuguesa” (HELENO, 2014, p.14). Mas, como antropólogos, é nossa tarefa compreender o modo como esse processo funciona na realidade. As diretrizes da Unilab (2010) sustentam que “ao fomentar e concretizar a cooperação Sul-Sul”, ela amplia ofertas de vagas internas e externamente ampliando assim “as relações de cooperação com o continente africano”. Desse modo, buscou-se construir uma “ponte histórica e cultural” entre Brasil com CPLP, especificamente os PALOP (UNILAB, 2010, p.17).

Isso se concretizou com a vinda dos estudantes desses países para a formação Superior e para a integração (ver imagem 4) com nacionais (TÉ, 2017).



Figura-4: Imagem retirada na página da Unilab. Os alunos representados são dos PALOP, Timor-Leste e Brasil, primeira turma de estudantes africanos e Timorenses – 2011 (disponível em: <http://unilab.edu.br/campus-da-liberdade/>).

Carla Susana Abrantes (2014) frisou que os estudantes internacionais africanos “tem crescido nos últimos anos e colocado um conjunto de questões para a sociedade brasileira. Trata-se de um fenômeno atual imerso nas transformações pelas quais passa o Brasil” (ABRANTES, 2014, p. 13). Essa afirmação torna-se mais evidente com a política da Unilab, que está voltada para a para África, e constitui a universidade que possui maior número de estudantes africanos no Brasil.

Antes de instituir efetivamente a Unilab, uma equipe de implantação de expedição efetuou viagens aos países de CPLP para constatar as necessidades de um desses países a fim de elaborar os planos e os cursos que beneficiassem a todos as partes. Após essa expedição, foram constatadas áreas de necessidades desses países e, aproveitando das expressas necessidades de ampliar leques de formação superior almejadas pela União africana a toda África, a comissão de implantação conclui que “em face dessa situação tornam-se urgentes e extremamente relevantes projetos como o da UNILAB que estimulam diversas instituições e países a se engajarem e formarem parcerias para promover atividades acadêmicas que derivem ações de ajuda mútua capazes de intervir neste quadro” (Unilab, 2010, p.24).

Assim foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e o objetivo de atingir uma totalidade de 5.000 estudantes (incluindo

brasileiros e de países de CPLP) ao final de quatro anos, número já foi alcançado. Segundo as diretrizes da Unilab, “estes serão selecionados por meio de critérios que considerem acordos de cooperação prévios com os países parceiros, tendo uma representação de cada nação lusófona – em função disso, serão africanos majoritariamente” (Unilab, 2010, p.45). Ou seja, no discurso público institucional, 50% dos alunos africanos deveriam constituir a Unilab (UNILAB, 2010; ABRANTES, 2014), mas isso não permaneceu. Pois a cada vez, essa política da distribuição das vagas vinha se distanciando do propósito inicial, devido à diminuição dos recursos disponibilizados a Unilab para cobrir as despesas dos alunos. Nesse contexto, há restrição das vagas aos países parceiros (CPLP). A partir desse momento, os alunos destes países passaram a vir em menor escala para a Unilab.

A instituição manteve o padrão da seleção dos estudantes internacionais para vir estudar no Brasil até a entrada de 2014.1, particularmente no mês de maio, momento que iniciou a crise institucional e a restrição dos recursos que garantem a manutenção dos mesmos. Nesse interim, as vagas reservadas para os países de CPLP vinham sendo reduzidas. O tema da redução de recursos já vinha se agravando há alguns anos entre os primeiros estudantes, que reclamavam da falta de diálogo com a instituição até última entrada de 2013 (2013.3). No mês de janeiro de 2014, a universidade se deparou com problemas de logística, quando os ingressantes de 2013.3 foram deixados no pátio de um dos seus Campi sem o acolhimento tanto institucional, quanto particular de alunos veteranos.

A situação foi amenizada posteriormente quando os colegas, amigos e familiares dos recém-chegados decidiram acolher os alunos. Os que não tinham parentes veteranos na Universidade foram acolhidos pelos conterrâneos. Essa conjuntura gerou a reivindicação de melhores condições pelos estudantes internacionais. Por exigirem seus direitos, os estudantes relatam que foram ameaçados de desvinculação da universidade e conseqüentemente de deportação. A situação foi sanada depois de um consenso entre os estudantes e a instituição. A Unilab decidiu apoiar financeiramente os veteranos que acolheram os recém-chegados, para amenizar os gastos com os novos estudantes. Em seguida, no mês de maio de 2014, chegou outra leva de estudantes internacionais da CPLP/PALOP (entrada 2014.1) e foram acolhidos pela instituição e a eles foram concedidos bons alojamentos.

Segundo a postulação de António,

Seus colegas que chegaram em janeiro [de 2014] foram deixados ali no pátio da Liberdade, sem acolhimento e nem a Unilab informou a ninguém sobre como seriam acolhidos aqueles meninos africanos, foi ali que efetuamos uma manifestação contra a Unilab. Tínhamos a orientação e apoio de alguns professores e alunos brasileiros que estiveram do nosso lado, mas fomos xingados e ameaçados de desvinculação com a instituição pela liderança da Unilab, muitos professores e próprios alunos também estavam contra a nossa reivindicação. Mas como sabíamos que não poderiam nos deportar, insistimos até ceder a nossa proposta de acolhimento aos estudantes internacionais. Eles decidiram compensar aqueles que acolheram os meninos com os gastos... Quando vocês chegaram foram bem acolhidos. Eu mesmo fui ver alojamento dos calouros em Baturité e o colega X foi lá em Pacoti. A partir daí o acolhimento melhorou, (ANTÓNIO).

A partir da entrada seguinte (2014.2), os 50% das vagas dos países parceiros do projeto (Unilab) começaram a sofrer uma redução. Desde então, iniciou a vigente discrepância na distribuição das vagas e estudantes internacionais passaram a chegar em menor escala. Ainda assim, no campo da assistência estudantil, a Unilab se responsabilizou quanto ao oferecimento de alojamentos aos recém-chegados alunos internacionais até o ano de 2016, momento a partir do qual a instituição mudou novamente a política de recepção. Passou então a lançar um edital para os alunos veteranos interessados em receber os novatos. Os escolhidos ganham um auxílio de 400,00 reais parcelado em duas vezes para ajudar nas despesas com os novos ingressantes durante três meses. Essa realidade nos instiga a refletir sobre as contradições dos projetos com a realidade que nas considerações finais analisamos.

1.3. Acarape/Redenção, Estudantes Internacionais, expectativas, Adaptações e Decepções

Este tópico pretende trazer as observações de campo e os relatos dos primeiros estudantes internacionais (que chegaram à Unilab) sobre as cidades de Acarape e Redenção entre os anos 2011 a 2015. Os referidos estudantes foram questionados sobre a forma que encontraram as cidades em questão quando chegaram.

Nas tentativas de situarem as suas respostas, dois aspectos foram constatados como marcantes em suas experiências: o primeiro aspecto tem a ver com as expectativas que os discentes tinham de emigrar e estudar no Brasil, a partir das imagens do país que viam nas mídias. Já o segundo aspecto, diz respeito às decepções e adaptações (com o espaço e com a cultura local) além do preconceito racial que enfrentaram nos solos acarapenses e redencionistas. Tal realidade desconstruiu a imaginação que a mídia impulsionou nos seus pensamentos.

Ao longo das narrações é notável que haja uma associação dos dois aspectos apresentados. Partindo das expectativas que tinham do Brasil, eles acreditavam que Redenção seria uma daquelas cidades brasileiras que a mídia lhes mostrava nos seus respectivos países/cidades. Segundo os relatos desses estudantes, as decepções com as cidades universitárias os atingiram quando escalaram no pátio do Campus da Liberdade e nos primeiros dias da procura das residências. Condição que os desmotivou e resultou na fuga de alguns estudantes, que desistiram de estudar na Unilab e partiram para grandes cidades.

Mas quando tomamos em comparação estas narrativas dos alunos referidos em relação aos que chegaram após ano 2015, percebe-se uma diferença, no sentido que eles chegaram após a requalificação das infraestruturas da cidade e da universidade. Digno de nota é que maioria se informou sobre as localidades universitárias nos seus respectivos países, um privilégio que os primeiros alunos não tinham.

Consegui conversar com dois estudantes da primeira turma (2011), um estudante de 2012 e dois de 2013. Durante as conversas, estes relataram as suas experiências com as populações locais, mapearam os Bairros Centrais dessas cidades antes de sofrerem as mudanças que ocorreram ao longo de curto período, influenciadas pela presença da Universidade. Um dos dois estudantes com entrada em 2011 é o Antônio, o primeiro presidente da Associação dos Estudantes Estrangeiros da Unilab no período que vai de 2011 a 2014. Antônio concluiu o curso no final do ano 2016 e atualmente é mestrando e reside em Fortaleza. O outro é o Miguel, um dos membros fundadores da referida associação. Miguel atualmente é doutorando na Universidade Federal de Maranhão-UFMA e reside em São Luís há poucos meses. A entrevista foi realizada por meio de uma videoconferência e presencialmente com o residente em Fortaleza, em sua própria casa, à noite.

Outra entrevista aconteceu com Mário, um dos primeiros estudantes internacionais que morou em Acarape. Mário chegou a Redenção no ano 2013 e mudou-se para Acarape no início de 2014, onde residiu até 2018. Atualmente é mestrando na Universidade Federal da Bahia – UFBA e reside em Salvador. Outro estudante da mesma entrada entrevistado é o Mamassaliu, que residiu em Redenção de 2013 a 2016, mudou para Acarape em 2017, onde ficou até terminar a licenciatura em Sociologia. Atualmente é mestrando na UFC e mora em Fortaleza. E a terceira entrevista aconteceu via videoconferência com um dos primeiros estudantes timorenses que chegou em 2012 e residiu em Redenção até terminar os seus estudos. Formou-se no curso de Ciência da Natureza e Matemática (CNM) no final de 2018 e voltou para o Timor-Leste no início do ano 2019, onde trabalha atualmente.

Estes me informaram que as dificuldades de adaptação nos primeiros momentos tornaram mais desesperadoras devido à falta de informações sobre o local. O que os decepcionou quando chegaram e viram que Redenção não coincidia com o Brasil que esperavam encontrar (entrada de 2011). *“Vou ao Brasil, era muita felicidade quando fui aprovado em 2011. Esperava conhecer aquele país de mil maravilhas. Mas a infelicidade bateu à porta somente quando chegamos lá. Tínhamos que adaptar tudo [...] alguns caíram no desespero e decidiram voltar”* relatou **Miguel**. Fui informado que a decepção e o desespero atingiram a quase todos da primeira turma. Entre os mais atingidos são aqueles que deixaram em seus países bons empregos ou cursos universitários em andamento. Outros são filhos de pais bem sucedidos economicamente, e pensavam que viriam estudar em um lugar melhor que o de origem.

Em 2014, ano do meu ingresso na universidade, conheci dois colegas (um angolano e outro guineense) que abandonaram suas formações pelas mesmas razões já relatadas. Um estudante angolano relatou que deixou o curso de relações internacionais no terceiro ano em Angola para vir cursar o Curso Interdisciplinar em Humanidade na Unilab, mas se decepcionou e desistiu no meio, alegando a falta de condições da cidade e insatisfação com o curso. Mudou-se então para Fortaleza e, depois, para o Rio de Janeiro. Vale ressaltar aqui que os estudantes que puderam se mudar para as capitais pertenciam às classes mais abastadas economicamente e que seus pais (famílias) estão em condição de sustentar seus estudos nas grandes capitais.

Já o jovem guineense desistiu da faculdade de direito para vir estudar na Unilab. Segundo me contou, pensava que ao terminar o Bacharelado em Humanidades daria continuidade em Direito. Isso aconteceu porque foi informado que era possível. Há pouco tempo, conheci um compatriota guineense recém-chegado em Baturité, formado em Engenharia de Computação na Rússia e que, tendo completado os estudos, voltou para Bissau. Tempo depois, foi atraído pela propaganda midiática brasileira, deixou emprego e decidiu matricular no curso de Administração em um centro de formação privado em Baturité. Segundo ele, foi informado que trabalharia e custearia a sua formação em Baturité. Mas quando chegou, não encontrou nada do que foi informado e agora está no processo mudança de lá para capital Fortaleza. Outros destaques tem a ver com as memórias dos países de origem, com a família, com os conflitos socioculturais experimentados no Brasil, com a (in)diferença, o preconceito, a questão racial - ser africano é associado a pobreza – o relacionamento afetivo com as brasileiras e a perspectiva de retorno aos países (MOURÃO, 2014). Retomarei estes temas de modo mais detalhado nos próximos capítulos.

De mesmo modo, vários jovens foram atraídos para o Brasil pelas informações publicitárias das mídias e muitos deixaram tudo que faziam para migrar. As constatações análogas foram encontradas nos desabafos de interlocutores que participaram na obra cinematográfica (documentário) de Daniele E. Mourão e Márcio Camará (2017), intitulada “Do outro lado do Atlântico” e no artigo de autoria de Daniele E. Mourão (2014) “Estudantes cabo-verdianos no Brasil: tensões raciais e ‘reafricanização”, publicado no livro “*Dossiê estudantes africanos no ensino superior do Brasil*”. Estas obras expõem entre os vários conteúdos, as decepções relatadas pelos estudantes internacionais em relação ao que sabiam e imaginavam do Brasil a partir das mídias. Reportam, principalmente, as telenovelas que a Rede TV Record apresenta nos seus respectivos países (principalmente na Guiné-Bissau e Cabo-Verde).

Apesar do referido canal de televisão ter um programa (cidade alerta – 190) que exhibe ondas da violência e ação do crime organizado, os relatos destes estudantes oriundos do PALOP demonstram que eles vêm com o imaginário predominante de que o Brasil é a terra das festas e das maravilhas (referências ao carnaval e ao samba, que nem todos sabiam de sua existência no Brasil).

Esse imaginário muitas vezes se transforma em dilema do estrangeirismo (estranhamento do lugar, dificuldades de adaptação, conflitos sociais, etc.) quando os mesmos chegam às terras brasileiras e se aperceberem que na realidade nem tudo que sabiam em seus países sobre o Brasil corresponde à realidade. Entre as narrações apresentadas na obra fílmica (documentário) de Mourão e Camará (2017), um dos estudantes Cabo-verdianos afirma que em Fortaleza, eles são desrespeitados e associados à pobreza por serem estrangeiros e negros vindos da África. Ainda complementa que no seu país ele deixou tudo que tinha (carro, emprego e não pagava aluguel) para estudar no Brasil. O que demonstra que nem todos os estudantes africanos deixam seus países de origem por causa de pobreza, mas em busca de uma formação de melhor qualidade (MOURÃO e CAMARÁ, 2017). Para estes a ilusão de conhecer (viver) e estudar nas grandes metrópoles brasileiras representa uma grande atração, que os estimula a migrar temporariamente a este país para estudo ou para outro fim (principalmente os de países de PALOP).

Na mesma linha de raciocínio, Paloma K. Maroni da Silva (2014) apontou aspectos similares a partir do estudo realizado com imigrantes haitianos em Manaus.. Em sua dissertação, a autora mostra que estes vêm buscar melhor condição de vida, entram pelas fronteiras físicas, passam pelos trâmites burocráticos de documentação, mas não se eximem dos dilemas da migração (marginalização, estigmatização, exploração e discriminação) por serem estrangeiros, negros e sem domínio de língua portuguesa do Brasil. Mas, mesmo diante dessas evidências, os anfitriões constroem e reproduzem o discurso de cordialidade (povo receptivo e bom) e a disfarçada democracia racial, de que os brasileiros são hospitaleiros (SILVA, 2014). Um discurso que tenta esconder a realidade da fragmentação social existente no país entre ser preto e branco (TÉ, 2017, apud, CARDOSO, 2010).

Do que restou da memória do primeiro momento da interação com a cidade de Redenção e seus habitantes, semelhantemente ao Miguel, o Antônio compara as desilusões encontradas com um golpe emocional. Ainda foi um pouco mais longe ao frisar o tocante a primeira interação com a população local. Aspecto que vem repetindo ao longo das falas dos entrevistados internacionais.

De seguinte modo ele afirma:

Rapaz..., foi uma grande decepção para todos os africanos que chegaram primeiro em Redenção. Seu amigo [referindo-se ao meu colega da igreja] chorava [risos]. Esperávamos que fosse o Brasil que víamos e ouvíamos dizer em Bissau pela mídia, mas não foi o caso. Alguns colegas foram para outros Estados, porque não conseguiram aguentar. Quando chegamos..., não sei explicar o sentimento desesperador e o espírito da insegurança que girava na cabeça da gente. Sinceramente, o pesadelo emocional foi grande, não esperava terminar o curso. Foi um golpe muito duro que recebemos. As ruas eram feitas de pedras, tinha que adaptar andar lá. Além disso, dava muita raiva ao sair de casa para Unilab. Todo mundo olhava para nós como se não fôssemos pessoas. Nunca vou me esquecer da mulher que veio até perto de mim, passou a mão na minha pele. Olhei para ela e calei. A dificuldade foi grande, mas alguns colegas que são da igreja, os irmãos deles ajudavam. Mas o problema era acostumar com a cidade, que era muito precária. Sol queima como se fosse fogo [...]. Acho que Acarape era pior. Eu nunca fui lá, sempre raras vezes passei de ônibus para Palmares. Até porque meu curso era só em Redenção. Não existia nenhum africano lá. Todos moravam em Redenção, (Antônio).

Como já vim elucidando sobre a influência da mídia na tomada da decisão de muitos desses estudantes, vale ressaltar que a referência à insegurança pode ter natureza vinculada a dois aspectos: *a)* muitos dos referidos estudantes se deslocaram pela primeira vez na vida, deixando seus lugares de origem para a viagem intercontinental. O segundo aspecto *b)* está ligado à questão da diferença sociocultural e espacial e a questão da violência vigente (referência aos assaltos a mão armada, assassinatos, etc.) que quase todos os entrevistados internacionais resguardam a sua inexistência em seus respectivos países.

Se por um lado, os antigos-moradores de Acarape e Redenção contestam que houve muita mudança na cidade, por outro, os recém-chegados estudantes em 2011 afirmam que o primeiro contato com a cidade foi dramático e desesperador para maioria deles naquela altura. Pois saíram das suas cidades com o intuito não só de estudar, mas de conhecer outro país – o Brasil que veem pela TV e nas novelas, o Brasil das lindas praias e das mulheres bonitas, o Brasil do carnaval que dura cerca de seis meses (como ouvíamos dizer, que acontece a melhor e mais demorada festa de carnaval no Brasil), do

povo brincalhão e receptivo. Enfim, a massa dos jovens atraída por esses discursos midiáticos demonstra não ter encontrado esse Brasil esperado em Redenção, o que os deixou frustrados. Segundo os mesmos, estas cidades tinham estruturas de interiores (sem shoppings, sem lugares atraentes para passeio, com pistas feitas de pedras, casas com poucas qualidades, etc.).

Contudo, vale ressaltar que alguns desses aspectos que vêm ganhando outra face no espaço de curta duração da existência da Universidade. Mas é notável que essa afirmação não fosse própria a todos os entrevistados. Há aqueles que entendem que a atuação dos proprietários de imóveis no sentido de requalificarem as suas casas e as ações políticas das prefeituras também foram vitais para tais mudanças, isto é, conforme me testemunharam alguns dos interlocutores.

Conforme já pontuei, se antes os primeiros alunos internacionais (entradas de 2011 a 2014) da Unilab vieram sem informações prévias das cidades e poucos dados sobre a natureza dos alojamentos, a diferença dos alunos que chegam após 2014, é a precedência das informações. Ou seja, em 2014 os alunos que se encontravam em Acarape ou Redenção informavam a configuração estrutural da cidade a seus familiares e amigos que pretendiam concorrer às vagas da Unilab. Inclusive eu sabia um pouco sobre a cidade universitária antes de partir para cá, pois um colega (Mamassaliu) tinha me relatado alguns aspectos. Mas não esperava que eu fosse encontrar na cidade de Redenção (maio de 2014) a precariedade do esgoto que invadia as ruas, que eram também feitas de terra batida. Morei em Redenção até o final do mesmo ano e mudei para Acarape porque encontramos uma casa com um preço mais acessível e que se localizava na pista principal. Eu me estabeleci em Acarape até o final de 2018, altura que mudei para capital Fortaleza.

Baseando nessa minha experiência e outras análogas em comparação com alunos que chegaram após 2014, vê-se que o cenário de morar em uma dessas duas cidades, não depende muito dos fatores realçados pelos estudantes mais antigos. Pois ambas as cidades experimentam mudanças em torno de diferentes aspectos (pistas e casas bem melhoradas com esgotos, comércios, etc.).

Segundo os recém-chegados, muitos tiveram a noção básica do contexto da universidade e do local/cidade que vão morar antes mesmo de chegar ao Brasil. Isso é possível para alguns porque têm famílias, amigos de infância, colegas de mesmas

idades/bairros ou colegas de ensino médio que chegaram primeiro que eles, além dos monitores que a Universidade seleciona para orientar em termos burocráticos e recepcioná-los. Conforme já relatei, estes se responsabilizaram por passar informações para eles desde seus países de origem até no período inicial na universidade. Isso facilitou a chegada dos últimos grupos e permitiu a criação da rede de solidariedade, que era inexistente no caso dos primeiros estudantes.

Esta estudante de engenharia mostrou como lidou com a situação antes mesmo de vir para Brasil:

Antes de chegar nossa caravana em 2018, tive um monitor guineense que falava comigo todo dia em São Tomé. Quando cheguei aqui, minha prima me recebeu e moramos juntas até hoje e fazemos mesmo curso. Ela me explicava tudo, uma vez, ela disse-me: [...] ‘quando tu chegar, você não vai encontrar pessoas como da novela aqui, a cidade é pequena no interior, não tem muita coisa’. Também falava das nacionalidades que eu ia encontrar na Unilab, falou sobre gays, racismo contra nossos cabelos. Sentia feliz, porque vou aprender muita coisa, mas sentia outrora preocupada e perguntava a mim mesmo, como lidar com tudo isso que nunca vi? Quando cheguei, já estava pronta, porque estou convencida que qualquer coisa dessas pode acontecer comigo (Cecília).

Sendo assim, além de adaptação ao novo lugar e à nova forma de vida, os estudantes recém-chegados após 2016, não se deparam com muita estranheza em relação às cidades pelos seguintes motivos: a) antecedência de informação antes da vinda ao Brasil; b) as cidades estão sendo melhoradas e c) ao chegar, eles recebem dicas e orientações dos monitores veteranos que a Universidade seleciona para recepcioná-los e ampará-los nos primeiros momentos após a chegada e próprios conterrâneos que se encontram ali a mais tempo. É notável que, nos relatos da **Cecília** e outros²³ estudantes recém-chegados (internacionais), as afirmações de que eles tinham uma noção básica sobre as cidades de Acarape e Redenção desde seus países por meio dos amigos, famílias e os próprios Monitores da Unilab. Esta entrevistada afirma que “[...] perguntava direto a meu amigo, “como é viver no Brasil”? O que eu podia trazer de

²³ Algumas informações destes estudantes foram informais, porque conversamos antes ou após as entrevistas formais.

Bissau para minha precisão? E muitas outras coisas que eu perguntava. [...], Ao saber que eu viria para Brasil, fiquei tão emocionada e feliz, acho que por conta disso, não consegui guardar nada, perguntava direto, queria saber tudo” explicou esta estudante guineense de engenharia. (**Victória**).

A Cidade de Redenção é a referência para maioria destes alunos, porque era o lugar onde residiam. Para eles, esta cidade oferecia melhores condições em termo de infraestruturas e segurança para morar, quando comparada ao município de Acarape. Além disso, o fato de morarem juntos ou perto uns dos outros, além de aplacar as saudades, representava uma forma de garantir mais a “*segurança e ajudar um ao outro quando for necessário como éramos poucos estudantes internacionais. Momentos que passamos juntos preenche o vazio, a saudades que sentimos das nossas famílias, amigos e colegas*”, conclui **Basílio**, um estudante timorense.

Acarape, por seu turno, era considerada uma “cidade perigosa²⁴ ou estranha”, o que levou muitos a não confiarem em residir no município. Foi apenas no início de 2014 que alguns africanos começaram a procurar as residências próximas da Avenida principal, Eládio Macedo (via que liga e fica mais perto do Campus dos Palmares e da capital Fortaleza). O relato do primeiro (ou um dos primeiros) estudantes internacionais que residiu em Acarape mostrou que a tomada da decisão de mudar e morar em Acarape com seu colega (em 2014) foi influenciada pela disparada dos preços do aluguel:

De seguinte forma, ele afirma:

Quando decidimos mudar para Acarape, colegas me diziam: porque vocês vão morar lá? É perigosa aquela cidade. Há vários históricos de assaltos a mão armada e assassinatos, mas fomos. Porque a mulher que nos alugou a casa em Redenção queria aumentar preço e o nosso auxílio não dava para fazer toda a despesa da casa. Eu e o colega que morávamos não recebíamos outras ajudas além dos auxílios que podia garantir a nossa permanência naquela casa [...] Foi assim que decidimos mudar para Acarape. Morávamos na entrada da delegacia, na rua que vai para Praça Matriz de Acarape. Era nós dois os

²⁴ O caráter perigoso da cidade de Acarape é um imaginário produzido sobre o município. Nesse sentido, o termo perigoso para os entrevistados gravita em torno do fato de que aconteciam mais assaltos e assassinatos nesse município em relação que em Redenção. Essa construção imaginária social baseada nos fatos de assaltos e assassinatos e sua reprodução, que condicionou aos estudantes internacionais o medo de residirem lá até em 2014.

estrangeiros naquela cidade inteira. Mais tarde, veio outros colegas que moravam perto do mercadinho [atual farmácia Gama], ao lado panificadora de Acarape. Na verdade, Acarape era muito estranha. Tínhamos medo de sair à noite, no máximo íamos [...] para Praça Matriz do Acarape e sentávamos lá acessando a internet até ao anoitecer íamos para casa. Ao passar naquela rua da delegacia, todo mundo olhava para nós com estranheza. ‘Vem cá olhar’ – chamava uns aos outros para ver os africanos passando. Assim fomos acostumando com a cidade e as pessoas. Mais tarde fizemos amigos, as vizinhas que iam divertir na calçada perguntando da nossa cidade em África, (Mário).

Ainda continuou explicando que quando nós chegamos (referindo a minha entrada em 2014), “já havia muitos guineenses e, mais tarde, alguns angolanos, são-tomeenses e moçambicanos em Acarape”. Após eles, vieram outros jovens, que foram residir no Centro. Com o tempo, mais pessoas ganharam coragem de residir em Acarape (diminuiu o preconceito espacial com o Acarape), afirma Mário. Até os anos 2015, 2016 altura em que já me encontrava nestas cidades, muitos estudantes internacionais e próprios nacionais preferiam morar em Redenção que Acarape, o que instigou a procura de residência e incitou o acréscimo do alto custo de alugueis.

CAPÍTULO II

2. Educação Superior e desenvolvimento: reflexão sobre as implicações das mudanças em Acarape e Redenção

A concepção da formação superior ou técnica como ferramenta para diminuição da desigualdade entrou definitivamente no rol de preocupações globais no último século. É notório que, cada vez mais, as exigências das organizações internacionais (principalmente a UNESCO) aos líderes locais de diferentes países ganhem maiores dimensões e que o requisito de que a população deve beneficiar da educação como um direito²⁵ básico, para se desenvolver e, ao mesmo tempo, atenuar as desigualdades e outros fenômenos sociais. Assim, a Educação²⁶ superior aparece como uma ferramenta responsável pela transformação social e o desenvolvimento – uma categoria das agências e dos governos que carrega as contradições. Nos comentário da Eliane Superti (2008) a obra de Norbert Elias (1994), frisou que nas teorias clássicas e as evidências das novas indagações trouxeram o entendimento de que “a interpretação dos autores clássicos sobre a mudança vinculava-se a crença em um desenvolvimento evolutivo em direção a melhora da civilização ou, ao progresso social” (SUPERTI, 2008, p. 2, apud, ELIAS, 1994, p. 223). Ainda na mesma página afirma que esta concepção, que tem origem no século XIX, veio se desfazendo à “luz das descobertas mais abrangentes” e levou os pesquisadores (sociólogos) ao abandono das compreensões anteriores no século XX, (SUPERTI, 2008, apud, ELIAS, 1994).

²⁵ Artigo 205 da constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

²⁶ Isoladamente, a educação não pode esperar resolver todos os desafios relacionados ao desenvolvimento, mas uma abordagem humanista e holística da educação pode e deve contribuir para alcançar um novo modelo de desenvolvimento. Nesse modelo, o crescimento econômico deve ser orientado por uma gestão ambiental responsável e pela preocupação com a paz, inclusão e justiça social. Os princípios éticos e morais de uma abordagem humanista ao desenvolvimento levantam-se contra a violência, a intolerância, a discriminação e exclusão. Não, isso se refere a educação e aprendizagem, significa ir além da estreita visão utilitarista e economista, buscando integrar as múltiplas dimensões da existência humana. Essa abordagem enfatiza a inclusão de pessoas frequentemente discriminadas - mulheres e meninas, povos indígenas, pessoas com deficiência, migrantes, idosos e pessoas que vivem em países afetados por conflitos. Ela requer uma abordagem aberta e flexível à aprendizagem, tanto ao longo da vida quanto em todos os seus aspectos: uma abordagem que ofereça a todos a oportunidade de concretizar seu potencial para construir um futuro sustentável e uma vida digna. Essa abordagem humanista disponibiliza para a definição de Conteúdo de aprendizagem e as pedagogias utilizadas, bem como para o papel de professores e outros educadores. Esse quadro é cada vez, mas relevante, dado o rápido desenvolvimento de novas tecnologias, em particular as digitais (trecho da UNESCO, 2016, p. 11). Ainda na página (40) é reforçada a ideia de que a educação deve: “apoiar e potencializar a dignidade, a capacidade e o bem-estar do ser humano, em relação aos outros e a natureza, deveria ser o propósito fundamental da educação no século XXI”.

Tendo em vista essas constatações, interessa-nos analisar neste capítulo as mudanças em curso nessas comunidades resultantes das associações de vários fatores, tais como: as dinâmicas de trocas; as dinâmicas habitacionais; o complexo de relações constituído pelo encontro entre os estudantes internacionais e a comunidade brasileira. Tal contexto foi provocado pelas novas circunstâncias criadas pelas progressivas transformações que as prefeituras, a população local e principalmente pela instalação das instituições educativas federais nos interiores (caso dos municípios em estudos). Ainda nesse capítulo, interessa-nos analisar as contradições associadas à essas mudanças. Nesse contexto, indaga-se: como se configurou o processo de mudança nessas cidades? E quais as suas implicações para as sociedades locais? Para responder a estas indagações, formulamos alguns subtópicos que situam as mudanças em Acarape e Redenção.

2.1. Novas dinâmicas de vida em Acarape e Redenção

Enquanto esperavam a chegada dos africanos que viam ou conheciam pela t.v. (BARBOSA, SOARES, CARVALHO, 2009) e a crescente expectativa do desenvolvimento na região e dos estudos almejados, uma boa parte dos acarapenses e redencionistas foi surpreendida pelas dinâmicas da vida material e social influenciadas pela transformação das cidades. Segundo a percepção da entrevistada Vânia, isso se deve a falta de sensibilização/conscientização a comunidades para que as possíveis transformações que ocorreriam não lhes peguem desprevenidas, assim que a universidade fosse instalada em Acarape e Redenção.

Da seguinte forma, ela explicou que,

muitos moradores daqui [referindo Redenção] não tinham noção da envergadura, do peso, os desafios da universidade numa cidade... que talvez imaginavam que tudo seria mar de rosa. Seus filhos iam estudar, as coisas vão bem... A falta de noção de complexa sociedade que pode emergir com a fundação da Unilab que eles não se imaginavam e nem foram sensibilizados por tal, os surpreendeu quando as transformações complexas começaram a surgir..., comportamentos dos mais jovens e propriamente estrutura da cidade começou a ter outra face. Estrangeiros chegando, as coisas começaram a tornar mais difícil, aluguel aumentando, supermercados vendendo os produtos caros, tudo isso pegou muitos desprevenidos. Acredito que devia ser papel da

prefeitura informar a população, mas isso não aconteceu, as coisas aconteceram rapidamente, após que foi anunciado que teríamos a Universidade aqui passou muito tempo sem falar disso mas, como já expliquei, de repente o projeto voltou e rapidamente foi implementado. Essa falta de tempo para sensibilização da população tem sua consequência na vida de toda a população.

Segundo a mesma entrevistada, o principal pivô dessa dinâmica que surpreendeu a população é o estabelecimento dos agentes da Unilab (principalmente os estudantes internacionais que ali residem por tempo determinado, aliás, ao longo do período de estudo e pesquisas, [MOURÃO e ABRANTES, 2020]). Averiguamos aspectos análogos na fala da entrevistada Larissa, que afirmou que quando ouviu dizer que viriam os estudantes africanos, ocorreu em sua mente que iria ver algo (gente) semelhante ao que aprendeu no ensino médio sobre o povo escravizado que andava sem sapatos, sem boas roupas e com “fedor nas senzalas”. Ainda salienta que “*este era o boato que circulava entre a gente e, na verdade, tínhamos a curiosidade de ver esse povo que a nossa geração só conhecia nos livros*”. A surpresa é que quando os “*encontramos pela primeira vez, nos surpreenderam [riso] pelo jeito que todos vestiam roupas de marcas, sapatos e perfumes*” (LARISSA). Essa imagem dos estudantes começou a dar um outro significado dos africanos e da África nessas localidades, desconstruindo e construindo um novo imaginário. Ainda prossegue a entrevistada, afirmando que com o tempo, fez “*amizade com alguns jovens africanos, inclusive com você lá na UECE, quando fomos para o seminário...*” (LARISSA).

Já Lucas, estudante de 28 anos e aluno do curso de Licenciatura em História, afirmou que antes tinha preconceito devido ao que sabia sobre os negros no ensino médio. Quando soube do projeto da Unilab e da vinda dos estudantes africanos, começou a pesquisar sobre a África e então descobriu muitas coisas que desconstruíram os seus preconceitos antes mesmo da chegada dos primeiros estudantes internacionais. Ainda conta que, foi um dos alunos brasileiros na Unilab que os recepcionou. Tornou-se, então, amigo de vários, mas lamentou que, em razão de orientação sexual, com o tempo perdeu muitas amizades. Relatou-me que alguns desses amigos o tratavam com escárnio e o chamavam de “viado” e, entre outros termos homofóbicos.

Na minha monografia já referida, eu me deparei com uma situação semelhante. Os alunos homossexuais lamentaram e repudiaram os comportamentos acima referidos e demonstraram que eles são alvo de escárnio pela maioria dos estudantes africanos que, em várias ocasiões, se incomodavam e evitam a presença de pessoas homossexuais em seus círculos sociais, inclusive nos espaços universitários. Fui atrás dessa informação com o intuito de tentar entender a razão que motiva esse comportamento por parte dos estudantes internacionais. Na altura, um entrevistado (ENTREVISTADO-11, ex-estudante de curso Bacharelado em Humanidade-BHU) afirmou que em seu país de origem, até 2014, ano em que se mudou para o Brasil, ele não sabia da existência de Gays, ou seja, não tinha informações sobre a existência de homossexuais em seu país. A mesma alegação era encontrada em muitos dos estudantes internacionais na Unilab (africanos e timorenses). Ainda há aqueles que sustentavam que não foram informados nos seus países de origem sobre a diversificação e complexidade social no Brasil (principalmente sobre a política sexual de homossexuais. Quando questionados sobre o comportamento de escárnio com esse grupo social e inclusive foram questionados também, se sabiam que aquele comportamento é condenado pela justiça brasileira, a maioria afirmou que não faziam troça no sentido de fazê-los sentirem mal, mas era brincadeira. Por um lado, a maioria disse que não sabia a principio que troçar de outras pessoas por suas orientação sexual era crime no Brasil e a minoria disse que sabia.

Esse fato mudou a partir de momento que a Unilab começou a usar os monitores selecionados para responsabilizar orientar e informar sobre o processo seletivo, as matrículas e outras informações para todos os que viriam para esta universidade. Na reflexão de aceitação e escárnio contra as pessoas homossexuais, Leandro Oliveira (2013) demonstrou em sua tese intitulada *Os sentidos da aceitação: família e orientação sexual no Brasil contemporâneo*, que a família tradicional tem dificuldade de lidar e/ou aceitar a orientação sexual dos filhos quando esta se torna visível. Ou seja, os processos homofóbicos generalizados estão presentes na família, no ambiente de trabalho e na universidade.

A partir dos relatos dos sujeitos alvos, Oliveira (2013) demonstra que a resistência contra essa orientação sexual, o distanciamento, a vergonha, evitação, gracinhas, conflitos nas residências dos familiares, que, segundo o autor, representam a percepção de tensões e a exclusão dos indivíduos homossexuais nos espaços domésticos (OLIVEIRA, 2013). Ainda em 2008, Alexandre Vale sustentou que esses fatos vão

além de violência psicológica, ou seja, terminam em violência física (casos de injúria e violência física). Apesar de não haver nenhum relato de agressão física, há a percepção de agressão psicológica, baseada na troça, evitação e no uso de expressões ofensivas, como atesta o relato do Lucas, em Redenção. No entanto, essa configuração social é produzida e reproduzida em diferentes sociedades baseando na negação da diferença de orientação sexual (VALE, 2008; OLIVEIRA, 2013) e não se limita só aos espaços familiares, mas nos espaços públicos, espaços de diversão, espaços religiosos e propriamente nos espaços universitários. E entrevistado Lucas concluiu que, há alguns dos estudantes africanos são muito machistas, homofóbicos e preconceituosos contra pessoas LGBTQR, “*mas ainda tenho boa relação com alguns*”, proferiu Lucas.

Camila, por seu turno, demonstrou que não tinha qualquer noção sobre a África e muito menos tinha tempo de pensar em conhecer um africano. Mas foi surpreendida com a presença de um africano na cadeira da igreja. Segundo ela, “*me pasmei quando vi aquela pessoa sentada lá, mas o que me marcou mais não é ser negro, mas um africano e o jeito que fala, é totalmente diferente da minha. Eu não entendia nada que ele falava, mas gostei... Quando eu fazia ensino médio se falava algumas coisas de escravos, mas eu não tinha interesse e rapidamente esquecia...*”. Ainda contou que essa pessoa, posteriormente, se tornou o seu maior amigo. Essas são algumas entre várias outras experiências que retratam a chegada dos estudantes africanos e a repercussão social de sua presença, especialmente na reinterpretação de ser negro (africano) no imaginário de certos moradores dessas duas cidadezinhas.

A tese de Anderson Ribeiro Oliva (2007) clareia o que alguns moradores esperavam encontrar – os africanos que a mídia comumente mostra, ou ainda, iguais àqueles viviam nas senzalas e em campos dos engenhos. No segundo e terceiro capítulo desta tese, o referido autor traz reflexões que nos permitem localizar esse imaginário a partir da imagem violentada e deturpada da África como lugar de miséria. Essa imagem repercute negativamente no imaginário daqueles que tiveram pouco contato com a história da África [e até alguns intelectuais são arrastados por esses imaginários, demonstrou (SOARES, BARBOSA, CARVALHO, 2009)], como pude constatar nessa dissertação.

Anderson Oliva foi prudente ao assumir que não podemos negar a existência dos fatos que acontecem nesse continente, como são os casos de fome, as epidemias e outras

catástrofes naturais que as vezes assolam alguns países daquele continente. Mais tais fatos não são os únicos e nem podem representar um continente tão vasto quanto o continente africano, como demonstram as mídias internacionais (OLIVA, 2007). Frequentemente, quando os estudantes africanos são confrontados com os discursos ou afirmações baseados nos espectros midiáticos, eles se desconhecem, pois essas afirmações “editadas” e apresentadas na diáspora não coabitam com a realidade em que saíram. Isso negar certos aspectos já referidos. Isso cria umas certas inconformidades para os estudantes africanos, quando confrontados com a deturpada acepção do lugar ao qual pertence na Unilab, como veremos ainda nessa dissertação. Para Oliva (2007), as ideias e imagens que povoam as ideias dos brasileiros e portugueses sobre a África e os africanos vêm de um longo e intenso processo de “apropriação e invenção” de um conjunto diversificado de interpretar as sociedades africanas. Ainda salientou que, as representações pejorativas foram inventadas e possuem um teor insultuoso. Foram criadas na época do comércio transatlântico e, por isso, associam os africanos às imagens e “leituras depreciativas” (OLIVA, 2007, p. 91-197).

Vale observar que houve a modificação significativa no imaginário dos antigos moradores em relação aos africanos, principalmente os proprietários dos imóveis, os mercadores e os feirantes, que antes pensavam que estudantes internacionais não possuíam nada²⁷. Segundo salientou Miguel, um dos alunos da primeira entrada dos africanos em 2011, os brasileiros presumiam que não tinham nada, porque vieram do lugar de pobreza (a África) e “*conversavam com a gente com espírito de tristeza e pena, como se fosse, saímos de inferno para glória. Mas para chegar até aqui gastamos²⁸ muito dinheiro para fazer as documentações nos nossos países e ainda precisamos ter alguma coisa no bolso par chegar até aqui*” (Miguel).

²⁷ Eu já vinha realçando o preconceito espacial desde o meu TCC no curso de Bacharelado em Humanidades, onde constatei que após a chegada dos estudantes internacionais de PALOP, suas presenças foram em contraste com o pensamento que julgava os africanos a partir das heranças das senzalas. Mas porque consistiu o preconceito de que todos os africanos são pobres e miseráveis? Conclui que esse preconceito se baseava no espaço/continente pelo fato de virem da África (TÉ, 2017; MOURÃO, CAMARÁ, 2017). No capítulo III, detalharemos essa discussão.

²⁸ Os referidos gastos nas documentações ocorrem geralmente nos países considerados de terceiro mundo para outros países mais ricos. Caso dos PALOP, geralmente todo o processo de migração, tanto de estudo, quanto de turismo e de busca de melhor condição de vida, os seus agentes costumam passar por um processo burocrático e de pagamentos nos consulados e nos ministérios de relações exteriores para conseguirem assinaturas e vistos temporários. Por outro lado, esse aluno está demonstrando que para efetivar uma viagem de África para Brasil, o indivíduo precisa ter um bocado de bens.

No artigo *A África como notícia*, Astréia Soares, Luiz Barbosa e Vanessa Carvalho (2009) observaram circunstâncias semelhantes e comentaram que a África que a mídia brasileira exhibe é povoada de imagens de miséria, de conflitos sociais armados, onde seus habitantes vivem com animais. Em outros momentos, associa-se a África com a selvageria, (BARBOSA, SOARES, CARVALHO, 2009).

Mas ao perceberem o fato de que os estudantes procuram boas casas para residirem, partilham as despesas gerais, “usam roupas caras, e gostam de fazer as festas” (expressão dos antigos moradores encontrada no campo), a atuação dos negociantes mudou e os estudantes se tornaram o campo central para estabelecerem os seus negócios de trocas, principalmente o ramo dos alugueis de imóveis. Isso se intensificou quando se consolidou sem qualquer fundamento, o pensamento de que a UNILAB e/ou governo/Dilma (a presidente Dilma é referida, porque foi seu governo que desencadeou o processo da Unilab) ofereceria mais dinheiro aos estudantes internacionais. Nessa circunstância, as relações mudaram e a representação dos estudantes internacionais também mudou da imagem da ausência, para a imagem da abundância. Mas essa imagem da abundância está condicionada à afirmação de que é a universidade que dá esse dinheiro para os alunos internacionais gastarem. Ou seja, permanece o pensamento de que estes estudantes são pobres e é através da ajuda da Unilab que eles sobrevivem.

Nesse sentido, o pensamento de que os estudantes internacionais “não tinham nada” se transformou, já que teoricamente a “Universidade destinaria dinheiro para as suas despesas nos alugueis”. Assim, os proprietários realizavam manutenções e construções de novas casas e aumentaram os preços dos alugueis. A entrevistada Camila, que também é proprietária de imóveis, justificou que a *“tendência é isso, quando quis morar bem, tem que tirar um bocado de dinheiro. Pois ninguém vai gastar o dinheiro reparando sua casa e alugar barato”* (Camila). Os estudantes da primeira turma e alguns antigos moradores nos relataram que os valores antes eram muito baratos no centro de Acarape e Redenção. Antônio (da mesma entrada 2011) explicou que na primeira casa que alugou no centro de Redenção e na qual compartilhava as despesas com dois colegas o valor total era de cento e oitenta reais (180,00). Atualmente, os jovens Cabo-verdianos que residem na mesma residência informaram-me que pagam quinhentos e cinquenta reais (550,00), o que indica que o preço triplicou (assunto a desenvolver mais na frente). Segundo eles, o crescente preço de alugueis teve o seu

afloramento desde a chegada da segunda turma dos estudantes africanos e também de alunos brasileiros.

Ocorreu que a mesma dinâmica que tem sua gênese²⁹ em 2012, foi observada no comércio de produtos da primeira necessidade. Segundo os relatos de campo, o comércio cresceu nos anos posteriores, quando as cidades já estavam ocupadas por indivíduos de diversas categorias e diversos costumes alimentares. Essas circunstâncias afetaram os anfitriões, principalmente aqueles que não possuem casas próprias e fonte de renda estável e que viviam pagando aluguéis a preço razoável e/ou viviam nos apartamentos de famílias nos centros gratuitamente. À medida que as cidades crescem, constatamos que até alguns proprietários estão deixando as suas casas no centro para alugar aos estudantes. Isso acontece por dois motivos: em primeiro lugar, para obterem mais renda. Em segundo lugar, que é menos provável, acontece porque alguns proprietários se sentem incomodados morarem com estudantes na mesma casa, pois alegam que os mesmos fazem barulho e dormem muito tarde (principalmente estudantes internacionais).

2.2. Mudanças e alto custo de vida em Acarape e Redenção

Como já vínhamos demonstrando no tópico anterior, as mudanças na infraestrutura das cidades e nas relações de troca, respectivamente, ganharam maior evidência nesse processo de transformação das cidades. Isso acontece porque há um crescente fluxo³⁰ de diferentes categorias de pessoas (professores, estudantes, pesquisadores, comerciantes, etc.) que procuram apartamentos para residirem temporariamente em Acarape ou em Redenção para a realização das suas atividades (MOURÃO e ABRANTES, 2020). Esse fluxo (de circulação das pessoas) foi motivado pela instalação da Universidade. Circunstância que disparou o processo de transformações no que diz respeito ao estilo de vida socioeconômico, sociocultural e em relação às infraestruturas das cidades.

Por outro lado, influenciou e/ou ampliou-se a pluralidade de possibilidades das interações e a diferença identitária e cultural se tornou visível (entre nacionalidades que

²⁹ Refiro o ano 2012 como gênese de altos preços de aluguel, porque, constatamos que nessa altura, os antigos moradores ainda pagavam preços normais, vigentes antes chegada dos primeiros estudantes. esse mesmo preço permaneceu nos primeiros anos para eles, mas os alunos internacionais já pagavam preços mais altos.

³⁰ Isso foi motivado pela instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira nessas localidades.

compõem a Unilab). Nota-se que à medida que essa pluralidade sucede, o consumo se amplia e varia. Nesse sentido, para falar das mudanças ocorridas em Acarape e Redenção, nós nos inspiramos na obra de Roberto Cardoso de Oliveira (1972), sobre *Povos indígenas e mudança sociocultural na Amazônia*. Nessa obra o autor apontou que as mudanças decorridas nas aldeias dos povos indígenas resultavam do contato interétnico entre os índios e os brancos. Segundo o autor, os índios ofereciam “matéria-prima, onde se inclui a terra e/ou a mão de obra e o assim chamado “civilizado” oferecia bens manufaturados” (OLIVEIRA, 1972, p. 3). Nessa ocasião, ocorria o que ele denominou de “potencial de integração”. Com base nesse potencial ele efetuou a análise da interação dos índios/brancos e concluiu que o resultado desse encontro desencadeou as mudanças socioculturais em diferentes escalas da vida dos indígenas, “onde a situação de contato está marcada por relações assimétricas, de dominação dos brancos e sujeição dos índios, essa integração do sistema deve significar uma mudança em direção da sociedade nacional” (OLIVEIRA, 1972, p. 4). Roberto Cardoso de Oliveira sublinhou que as literaturas possuem a dificuldade para construção teórica sobre as mudanças culturais e outra preocupação do autor constava na forma atender a uma temática que ele considera ampla. Nessa conjuntura, preferiu tratar esse processo de mudança com base no que ele classificou em três (3) eixos, a saber:

- a) Processos condicionados pelo extrativismo vegetal;
- b) Processos condicionados pela ação missionária;
- c) Perspectivas da ação estatal no processo de mudança.

Inspirados no modo apresentado na obra de Roberto Cardoso, optamos em falar das mudanças de acordo com as circunstâncias detectadas na observação participante e nas entrevistas. Assim, discutiremos as mudanças a partir de duas perspectivas. A primeira tem que ver com a alteração do custo de vida e do espaço físico condicionado pelo estabelecimento dos agentes da Unilab e das prefeituras. A segunda, diz respeito às dinâmicas relativas à sociabilidade.

2.2.1. Dimensões físicas das Mudanças

Quando se trata do dinamismo e alto custo de vida que tiveram lugar em Acarape e Redenção, percebe-se que, de certo modo, os antigos moradores referenciam a Unilab como o marco fundamental de todo processo de aceleração das mudanças, mas não percebem que ela não é o único agente desse processo. Nessa circunstância, há um

sentido ambíguo na percepção/explicação dos entrevistados em relação a esse processo. Isto é, partem da argumentação de que, as decorrentes mudanças nas cidades de Acarape e Redenção já vinham acontecendo em pequenas escalas pelas ações das prefeituras. Mas a instalação da Universidade, a vinda e o estabelecimento dos estudantes internacionais, proporcionou a ação dos proprietários dos imóveis a investirem na manutenção dos apartamentos e na construção de novos edifícios para aluguéis. A entrevistada Camila observou que a maioria dos *“brasileiros que estuda na Unilab volta para suas cidades, após as aulas. Eles não necessitam alugar as casas, mas vocês precisam... e precisam de casas em condição. Isso motiva mais proprietários a melhorar suas casas. Isso passou a soar como concorrência”* (CAMILA). Ainda assegurou que mudanças iam acontecer, mas o ritmo seria mais lento, como acontecia. Isso conduz à interpretação/compreensão de que eles colocam a Unilab e seus agentes como fundamentais em torno desse processo.

No caso de Redenção, entrevistada Vânia observou que era um plano da prefeitura investir no incremento do Município e afirmou que algumas políticas já tinham sido implementadas desde o tempo que ela era vereadora. Algumas delas não continuaram por motivos de insuficiência de verbas financeiras. E colocou que a presença da Universidade serviu como um estimulante que revolucionou o processo de mudança, pois *“quando ela abriu as portas, pressionou tanto a prefeitura, quanto os próprios moradores para fazerem alguma coisa. Os proprietários de imóveis aproveitaram o agravamento das pessoas e a procura das imóveis para melhorar suas casas e abusaram nos preços de aluguel”* (VÂNIA). O entrevistado Mário aponta que, em Acarape, a prefeitura melhorou a cidade em 2015, mais por causa da proximidade das eleições, que ocorreram em 2016. O restante das transformações urbanas resulta da própria iniciativa da população para tirar seus benefícios. Semelhantemente aos relatos da Lourdes, que criticou e enquadrou as ações dos proprietários como de exploração. Ainda alimenta esperança que um dia as casas que estão sendo alugadas com preços abusivos um dia estarão a seus alcances.

Os empresários e proprietários dos imóveis entrevistados não veem o investimento nas suas atividades econômicas a partir da categoria de “exploração”. Mas, para eles, havia ou ainda há a necessidade de investimento nas casas, pois muitos *“alunos procuram boas residências e não aceitam ou reclamam dos apartamentos sem as condições adequadas”*, acentuou Camila. Ainda acrescentou que ninguém investiria

na sua casa para alugá-la no mesmo preço à medida que a cidade cresce. E concluiu que, de qualquer das formas, as cidades tendem a crescer e a vida acompanha essa tendência. Para ela, esse é o motivo de toda a dinâmica do custo da vida em Acarape e Redenção.

Na mesma linha de pensamento, o empresário Diego (residente em Acarape) explicou que a procura crescente de residências por parte dos estudantes motivou alguns empresários a optarem por empréstimos bancários para realizar as manutenções ou construir novos edifícios e/ou investirem em outras modalidades, – principalmente no comércio – como ele mesmo fez. Também os entrevistados enfatizaram outro aspecto comercial. Segundo os mesmos, à medida que os municípios experimentam aglomeração de novos indivíduos (principalmente: professores, estudantes, técnicos administrativos, etc.), a procura e o consumo de certos produtos aumentou. Isso fomenta concorrência que, por sua vez, exige a qualidade dos serviços ofertados e, conseqüentemente, o aumento do custo dos mesmos serviços. O que deu a ênfase e permitiu aos pequenos empresários optarem por investir mais para atrair atenção dos consumidores. Francisco Willams Lopes (2019), na conclusão de sua tese doutoral, realçou que as mudanças se materializam no

aumento da circulação de pessoas, bens, serviços e capital proporcionados pela atividade... que Expandiu as Relações de interdependência entre [seus] agentes... influenciando sobre o território e as atividades produtivas, resultando não apenas em transformações de características tradicionais, mas também no reforço de traços da chamada cultura local. (LOPES, 2019, p. 280-287)

No caso de Acarape e Redenção, o efeito disso se verifica na alta procura de apartamentos pelas pessoas ligadas à universidade nos bairros centrais, o que desequilibrou a estrutura econômica da maioria das famílias sem fonte de renda estável e que, até aquele momento, viviam uma vida “razoável”, considerando os padrões da cidade. Ao abordar essa situação, Lourdes salientou que – *“até moradores de rua estão aumentando a cada dia. Isso não existia aqui, fora os doentes mentais”*. Ela usou essa metáfora (“até os moradores de ruas estão aumentando”) para ilustrar as dificuldades que algumas famílias enfrentam na cidade em relação às moradias e consumo. Nesse contexto, concordaríamos com os comentários da Alda S. F. Monteiro (2003) sobre a obra de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1963), de que em meio às transformações que ocorrem nas estruturas tanto sociais quanto materiais, as famílias são os principais alvos da desestrutura. Motivo pelo qual as mudanças decorrentes nesse aspecto sofrem as resistências (MONTEIRO, 2003, apud PINTO, 1963). Esta situação continuou a incitar-

nos a questionar sobre o lugar dos antigos moradores sem renda no projeto da Interiorização (caso da Unilab).

Apesar de ganhar maior proeminência a questão de habitação, por ser uma das principais necessidades humanas, houve transformações em outros sectores, começando na requalificação dos espaços físicos nos bairros Centrais até as relações sociais. Por exemplo: constatamos que o investimento na primeira situação invocada evoluiu significativamente – muitas casas e prédios novos foram construídos e as habitações mais antigas que se encontravam em precariedade foram reparadas e as ruas alcatroadas. No que diz respeito à atividade comercial, ultimamente várias lanchonetes e pequenos comércios se encontram quase em toda a parte em Acarape e de Redenção, (**Diário de campo, 2019**).

Situações análogas foram encontradas na pesquisa de Eduardo Machado, Jorge LIMA, Regina Silva, Nathalia Oliveira (2019), sobre a cidade de Acarape e Redenção. E no caso da pesquisa realizada na Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, situada no interior de Mato Grosso – MT de Arno Rieder (2011). Também no caso da Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (CARVALHO; SANTOS Jr. e REGÔ, 2015, p.3). Nessas obras percebemos algo em comum: os relatos de mudanças em diferentes sectores motivados pelas criações de instituições que instigam maior circulação humana, o aumento das relações de trocas, a criação de infraestruturas e de qualificação de recursos humanos que visam preservar, valorizar e cuidar das demandas locais. Assim promovendo a mudança de suas regiões. Muitos dos pontos que aparecem nestas obras coincidem com o que assistimos na UNILAB.

Larissa e sua mãe Lourdes relataram que houve mudança significativa atualmente em relação ao período anterior à instalação da UNILAB em Redenção. Para elas, o cenário que esperavam da Unilab era de acesso à formação superior e, mesmo sabendo que viriam estudantes internacionais, a população não pensava e muito menos se preparou para eventuais mudanças que poderiam vir a experimentar. Principalmente no que tange ao crescente preço do aluguel dos apartamentos.

Pedro observou que desde o ano 2012 o alto custo de vida em Redenção já se consolidava à medida que recebia os indivíduos estrangeiros. Mário, estudante internacional, formado em antropologia, afirma que, no final de 2013, já havia imensa

dificuldade de encontrar as residências em Redenção num preço razoável, o que o motivou a se associar ao colega enfrentando o medo do discurso que caracterizava Acarape na altura como cidade “perigosa”. Indo morar no Centro e mais adiante outros alunos seguiram seus exemplos.

2.2.2. Dimensões sociais das mudanças

Além das mudanças que impactam nas relações de troca e na infraestrutura dos municípios, outro aspecto que está sofrendo as transformações são as configurações das interações e relações sociais. Conforme as constatações no campo, os antigos moradores de Acarape e Redenção mostraram que as novas formas de relações que estão surgindo nessas sociedades com a nova geração provêm de um comportamento totalmente diferente daquele que antes se verificava nas duas cidades. Assim, os entrevistados destacaram aspectos como: desrespeitos aos mais velhos, a fragmentação e fragilidade das relações de sociabilidade, disseminação de organizações criminosas, tráfico, consumo exagerado de drogas e álcool, violência e assassinatos. Todas essas marcas sociais a cada vez evoluem, constituindo a insegurança que antes não era preocupação dos habitantes dessas cidades. Ao refletir sobre a velhice e sobre as suas relações com a memória passada, Myriam Moraes Lins de Barros (2006) trouxe a discussão em relação ao contraste comportamental, destacando que a imagem de um presente mais violento gera críticas ou a nostalgia para os indivíduos com maior experiência. De seguinte modo afirma,

A violência é um elemento atual para contrastar tempos diferentes e mostrar, neste contraste, a imagem de uma cidade onde se poderia transitar sem medo. A violência está associada, nas narrativas, à ausência de autoridade nos espaços públicos e privados e à imagem de caos onde os limites e as hierarquias são desrespeitados, colocando em xeque os valores da modernidade e a ideia dos direitos modernos e, ao mesmo tempo, os da hierarquia com suas regras de sociabilidade tradicionais, desrespeitadas pela ideia de que as pessoas e os grupos sociais não sabem mais seus lugares na cidade (LINS DE BARROS, 2006 p.115).

Esses aspectos destacados a cada vez reduzem a sociabilidade e constituem o medo e preocupação para essas localidades. Criando assim a saudades dos velhos tempos considerados por eles como a época em que todo mundo se conhecia e interagia. Assim, a expressão “nos tempos passados em Redenção ou em Acarape”, como costumam expressar os antigos moradores das duas referidas cidades, na observação de Lins de Barros representam as narrativas de lembranças e “incorpora o contraste entre

um bom tempo do passado e o momento presente de insatisfação com as mudanças na vida familiar, nos costumes, nos espaços públicos da cidade... predomina o sentimento de rejeição e de não pertencimento ao mundo atual (LINS DE BARROS, 2006 p.115).

Ainda de acordo com o comentário do mesmo autor, o tom nostálgico de perda das cidades representa simbolicamente a “idealização da vida pública no passado” (LINS DE BARROS, 2006 p.115). Ainda para ele, “há um sentimento de estranhamento na percepção de ausência de limites e de hierarquias nas relações interpessoais que ocorrem nas ruas e dentro de casa... **[circunstância que segundo ele, os mais velhos]**, não se reconhece mais espaços urbanos transformados pelas reformas da cidade que dificultam sua identidade com a própria cidade e com seu passado” (LINS DE BARROS, 2006 p.115).

Para Eliane Superti (2008), quando algumas instituições se sentem ameaçadas pelas mudanças sociais dentro de “sistemas”, “são analisadas como uma perturbação deste estado de relativo equilíbrio e repouso, elas surgem como resultado de uma disfunção, como por exemplo, a violação de normas sociais ou a quebra da conformidade”, (SUPERTI, 2008, p.4). Já nos comentários da obra HOLBROOK (1993), Flávia Plutarco, Delane Botelho (2012), afirmam que, a

tensão entre o passado e o presente acontece devido aos pensamentos nostálgicos que produzem um efeito de contraste em que os eventos positivos no passado são comparados com situações menos desejáveis no presente. De maneira geral, refere-se à nostalgia como uma saudade do passado, um anseio por lembranças de acontecimentos de momentos passados, ou uma predileção ou tendência por posses e atividades associadas com períodos antigos da vida (PLUTARCO; BOTELHO, 2012, p.4 e 5, apud, HOLBROOK, 1993).

No caso de Acarape Redenção, observa-se a semelhança nos relatos dos antigos moradores entrevistados. De acordo com a explicação da entrevistada Vânia, “*qualquer pessoa podia andar na rua a qualquer hora e não havia perigo de ser assaltado ou assassinado por bandidos, não existiam essas organizações criminosas ou facções-criminosas*”. Nicandro relatou que passou toda a sua vida em Acarape e afirmou que presenciou as mudanças que aconteceram nas duas cidades. Relatou-me que “*nós subia e descia, não tinha medo de nada*”, ou seja, iam para Redenção e voltavam para Acarape sem medo de perder algum objeto, ou seja, estas cidades tinham “*segurança e tranquilidade, mesmo sem policiais movimentando nas ruas... se falava da violência e muito menos assassinatos*”.

Já a Larissa e sua mãe Lourdes destacaram a questão da deterioração das interações e das relações sociais que a seu ver, a cidade de “*Redenção era pequena*”, no sentido que, não havia muitas casas, as vivências eram mais achegadas e todos se conheciam. Qualquer “*acontecimento na cidade, rapidamente todos sabiam*”. Mas “*agora, ninguém sabe até do próprio vizinho*”. Momentos como esses ficaram como lembranças nas memórias dos antigos-moradores. Comentando a obra de Mannheim (1982), Lins de Barros (2006) afirma que,

Pertencer a uma mesma geração proporciona aos indivíduos uma situação comum no processo histórico e social. Ser de uma mesma geração não diz respeito apenas ao fato de indivíduos conviverem em um mesmo momento histórico, mas estarem em uma posição específica para se viver determinados acontecimentos... As referências às mudanças sociais contidas na noção de geração se expressam nas trajetórias de vida quando focalizamos situações e posições sociais que se mostraram fundamentais para a identidade dos indivíduos entrevistados nas diferentes pesquisas atual (LINS DE BARROS, 2006 p.114, apud, MANNHEIM, 1982).

Em sua tese doutoral, Francisco W. R. Lopes (2019) constatou experiências de transformações análogas às de Acarape e Redenção na antiga vila de pescadores, atual Cumbuco, no Estado do Ceará. Segundo ele, quando essa Vila foi transformada em polo turístico, passou a ser alvo de sucessivas idas e voltas de fortalezenses, turistas brasileiros e internacionais. Interfaces observadas pelos anfitriões como a dissipação da paz que se vivia nessas localidades, causada pelo “aumento da circulação de pessoas, bens, serviços e capital proporcionados pela atividade turística” (LOPES, 2019, p.22-23). Mas ainda eles guardam as memórias e as lembranças dos tempos áureos e pacíficos da antiga vila, complementou. Nesse contexto, compreendemos que este comportamento nostálgico em parte faz parte de uma dinâmica própria da Velhice. Por outro lado, há sim transformações em curso na cidade.

2.3. Abandono de bairros de Centro

Em várias ocasiões, pudemos perceber que os antigos moradores associam a chegada dos alunos da Unilab com as dinâmicas de aluguéis que consideram como abusivas e exploratórias aos menos favorecidos. Enquanto os proprietários de imóveis e empresários veem o estabelecimento dos agentes da Unilab como a oportunidade de flexibilizar e efetivar as suas relações de trocas e evoluir economicamente. Nesse cenário, o cerne dessa tensão são os alunos da Unilab, que por sua vez partilham as residências e dividem os encargos financeiros para diminuir as despesas. Situação que

não ocorre com os antigos moradores. Esses, na maioria, “*só uma pessoa ou duas da família carrega todo o encargo de cuidar de toda família*”. Ou seja, somente o “*pai [e/ou] a mãe sustentam mais de dois, três, até mais filhos*” afirmou Paulo. Segundo a Vânia, esses “*nem sempre têm um emprego garantido*” e que o modo de sustentar a família é através da “*agricultura*”.

No caso dos alunos como já referimos, desde a primeira leva, os alunos produz a ocupação das moradias por maior número de pessoas para compartilhar as despesas e propriamente a questão de suas seguranças no espaço novo. Situação que, de acordo com os relatos do campo, antes, incomodava os proprietários de imóveis, isto é, quando habitavam cerca de três, quatro, ou mais em um apartamento. Mais tarde, alguns proprietários lhes incentivavam a adotar tais práticas de ocupação. Isso ocorria para que pudessem colocar o preço de aluguel mais alto para eles dividirem (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Nos relatos da estudante entrevistada (Virginia), frisou que, “*outrora, os proprietários se interessam que agentes morassem mais num apartamento por causa da vantagem do preço*”. Ainda relatou que “*essa possui dois (2) quartos, quando viemos conversar com o dono, ele nos cobrou oitocentos reais... [e] disse para mim que podíamos morar quatro e cada paga duzentos. Eu recusei e disse para ele que podemos morar só nós duas... enfim ele nos deixou a casa por quinhentos reais*”. A Silvia relatou que o proprietário da casa onde mora juntamente com outras três colegas incentiva “*a gente a morar mais de cinco (5) pessoas em um apartamento mesmo pequeno, sabendo que isso não ajuda quem estuda, mas infelizmente agente não pode fazer nada. Quem quiser morar só tem que tirar grana [dinheiro]*”. A Cecília observou que é o “*interesse deles que está acima, não importam com a gente*”.

Ainda Cecília relatos que os estudantes internacionais sofrem com abusos de preços de aluguéis. Tipo quando um apartamento é 400,00 para os brasileiros, quando os inquilinos são estudantes internacionais, o preço do mesmo apartamento é acrescentado. Situação semelhante acontece no comércio, o que leva alguns estudantes internacionais a terem alguns supermercados como a preferência, porque lá cada produto tem preço fixado. Havendo qualquer mudança no caixa, eles podem, então, reclamar. Esse comportamento pode ser classificado como um ato de exploração, de xenofobia contra estudantes por serem estrangeiros. Enquanto essa jogada ocorre entre

estudante e proprietários, os antigos moradores sem fontes de renda fixa são penalizados por arcarem com as consequências de alto custo de alugueis, produtos de primeira necessidade e outros encargos familiares que não podem partilhar como fazem estudantes. Isso gera crítica à presença dos estudantes e à exploração dos empresários e proprietários de imóveis. Diante dessas circunstâncias dos antigos-moradores, vale ressaltar a reflexão sobre questão que indaga ação da interiorização sobre o lugar deste grupo no plano da expansão Universitária.

Por um lado, isso contribui para que aqueles que não estão conseguindo se adequar em face às novas exigências da vida (aglomeração das cidades, alto custo de aluguel e dos produtos de primeira necessidade, etc.) nos Centros das cidades migrem para zonas/bairros mais afastadas ou para outras cidades vizinhas. E, por outro lado, vale ressaltar que, não estamos definindo categoricamente que só os indivíduos que se encontram sem muitas possibilidades financeiras é que estão abandonando as residências. Não há como definir exatamente que os casos ocorridos de mudanças de residências tem sempre haver com a falta de condição de assegurar as despesas nos bairros de Centros. Pois, em campo, nos deparamos com algumas situações nas quais os próprios proprietários de imóveis que dispensaram as suas próprias casas para os alunos ingressantes. Este é o caso da Camila e seus filhos, que deixaram sua casa de quatro apartamentos (2 em baixo e 2 em cima) no centro para alunos e se mudaram para uma outra casa vizinha, onde está fazendo as manutenções atualmente. Já os seus pais se mudaram para outro bairro ainda pouco habitado em Acarape. Em conversa com a Camila, ela explicou que recorreu essa possibilidade, porque viu outros fazendo a mesma coisa e achou interessante fazê-lo para manter os estudos dos filhos.

“Copiei a ideia do senhor que tem aqueles apartamentos perto da igreja matriz [referindo ao Diego]. A senhora que morava ali próximo ao mercado Aliança e a casa ali no final da rua (X)... fizeram dessa forma e eu achei interessante. Porque eu sozinha e meus filhos não ocupamos toda casa... [e] serve para ajudar mais no pagamento dos estudos dos meus filhos”.

Referendo sobre o mesmo assunto, a entrevistada Elisa (proprietária de imóveis) disse que mudou do apartamento que morava para casa atual, porque o primeiro tinha mais estudantes. Segundo ela, *“na primeira casa que eu morava só tinha alunos da Unilab, aí decidi mudar para esta casa... aqui fica minha bodega [loja/comércio], é*

mais confortável". Outro caso ocorreu com a senhora que assinou o contrato comigo. Ela se mudou com seu marido e com os filhos, cedendo o apartamento para nós. O dinheiro do aluguel que recebia daquele apartamento era destinado ao pagamento das mensalidades da escola do filho, dizia ela. Quando deixamos aquela casa, ela simplesmente aumentou o preço de aluguel, mas requalificou o apartamento (CADERNO DO CAMPO, 2019).

A partir dessas situações, compreendemos que tanto antigos moradores quanto recém-chegados estudantes e outras modalidades têm em comum o alto custo de vida. Mas se percebe que os antigos moradores criticam a Universidade a partir de questões sociais (barulho até altas horas, principalmente nos finais semanas) e as vantagens que financeiras que estes têm na Universidade. Enquanto isso, estudantes internacionais comentam que os proprietários dos imóveis e os próprios antigos moradores que possuem algum tipo de negócio aumentam custo/preços em quaisquer produtos básicos para eles. Casos que não acontece com os brasileiros.

Paloma Silva (2014), no quarto capítulo de sua tese, percebeu situações que podem ser comparadas quando trouxe à tona a divergência que surge na relação entre os manauaras e haitianos. Por serem imigrantes e terem a dificuldade de falar a língua portuguesa, os haitianos sofrem "abusos e exploração mesmo com carteiras assinadas" pelos seus empregadores, o que causa conflitos entre os dois lados, além do racismo e preconceito e difamação por serem negros. Por outro lado, autora mostra que os haitianos não costumam procurar a justiça para sanear os problemas com seus patrões, devido à "morosidade da justiça". O que os leva simplesmente a deixar emprego e procurar outro, (SILVA, 2014, p. 84-88). No capítulo a seguir analisaremos as dimensões sociais nas interações e os conflitos que nelas emergem.

CAPÍTULO III

3. Perspectivas sobre as relações sociais e os conflitos Socioculturais

Como já vem sendo apresentado nos capítulos anteriores, em Acarape e Redenção encontra-se uma configuração de relações sociais que, a princípio, pode ser dividida em dois grupos: brasileiros e estudantes internacionais, especialmente africanos. O quadro se complementa quando observamos que, no segundo grupo, além da divisão espacial em cinco (5) países do PALOP representados na Unilab, há uma imensa diversidade social e cultural. Portanto, os estudantes internacionais, não são homogêneos, como são muitas vezes representados pelos antigos moradores – principalmente, quando um estudante desse grupo praticar algo que esteja inconformidade com os anfitriões, estes associam toda a comunidade internacional como praticante do mesmo ato.

Ao longo do desenvolvimento desse capítulo, será levado em consideração essa heterogeneidade ou fragmentações sociais (diferenças) que constituem uma fonte de tensão em termos da convivência entre os grupos referidos nesse processo. Assim, efetuamos uma análise baseando preferencialmente no contraste das relações socioculturais de dois grupos e os conflitos que são associados à sua prática entre os brasileiros e estudantes internacionais, sem deixar de lado, a referida diversidade que constitui o grupo desses estudantes.

Para analisarmos a questão da diversidade, convivência e conflito entre grupos que compartilham o mesmo espaço de convivência, recorreremos ao estudo clássico do Norbert Elias e John Scotson (2000), que nos oferece horizontes para uma análise compreensiva dos elementos que norteiam as convivências entre dois ou mais grupos que ocupam um determinado espaço. Também utilizarei a obra *O Conflito como Sociação* de Georg Simmel (1964) para analisar a configuração dos conflitos que emergem nessas relações/interações desses grupos.

Começamos dizendo que brasileiros e estudantes internacionais compartilham os mesmos espaços de interação. Constatamos que nesses espaços se vive uma tensão de sociabilidade que resulta na junção de grupos sociais e culturais diferentes. Em *Os estabelecidos e outsiders* (publicado em 1965) de Norbert Elias e John Scotson (2000)

localizaram aspectos análogos aos que estamos analisando nessas duas cidades universitárias.

Na obra citada, os dois autores trouxeram a reflexão sobre a lógica da figuração social e das relações interdependentes de trocas e de poder estabelecidas entre habitantes de três zonas que convivem em um bairro na Inglaterra (Winston Parva). Eles detectaram um fator de relacionamento no qual foi possível localizar tensões nas relações sociais entre moradores das três zonas consideradas na pesquisa. Os cidadãos que tiveram maior privilégio econômico mudaram para a zona-1, de classe média, enquanto os da zona 2 e 3 eram da classe trabalhadora. Na pesquisa, os autores sustentaram que há uma variedade latente nas práticas e normas de socialização norteada pelos conflitos, discriminação, exclusão e outros fatores sociais que justificam como se entrelaçavam as vivências sociais naquele lugar. Por outro lado, estes autores afirmam que não existiam diferenças em termos étnicos, níveis de desenvolvimento econômicos ou educacionais e profissionais. Mas existia um muro social que barrava a relação entre os moradores da zona 2 e zona 3. Havendo essa configuração de relação entre essas duas zonas, os moradores de zona 2 recusavam-se a manter relação com os de zona 3, porque os consideravam como recém-chegados (“outsiders”) na cidade dos “estabelecidos”.

Isto acontece por vários motivos ligados àqueles grupos, principalmente a formação familiar, a criminalidade e a relação entre vizinhança. Ainda os autores chamam atenção ao que acontece em Winston Parva em termo de preconceito individual e grupal, localizando-os como parte de um contexto social mais amplo. Para eles, o preconceito que acontecia nesta cidade era grupal, onde um grupo se diferenciava de outro grupo de forma desagradável, minimizando-os com olhares de atraso e de suposição de associação com a criminalidade – isto é os habitantes de zona 2 tratavam os de zona-3 como marginais. Também as relações políticas que estes grupos constroem lhes diferenciam (ELIAS, SCOTSON, 2000).

A obra de Max Gluckman (1987), fruto da pesquisa de campo na África do sul no período que antecedeu a apartheid, trouxe contribuições para a compreensão do processo de desenvolvimento de relações políticas entre grupos diferentes. Nessa pesquisa, o autor constatou a separação que se verificava entre os brancos e os pretos e afirmou que eles se entrelaçavam quando os interesses políticos ou de trabalho fossem

comuns. Ou ainda, se houvesse um caso de organização estatal que tanto interessava aos pretos, como também os brancos – os ajuntavam. Nesses casos, eram estabelecidas as relações entre esses dois grupos, mas quando terminava tudo voltava do modo como era antes – cada grupo no seu respectivo lugar.

Já Aurélio Vianna (2012), que é um autor contemporâneo, trouxe elementos como conflitos, a mediação e a forma que cada grupo defende os seus interesses nas relações políticas e sociais que podem ser grupal ou individual, envolvendo as desigualdades, superioridades. Para discutir estes pontos, o autor de *Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra a barragem de Machadinho* analisa o ocorrido na vila de Machadinho entre os agricultores ligados à CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) e os técnicos da Eletrosul, uma empresa de construção de barragens no Rio Grande do Sul. Vianna explica que, além do anúncio da construção da barragem que ocuparia cerca de 27 mil hectares e afetaria milhares de pessoas, existia ou existe o problema social entre os grupos (etnias) que predominavam no lugar. Os funcionários da empresa da CRAB descendiam de italianos e alemães e os agricultores do povoado da região de Machadinho descendiam de poloneses.

Os dois grupos herdaram uma rivalidade que se originou nos tempos passados na Europa. O primeiro grupo é descrito como se percebendo superior em relação ao segundo. O autor menciona que essa tensão social teve seu impacto aqui no Brasil entre os dois grupos e influenciou na escolha do território dominado pelos descendentes dos poloneses agricultores, que eram estigmatizados como atrasados. Para o autor, isso condicionou a reação dos agricultores que prenderam o técnico da construção da barragem que observava o terreno da futura construção. Com essa prisão, os habitantes da região exigiram o cancelamento daquele projeto em sua região. Dessa forma, conseguiram resultados positivos na negociação com a empresa de Eletrosul (VIANNA, 2012).

Esta obra trouxe uma perspectiva de modo como os grupos sociais defendem os seus interesses numa construção das relações que nos permite localizar que estamos diante de um conflito clássico entre um empreendimento capitalista e uma comunidade. Conflito esse que foi potencializado pelas diferenças entre os grupos.

Essas três deram horizontes que nos permitem situar a constituição das complexas e tensas relações oriundo da sociabilidade dos grupos diferentes em Acarape

e Redenção como interdepende no sentido que, apesar da diferença, ambos os grupos compartilham mesmos espaços, fazem relações de trocas, constroem relação afetivos e se encontram agrupados em campos de futebol, restaurantes, clubes de festas, etc.

Em relação às inconformidades dos antigos moradores com certas transformações, soubemos que existem organizações dos moradores locais, mas o que se sabe até o momento em que permaneci em campo é que não houve nenhuma ação concreta movida por associações contra a presença da Universidade e seus agentes. Contudo, como já demonstramos nos capítulos anteriores, há uma tensão latente e reclamações dos antigos moradores em relação aos aumentos exorbitantes dos preços de aluguéis e sobre as transformações nas relações que ocorrem nessas localidades e que se revela por meio dos discursos contra os estudantes internacionais. Ao fazer uma observação sobre essa situação, Larissa afirmou que,

Que eu saiba, não existe nenhuma ação concreta da associação sobre as mudanças que estão acontecendo. O que eu tenho conhecimento, são as ações por parte da comunidade acadêmica e alguns professores envolvidos nesse processo de ações como notas de repúdios, monografias e artigos que falam sobre os impactos sociais, financeiros, ambientais da Unilab aqui no município de Redenção. O que eu tenho conhecimento mais recente foi de uma ação do grupo de BHU,... eles produziram uma nota de repúdio sobre os preços exorbitantes de aluguéis que relataram o aumento de cerca de 300% acima do que era o aluguel base aqui. Outras notas são sobre as discriminações em alguns restaurantes, bares daqui, especificamente daquela região da Abolição, que alguns alunos internacionais que sofreram a xenofobia, racismo, (Larissa).

Já Paulo, outro entrevistado, apontou que,

a população ainda não abriu os olhos. Não entendem sobre os movimentos sociais para reivindicar seus direitos juntos as instâncias legais. Esse negócio de falar que os preços aumentaram por causa dos alunos da Unilab mostra que não sabem onde recorrer para assegurar seus direitos. Por exemplo, se população organizar e pedir a prefeitura para equilibrar os preços no mercado, resolveria numa boa sem problema com estudantes (Paulo).

Nessas conjunturas, são válidas as observações de George Simmel (1964) de que o conflito faz parte da sociedade dos humanos e em várias ocasiões antecede a “unidade”. Ainda para ele, não existe sociedade composta por grupos que não tenha experimentado o conflito. No caso de Acarape e Redenção isso torna evidentemente claro no sentido que as diversidades que constituem ambas as relações geralmente, as tensões configuram as suas socializações pelo fato de, o modo de viver e julgar os fatos serem diferentes. De acordo com Simmel, por um lado, ambos “podem encontrar conflito em cada situação histórica concreta” (SIMMEL, 1964, p. 570). E por outro lado, acredita que se não houver “o conflito efetivo, pelo menos, uma diferenciação considerável de humores e direções do pensamento, de onde flui toda a vitalidade e a real estrutura orgânica desse grupo” (SIMMEL, 1964, p. 570).

Para o mesmo autor,

O indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade exclusivamente por uma harmonização exaustiva, de acordo com as normas da lógica, objetivas, religiosas ou éticas, do conteúdo de sua personalidade. Ao contrário, contradição e o conflito não apenas precedem esta unidade, mas são nele operativos a cada momento de sua existência. Da mesma forma, não existe provavelmente nenhuma unidade social onde as correntes convergentes e divergentes entre os seus membros não estejam inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma pura “unificação”..., não só se apresenta como empiricamente irreal, como não representa nenhum processo concreto da vida (SIMMEL, 1964, p. 570).

Desse modo, para Simmel, como o universo necessita de “amor e ódio”, aliás, “forças atrativas e repulsivas a fim de dispor de qualquer forma” (SIMMEL, 1964, p. 570), da mesma maneira a sociedade precisa de forças atrativas e repulsivas para alcançar a sua forma social, ou seja, “precisa de alguma razão quantitativa de harmonia e desarmonia, de associação e de concorrência, de tendências favoráveis e desfavoráveis”, (SIMMEL, 1964, p. 570). Simmel concluiu do seguinte modo:

Definitivamente, a sociedade não resulta apenas de forças sociais que lhes são positivas, e apenas na medida em que fatores negativos não as impeçam. Esta concepção comum é bastante superficial: a sociedade, tal como a conhecemos, é o resultado de ambas as categorias de interação, que assim se manifestam como inteiramente positivas (SIMMEL, 1964, p.161).

Na mesma linha de raciocínio com Simmel, Maria da Gloria Gohen (1997) considerou que o conflito é “considerado natural e inevitável, decorrente do choque entre as culturas e diferentes realidades” (GOHEN, 1997, p.29). Essas perspectivas de

Simmel e Gohen nos permitem averiguar e compreender as dinâmicas dos conflitos e colocar que no caso de Acarape e Redenção, o conflito resulta da diferença cultural, do preconceito espacial em relação à África e em relação aos africanos, do racismo, das relações de troca e outros conflitos que acontecem após que Unilab e seus agentes se instalaram nesses municípios.

Eduardo Gomes Machado, Jorge Luiz Oliveira Lima, Regina Balbino da Silva e Nathalia Alves de Oliveira (2019) constataram situações semelhantes e agruparam entre outras na pesquisa intitulada *Cartografar pequenas cidades no nordeste brasileiro, caminhos percorridos*:

dentre as situações e os episódios que evidenciam essa dimensão conflitual, é possível indicar (DIÁRIOS DE CAMPO, 2017-2019): (i) constantes críticas efetuadas por radialista à UNILAB e às pessoas da instituição, em programa de ampla audiência, sediado em Redenção, mas com alcance na região, inclusive apresentando falas racistas e xenófobas; (ii) episódios de agressão verbal, moral e física, com caráter machista, misógino, racista e xenófobo, atingindo discentes da universidade em espaços públicos das cidades; (iii) assaltos, alguns com agressões físicas, e invasões a residências de universitários, inclusive com discentes feridos, alguns gravemente; (iv) críticas à ocupações criativas efetuadas por docentes e discentes da UNILAB e convidados em alguns casos, contando com apoio de segmentos policiais “encerrando a festa”; (v) enquête efetuada por vereador de Acarape, instando a população a escolher entre a instalação de um novo campus da universidade ou uma indústria no município; (vi) os aluguéis caros, com preços exorbitantes, aos quais os estudantes precisam se submeter; (vii) assaltos na entrada/saída dos campi da UNILAB, particularmente em Palmares, onde se concentra a maioria dos cursos noturnos; (viii) tentativa de feminicídio ocorrida no interior do campus da universidade; (ix) denúncias de estupros envolvendo discentes da UNILAB (MACHADO, LIMA, SILVA, OLIVEIRA, 2019, p. 154).

Mas além dessas configurações sociais, encontramos outros momentos de encontro. Tais como: Casamentos e união estável entre brasileiros e estudantes internacionais, nas festas, nos restaurantes, e, etc. Indo a par dessas noções apresentadas, compreendemos, com base nos resultados obtidos na pesquisa de campo, que em nenhuma sociedade existem grupos sem conflitos. Mas de mesmo jeito que existe conflitos, também existem momentos de sociabilidade estável.

Em seguida, analisaremos esses elementos verificados em campo, tanto a partir da observação, quanto por meio das falas dos nossos interlocutores. Assim, partindo da questão das relações de troca, percebemos uma das fontes de tensão latente é a

percepção dos antigos moradores de que os estudantes internacionais ganham benefícios do governo para manter as despesas. Trata-se de uma oportunidade que só poucos antigos moradores têm, pois são poucos que tem acesso ou estudam na universidade. Mas por serem residentes/nativos locais nem sempre recebem o benefício – auxílios moradia – que faz essa discrepância.

De acordo com as observações de uma entrevistada São-tomense, os “*brasileiros nos odeiam, porque pensam que é com o dinheiro do governo [auxílios] que satisfazemos todas as necessidades e eles não beneficiam daquele dinheiro [...] mas acho que não é só isso, o problema é que eles não querem nos ver aqui, por isso existem esses discursos contra nós*”, diz **Cecília**.

O estudante guineense **Romão** acredita que a maior confusão que gira na cabeça dos brasileiros é contradição entre o modo como os estudantes africanos se apresentam e o que sabiam sobre a África e africanos. Isto é, eles pensavam ou ainda “*pensam que somos pobres e que o estado brasileiro disponibiliza vagas gratuitas para nós, por isso agente vem estudar aqui*”, mas por outro lado, eles os “*veem usando roupas caras, fazem festas, etc.*” e levando uma vida aparentemente “*boa*”. A conclusão é que “*Unilab dá mais dinheiro para nós,*” repassando um benefício que pertencia aos seus filhos. Romão ainda salienta que a maioria dos alunos internacionais não compram roupas no Brasil, pelo fato de serem caras – principalmente os tênis. Mas eles encomendam as suas pertencas à família ou a amigos: “*eles compram num preço bem barato [...] quem viaja de lá para cá traz consigo e entrega ao dono. Tais roupas aqui são muito caras e diferentes. Vendo a gente com elas, brasileiros ficam com inveja e incomodados, perguntando: onde comprou? Você é rico*” postulou (Romão).

A encomenda e a circulação dos referidos materiais (tênis, calças e camisas, etc.), acontece de seguinte maneira. Como dito, no Brasil os vestuários originais são muito caros nas lojas, quando comparados com lojas nos PALOP (especificamente Cabo-verde e Guiné-Bissau). Nesse sentido, a maioria dos estudantes desses países prefere encomendar aos seus parentes ou amigos residentes em seus países os produtos. Estes, então, compram e entregam para a pessoa que viaja para o Brasil (principalmente estudantes que vem para Unilab). Vale ressaltar que o peso da moeda brasileira é um pouco maior quando é convertida na moeda local dos respectivos países em questão.

Essa diferença cambial facilita muito na aquisição de materiais de qualidade, que no Brasil são muito caros.

Por mais que não seja a razão principal dos conflitos na sociabilidade entre antigos moradores (brasileiros) e recém-chegados estudantes de PALOP, é inegável a interferência desses materiais (tênis, camisas/blusas e calças) nessa relação. Arjun Appadurai postulou que os materiais “são coisas com um tipo particular de potencial social”, (APPADURAI, 2008, p. 8 e 9) que despertam a sensação de “*inveja e de conflito*” social. No caso dos Antigos moradores das duas cidades, há evidências que isso contribui para sustentar o discurso que julga os estudantes internacionais por, teoricamente, usufruírem dos direitos dos brasileiros (TÉ, 2017).

Nessas circunstâncias, para entender a potencialidade social dos materiais, isto é, suas importâncias na vida humana, Appadurai sugere “seguir as suas formas, seus usos e trajetórias” (APPADURAI, p. 9) como forma que permita compreender a influência dos objetos nas inter-relações humanas. A partir desse último (trajetória), pode-se, então, efetuar a análise que permite entender o significado (valor) que os indivíduos dão as coisas. As suas potencialidades se veem nos seus usos.

No entanto, a vida social que estas têm consiste no significado/valorização dada a tais objetos. Entendo que a teorização dos significados das coisas na vida social dos indivíduos contribui para a compreensão da discussão levantada pelos estudantes internacionais entrevistados no que diz respeito às roupas “caras” que usam e ‘boas residências’ que ocupam nos bairros de centro. E estes ganham sentido social no quadro que são envolvidas, isto é, nas relações entre os dois grupos. Ou seja, os Antigos moradores, ao perceberem que os estudantes internacionais usam tais itens, ficam com o sentimento de que eles também deveriam usufruir os mesmos.

Na mesma linha de raciocínio, a entrevistada Cecília usou proposições paralelas para ilustrar as formas segundo as quais os estigmas raciais e preconceituosos em relação à África e aos africanos emergem nos questionamentos dos brasileiros aos estudantes internacionais. Segundo ela, perguntas do tipo: “*como vocês conseguem sobreviver aqui*”? “*Vossos pais mandam dinheiro*”? E/ou, “*é governo que dá dinheiro para vocês*”? “*Mas eu só recebo auxílio de moradia*”, disse ela. Outras questões idênticas são: vocês vieram de cavalos? Nadando? Lá na África têm carros? Têm aviões? Esses e entre outros questionamentos são frequentes nos relatos dos estudantes

internacionais (CADERNO DE CAMPO, 2019). Ou seja, a questão que acarapenses e redencionistas tentam colocar, é: onde conseguem dinheiro para comprar essas roupas e para organizarem festas, se a África e, por conseguinte, os africanos são pobres? Dessa maneira, ela mostra que sempre são confrontados de várias formas pelos nacionais e que essas atitudes demonstram certa forma de repúdio contra a estadia dos africanos nessas comunidades.

Em relação a essa situação, Mamassaliu lembrou de um cenário que teve lugar no grupo de estudantes do Curso de Sociologia na Unilab em 2018 e que eu vivenciei. A beira das eleições presidenciais, um aluno de Sociologia afirmou que o atual presidente iria ganhar a eleição e mandar de volta os estudantes africanos para os seus países de mãos atadas atrás num barco ou em cavalos. Cenário que trouxe de volta a história do tráfico negreiro e a forma como os homens e mulheres negras eram desumanizados e degradados ao status de escravos. Tal discurso repercutiu no grupo e muitos estudantes internacionais (africanos) de sociologia abandonaram o grupo de Whatsapp. Eu permaneci no grupo até o momento que meu celular foi roubado por assaltantes. Além de repúdios dessa natureza à estadia dos estudantes internacionais na Unilab, há outros fatores evidentes de racismo e xenofobia que se manifestam de diferentes formas, como são detalhados adiante (MUNANGA, 1996; NOGUEIRA, 2006; OLIVA, 2007).

Situações como estas foram identificadas em vários momentos. Sendo assim, de acordo com Astréia Soares, Luiz Henrique Barbosa, Vanessa de Carvalho, (2009), essas questões apontam para um fator fundamental do prévio conhecimento dos brasileiros em relação à África e os africanos baseados nas imagens/reportagens midiáticas³¹ que os meios de comunicação (redes televisivas, internet, rádios) reportam e propagam ao público sobre as Áfricas, perpetuando uma tipologia imaginária sobre o continente africano como um país, ou seja, um lugar de pobreza e de doenças e ressaltam que outros casos positivos são simples ignorâncias.

Os questionamentos acima descritos revelam este imaginário e o conhecimento que estes têm de África e dos africanos que, a pesquisa destes autores trouxe à tona. Trata-se de uma investigação realizada com intuito de analisar as informações que são reportadas nas mídias brasileiras, principalmente do Jornal Folha de São Paulo e outras

³¹ A mídia, de forma geral, transmite a imagem das Áfricas ao público brasileiro como lugares de miséria, de sofrimento, de doença, de fome, de guerra e de selvageria.

Redes, como são o caso da TV Globo e da Revista Veja, sobre as notícias dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A pesquisa foi recortada num espaço temporal de dois anos. Após analisar os jornais no período proposto, eles concluíram que as informações geradas sobre estes países são “generalistas e superficiais” e que em determinado sentido, homogeneízam o continente como um todo. O que acaba produzindo um tipo de estigma a partir do lugar que estes vieram, ou seja, ‘preconceito espacial’ em relação ao continente africano.

Para complexificar um pouco a análise, vale ressaltar o importante papel da Unilab na desconstrução desse preconceito estereotipado e no repensar das Áfricas a partir da presença desses estudantes. Como comentou uma vez comigo o Professor da ‘sociedade escravista e história da África’, Dr. Edson Borges, em 2018, a “presença dos estudantes africanos em Acarape e Redenção, andando de bons tênis, calças e camisas questiona seriamente o pensamento, o olhar de um povo que conhecia os africanos como habitantes das Senzalas e escravos, agora andando livres nas ruas de Redenção, estudando nas mesmas escolas e frequentando mesmo lugares livremente”.

De forma sucinta, estes autores (Astréia Soares, Luiz Henrique Barbosa, Vanessa de Carvalho) formularam em dois modos que a África (como um país e um lugar de exotismo cultural e de miséria) é apresentada nas informações que a mídia brasileira reporta ao público sobre a África. Essas informações têm poder e são fluentes nas relações entre jovens africanos e brasileiros. A forma como estes questionam aos africanos comprova essa influência da mídia sobre os olhares e consideração do seu público em relação a África e aos africanos:

primeiro lugar, apenas como uma denominação geográfica, um continente homogêneo, “A África”, dando-se pouca atenção às especificidades étnicas, sociais, culturais e políticas dos seus países ou ainda, como se essas especificidades não existissem. Além disto, observamos que há a predominância de duas imagens mais recorrentes de África que são, de um lado, o lugar do exotismo cultural e, de outro, da fome, da miséria e das estatísticas trágicas; aspectos que dificilmente podem ser considerados como positivos (SOARES, BARBOSA, CARVALHO, 2009, p. 2).

Portanto, a presença dos estudantes africanos no país ou, especificamente em Acarape e Redenção, questiona esses olhares midiáticos aos olhos dos acarapenses e redencionistas e lhes deixa com uma indagação, “se não têm condições, como estes estudantes da Unilab compram as roupas caras e vão festas? como viajaram até aqui?”

A suposição de alguns é que o governo (Dilma Rousseff³²) dá o dinheiro do Estado para eles usufruírem. O incrível é que até na capital Fortaleza os estudantes internacionais relatam que são confrontados constantemente com questionamentos atípicos dessa natureza, que de um modo revelam o preconceito que estamos denunciando e ,de outro, representam tensões congeladas em ambas as partes que sempre explodem quando houver um conflito (brasileiro versus estrangeiro), como em alguns episódios que marcaram as convivências na Unilab envolvendo alunos e professores.

Nesse caso, vale trazer para esta reflexão a observação de Kabengele Munanga, (1996) e Oracy Nogueira (2006) sobre o preconceito racial tipicamente brasileiro escondido no discurso da cordialidade e da democracia racial. Quem vive o preconceito racial sabe que não existe a cordialidade e muito menos a democracia racial. Mas esses discursos tentam velar a existência dessa realidade.

Na obra *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*, Oracy Nogueira (2006) fala desses momentos de conflito nos quais o racismo vem à tona. Apesar de a pesquisa ter focado mais em demonstrar a diferença no tratamento do problema racial no Brasil e nos Estados Unidos, o autor trouxe as evidências teóricas e práticas da relação que envolve o negro e o branco no Brasil que permitem pensar a situação da Unilab a partir do extremo do preconceito de “marca” que permite ao indivíduo apresentar duas faces, algo não aceitável quando comparado com o preconceito de “origem”, um tipo que tem lugar nos Estados Unidos.

Assim, o autor mostra que há várias diferenças que configuram a concepção de ser negro ou branco e suas relações no Brasil e dos Estados Unidos. Primeiro, nos Estados Unidos ser negro não depende unicamente da cor, mas da origem. Isto é, se os pais ou avós de um indivíduo forem negros, toda linhagem familiar será considerada negra, por mais que outros venham a sofrer a miscigenação e tornarem brancos. Nessa perspectiva, também se estabelecem as relações. No Brasil, a situação que se vive é diferente, não somente por ser repleto de um falso discurso de cordialidade e de democracia racial, mas de um sistema de relação no qual o indivíduo pode conhecer sua origem de ascendência e/ou com traços fenotípicos negros, ainda pode ser considerado

³² Ela é a referência, porque foi no governo de Dilma Rouseff que os estudantes internacionais começaram a vir para a Unilab. No entanto, alguns moradores perguntam: é Dilma que dá o dinheiro para vocês. Já outros afirmam que é o dinheiro do estado. O que mostra uma certa confusão em relação a vido dos estudantes internacionais.

branco. Algo que nos Estados Unidos isso pode acontecer somente se o indivíduo mudar para outra região e esconder sua identidade, isto é, se não tiver traços físicos negros. Neste quadro, a relação interpessoal e outros se restringem aos semelhantes. Ultrapassando esses limites sociais, os companheiros punem “severamente” (principalmente os brancos, chamando negro-voluntário). Já no Brasil isso não acontece. O indivíduo pode ser branco e preconceituoso, ao mesmo tempo ter amizades com outros negros (NOGUEIRA, 2006, p. 294-298).

Kabengele Munanga (1996) que apresenta uma discussão mais atualizada foi mais específico ao retratar a situação do racismo no Brasil na obra *As facetas de um racismo silenciado*. Nessa obra evidenciou e criticou as facetas raciais escondidas no mito da democracia racial instituído pela elite nacional. O autor começou suas explicações demonstrando que no Brasil o problema racial foi complexificado pela elite nacional ao pensar a identidade nacional baseando na mestiçagem/mistura e consequente a tentativa de eliminar a identidade negra e indígena em prol da construção de uma identidade nacional sem divisão baseada na cor. Nesse contexto, demonstra que em alguns segmentos sociais, o racismo é algo explícito e institucionalizado, como é o caso do nazismo da Alemanha da década de 40, da apartheid na África do Sul e do regime Jim Crow nos EUA. Em outros países, que constituem a maioria, o racismo é algo implícito e não institucionalizado, mas que ocorre no silêncio criminoso. Kabengele sustenta que em todas as sociedades existe, de uma ou outra forma, o preconceito, seja ele racial, social, econômico, religioso, ou de gênero. Mas para ele, isso torna um problema quando é usado ideologicamente para legitimar e justificar o extermínio, a exploração e a exclusão dos outros, como tem ocorrido na Alemanha, na África do sul, no sul dos EUA e nas sociedades escravistas e coloniais.

No caso do preconceito implícito, o autor destaca que na América Latina e na Europa o modelo de preconceito observável é do tipo não institucionalizado ou implícito. Ao abordar o caso específico do Brasil, Munanga revela que é recorrente se deparar com a afirmação de que não existe o racismo, mas com a série de pesquisas revelando a sua existência, se buscava a justificativa na falta de consciência da discriminação ou falha de instrução. Após essa revelação de sua existência, o racista passou a existir, mas é sempre o outro e não o eu. E para se livrar disso, muitos justificam ter amigos, esposa, marido ou cunhado negro, ou ainda dizem frequentar o candomblé.

Diante disso, o autor questionou: como explicar essa negação? Para ele, a resposta/explicação se encontra no mito da democracia racial, que é a “fonte de preconceito de ter preconceito” (*Idem*, p. 214). Mas ressaltou um importante fator, de que estamos em um país onde as coisas se fazem no silêncio, para não chamar atenção ao processo de conscientização, como ocorreu nos países onde o racismo é explícito.

Ou seja, o racismo brasileiro ocorre com sutileza, utilizando o discurso da mestiçagem e outras formas que o velam, como a ideia de democracia racial, que manifesta com outra face – a de mistura, aliás, “somos uma democracia racial porque a mistura gerou um povo sem barreiras e sem preconceito” (*Idem*, p. 216). Kabengele conclui que isso se trata de um verdadeiro mito, pois não produziu a declarada democracia racial, e ocultou as inúmeras desigualdades sociais e raciais, ajudando a dissimular e dificultando a formação da conscientização. Isto é, fez a maioria ignorar o real problema racial no país, mesmo os próprios intelectuais, que se escorregam nesse mito (MUNANGA, 1996).

Na mesma linha do raciocínio, Ângela Figueiredo e Ramón Gosfoguel (2009) trouxeram observações importantes no que diz respeito ao sistema brasileiro de racismo ou o racismo sem racistas nos espaços acadêmicos. Os dois autores fizeram um esforço ao tentar demonstrar a configuração dos espaços universitários que, até a data da publicação desse artigo, era marcado por uma enorme discrepância, pois os professores brancos ocupavam cerca de 90% nas universidades. Ainda demonstraram que, nos anos 30 os debates sobre o destino do país e inclusive a questão da raça estava entre os brancos, “mulatos” claros e “mulatos” silenciados aprendiam sobre o benefício de ser mulato, ou seja, a importância de se misturarem.

De acordo com esses autores, o racismo sem racista é, de facto, uma realidade que muitos brasileiros vivem. Segundo os estudantes internacionais, esta é uma realidade que se verifica nas relações com brasileiros. O entrevistado António afirma que, alguns brasileiros se apresentam como amigos, como também costumam afirmar que os “*brasileiros são povos receptivos de todas as nacionalidades*”, mas sempre que ocorre um conflito que envolve brasileiros e estrangeiros, estes brasileiros os abandonam e vão para o lado de seus compatriotas. Exemplificou o caso com a situação de um jovem que passava o tempo todo lidando com estudantes internacionais da Unilab, mas quando aconteceu um problema na universidade, ele virou as costas aos

africanos. Quando foi solucionado o problema, ele foi excluído do companheirismo destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os capítulos, abordamos situações sobre a trajetória da Educação Superior universitária, sua utilização pelo Estado Brasileiro como ferramenta de mudança e desenvolvimento das regiões interioranas e de cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e, em especial, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Nesse estudo, constatamos que no Brasil houve uma demora na popularização do ensino superior e a sua ascensão remonta ao século XX, (CUNHA, 1980; PINTO, 2004). Ainda na sua gênese, entre poucas que existiam na altura, a maioria das universidades localizava no Sul e Sudeste. Apesar de conter atualmente várias instituições universitárias, Norte e Nordeste eram e ainda são menos privilegiados (RIEDER, 2011). Com a implementação da política de Expansão e Interiorização universitária houve um aumento expressivo das universidades, principalmente a partir de 2003 (CARVALHO; SANTOS JR E REGÔ, 2015).

Nessa conjuntura de Expansão, principalmente a Interiorização, vários interiores beneficiaram das instituições superiores de ensino, inclusive os municípios de Acarape e Redenção, que receberam a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Uma instituição que além de caráter nacional de interiorização das Universidades, carrega uma marca histórica e contém a representação da CPLP na sua origem. Estes fatores influenciaram decisivamente na sua instalação em Acarape e Redenção (UNILAB, 2010; HELENO, 2014). Essa circunstância nos permite afirmar que Unilab nasceu num contexto nacional brasileiro como as outras universidades, mas com contexto histórico e perspectivas diferentes delas.

Assim, tanto a Expansão/Interiorização, quanto a Unilab (que é fruto da interiorização) são projetos de desenvolvimento inerentes ao Estado para as regiões. E sabemos que todos os grandes projetos como esses da educação têm seus impactos sociais e culturais na população local em qualquer meio onde for instalado (exemplos dos trabalhos referidos sobre a Expansão e Interiorização). No caso de Acarape e de Redenção destaca-se o problema do alto custo de vida, principalmente a disparada de preços das moradias e dos produtos da primeira necessidade nos bairros centrais. Além doutras situações, como das diferenças culturais e os conflitos que emergem por conta da representação estudantil da Unilab nos espaços públicos. Essas consequências das ações desse projeto caem sobre os antigos moradores.

Isso tornou evidente após toda a análise/averiguação dos documentos e artigos relacionados ao projeto da Expansão e Interiorização das universidades em seus diferentes aspectos no país e, particularmente, os que tratam do caso específico da Unilab – chegamos a conclusão de que o lugar dos antigos moradores (e especialmente aqueles que não possuem renda estável e que residiam nos bairros de centro de Acarape e Redenção) não foi pensado e que a universidade foi concebida como um projeto político de desenvolvimento para o Maciço do Baturité. Com essa demonstração da vida como é vivida além do projeto. O nosso objetivo não é de expor ou minimizar a sua importância social nessas comunidades, mas a intenção é de avaliar como isso funciona na realidade, tendo em vista as dinâmicas sociais complexas entre antigos e novos moradores.

Esses fatores alimentam e intensificam as tensões sociais que já existiram desde os primeiros momentos do encontro dos grupos diferentes, assim fomentando ainda mais o discurso que sugere que “os africanos estão tomando (dominando) conta da cidade”. Esta expressão pode ser associada ou interpretada como a forma de externalização do sentimento de pertencimento a Universidade, mas não se usufruindo dela como esperavam. O que em certo sentido desperta cobiça ou egoísmo da parte dos antigos moradores ao verem os estudantes internacionais ‘usufruindo’ da mesma. Em outra vertente, esse comportamento dos antigos moradores pode ser supostamente compreendido como uma das diferentes figurações de manifestação do preconceito racial à brasileiro contra os negros ou africanos (GROSFOGUEL e FIGUEIREDO, 2009).

Assim gostaríamos de fechar essa dissertação afirmando que, apesar de toda a complexidade de relações, a presença da Unilab facilitou o desenvolvimento das atividades comerciais particulares de alguns moradores dessas cidades. Também os efeitos da universidade contribuíram na absorção dos trabalhadores como mão de obra operacional em diferentes esferas. Mas os antigos moradores foram incorporados como mão de obra operacional e não chegaram a ocupar os melhores postos na universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Carla S. A. “O ensino superior em Redenção (CE), Brasil: comentário sobre um arquivo virtual”. *O Público e o Privado (UECE)*, v. 23, p. 135-144, 2014.

AGOSTINI, Camila. A vida social das coisas e o encantamento do mundo na África central e diáspora. *MÉTIS: história & cultura* – v. 10, n. 19, p. 165-185, jan./jun. 2011.

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural/Arjun Appadurai: Tradução de Agatha Bacelar – Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BARROS, Aparecida S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Encontrado em: www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf.

BIZERRIL, Marcelo. A interiorização das Universidades Federais foi um acerto estratégico. *Brasil de fato/São Paulo (SP)*, 2018.

BOURDIEU, Pierre. “Compreender”. In: *Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. “A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia.” *Novos Estudos* 211988. Pp. 133-157.

CARVALHO, J. D.; SANTOS Jr, Alcides L.; REGÔ, S. M. O. . *POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: A*. In: *III Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior saberes, tecnologias e os desafios para a formação.*, 2015, João Pessoa. *III Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior saberes, tecnologias e os desafios para a formação*. Joao Pessoa: EDUEPB, 2015.

CESARINO, Leticia Maria Costa da Nóbrega: *Anthropology of development and the challenge of South-South cooperation*. *Vibrante, Virtual Braz. Anthr.* [conectados]. 2012, vol.9, n.1, pp.507-537. ISSN 1809-4341. <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412012000100017>.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”; “Poder e diálogo na etnografia: a iniciação de Marcel Griaule”. In: *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. Pp. 17-62; 179-226.

- CORBUCCI, P. Evolução de acesso de Jovens a educação superior no Brasil. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, Abril de 2014.
- COSTA, A. F. M; STUTZ, B. L; MOREIRA, G. O; GAMA, M. M. Sociedade atual, comportamento humano e sustentabilidade. Caminhos de Geografia- revista online: UFU, 5(13) 209-220, Out/2004.
- CUNHA, L.A. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos de Campo, São Paulo, nº13, 2005, p.155-161.
- FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Nordeste do Brasil: interiorização do ensino superior e mobilidade pendular. Trabalho apresentado no VII Congresso de la Asociación Latino Americana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.
- GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: Bela Fieldman-Bianco (org.). A Antropologia das sociedades contemporâneas-metodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 227-267.
- GOHN, Maria da Glória. “As teorias clássicas sobre ações coletivas”. In: Teoria dos movimentos sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola. São Paulo: 1997, p.23-47.
- GOODY, Arlida Schmidt. “Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades”. R.A.E. São Paulo, Mar./Abr. 1995 - v. 35, n. 2, p. 57-63.
- GROSGOUEL, Ramón; FIGUEIREDO, Ângela. Racismo à Brasileira Ou Racismo Sem Racistas: Colonialidade Do Poder E A Negação Do Racismo No Espaço Universitário. Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

GROSSI, Miriam P. “Na busca do outro encontra-se a si mesmo”. In: Trabalho de Campo e Subjetividade. Florianópolis 1992.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra. A política externa do governo Lula: a experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira (Unilab)/Maurício Gurjão Bezerra Heleno.— 2014. CD-ROM 148f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. In: _____. Estar vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JOSÉ, Maria. Festividades do Centenário de Santa Rita de Cássia são iniciadas em Redenção. Diário do Nordeste, Fortaleza, 14 de setembro de 2017. Diário Sertão Central. Disponível em: <https://blogs.diarodonordeste.com.br/sertaocentral/regiao/festividades-do-centenario-de-santa-rita-de-cassia-sao-iniciadas-emredencao/55296>. Acessado em: 24.07.2019.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 52, 2006, pp. 109-132.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. Destinos turísticos e populações nativas: experiência e narrativas de mudança social/Francisco Willams Ribeiro Lopes, orientador: Irllys Alencar Firmino Barreira. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

MACHADO, E. G.; LIMA, E. F; FURTADO, O. V. Urbanização e desafios à política urbana em pequenas cidades: o caso de Redenção, Ceará, no contexto de implantação da UNILAB. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.5, n.1, p.43 – 63, jan./jul. 2017. <https://doi.org/10.23900/2359-1552v5n1>.

MACHADO, E. G.; LIMA, J. O.; OLIVEIRA, N. A.; SILVA, R. B. Cartografar pequenas cidades no nordeste brasileiro – caminhos percorridos. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade. V. 3, N. 11 (2019). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/17656>.

MANZINI, Eduardo J. Entrevista Semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Unesp, 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI->

[Jos%C3%A9-Eduardo-Enteentrevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf](#).

MINAYO M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10a Ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2007.

MINTO, LALO W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. Rev. Bras. Educ. vol.23. Rio de Janeiro 2018 Epub Feb 01, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230011>.

MONTEIRO, Alda S.F. Turismo e mudança social na comunidade do Caraparau Santa Izabel do Pará/Alda Selma Frota; orientador: Armin Mathis. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2003.

MOURÃO, Daniele & CAMARÁ, Márcio. Do outro lado do atlântico. Agência Nacional do Cinema, 2017. Encontrado em: <https://www.facebook.com/pages/O-Outro-Lado-do-Atl%C3%A2ntico/251863115006897?ref=h>.

MOURÃO Daniele E; ABRANTES, Carla S. A. Estudantes Africanos dos PALOP em Redenção, Ceará, Brasil: Representações, Identidades e Poder. MEDIAÇÕES, Londrina, v. 25, n. 1, p. 64-81, jan-abr. 2020.

MOURÃO, Danielle E. “Estudantes cabo-verdianos no Brasil: tensões raciais e ‘reafricanização’”. In: O Público e o Privado (UECE), v. 23, p. 73-90, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Conclusão: Racismo, mestiçagem *versus* identidade negra. In: Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis, RJ: vozes, 1999. Tese (livre-docência) – Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Ives R. T. A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri / Ives Romero Tavares do Nascimento. – 2018. 266 f.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, pp. 287-308.

OLIVA, Anderson R. Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005). Brasília: Universidade de Brasília, 2007 (cap. II e III).

OLIVEIRA, Leandro. OS SENTIDOS DA ACEITAÇÃO: Família e Orientação Sexual no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro, Abril de 2013/tese de doutorado.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. POVOS INDÍGENAS E MUDANÇA SÓCIO-CULTURAL NA AMAZÔNIA. Conferência pronunciada durante a “23ª Anual Latin American Conference” (fevereiro/1973), intitulada “Man in Amazon” e promovida pelo “Center for Latin American Studies”, Universidade da Florida (Gainesville), 1972.

PAIXÃO, L. P.; PEREIRA, T. I; ZAGO, N. Expansão do ensino superior: problematizando o acesso e a permanência de estudantes em uma nova Universidade Federal. UFSC – Florianópolis. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015.

PEIRANO, Mariza. Cap.1 Os antropólogos e suas linhagens; cap.2 A favor da etnografia. In: _____. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINTO, J. M. R. O acesso a educação Superior no Brasil. Educação e Sociedade, v. 25, n. 88, out. 2004, pp.727-756.

PLUTARCO, Flávia; BOTELHO, Delane. A Volta dos Velhos e Bons Tempos: Proposições sobre o Construto Nostalgia na Área de Comportamento do Consumidor. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ – 22 a 26 de setembro de 2012.

RIEDER, Arno. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. Rev. GUAL., Florianópolis, v. 4, n. 3, p.228-247, set/dez. 2011. Encontrado em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/19834535.2011v4n3p228/21990>.

SALES Jr, R. L. Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça/Ronaldo Laurentino de Sales Junior. – Recife, 2006. [Capítulos: 4, 6 e 7].

SILVA, Paloma K. M. Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte. Brasília, DF, 2014.

SIMMEL, Georg (1964). O Conflito como Sociação (Traduzido por Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 10 (30):, dez 2011.

SIMÕES, Regina D. Impactos da pobreza na educação escolar. Revista Brasileira de Educação Básica - Pensar Educação, 2017. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/os-impactos-da-pobreza-na-educacao-escolar/>.

SOARES, Astréia; BARBOSA, Luiz H.; CARVALHO, Vanessa de. África como notícia. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 2009. Disponível em: [https:// http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19405.pdf](https://http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19405.pdf).

SUPERTI, Eliane. Reprodução e Mudança. Considerações sobre o movimento histórico social. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008.

TÉ, Numna. Integração e Diferença: um estudo sobre as interações de estudantes africanos, brasileiros, timorenses e a comunidade de Acarape e Redenção-Ceará, Brasil / Numna te. - Redenção, 2017. 99f: il.

UNILAB. “Diretrizes gerais”, julho 2010. Encontrado em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf. - 02/03/2018.

URIARTE, Urpi M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe, Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, vol.11, 11/2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/24938282-O-que-e-fazer-etnografia-para-os-antropologos.html>. Acessado em: 02.10.2019.

WHYTE, William F. Introdução; Anexo A. In: _____. Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. (p.19-24; 283-363) 85p.

VALE, Alexandre F. C. O Vôo da Beleza: Experiência Transgênero e Processo Migratório. Texto de Apresentação para o 32 Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2008.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: _____. Pesquisas urbanas. Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003 (p.11-19).

VIANNA Jr., Aurélio. Prisão em Lajeado Pepino: uma ação social contra a barragem de Machadinho. Rio de Janeiro: CASAB. 2012.

VIDAL, E. M.; MENEGHEL, S. M.; SPELLER, P. Educação em Território de Vulnerabilidade social: Estudo sobre indicadores de contexto do maciço de Baturité/ce. Disponível em: https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/EloisaMaiaVidal_int_A_GT5.pdf.

VIDAL, E. M.; MOREIRA, A. N. G.; MENEGHEL, S. M.; SPELLER, P. Cenários da educação no maciço de Baturité/Ce: reflexões sobre as políticas públicas de educação na região. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/EloisaMaiaVidal_res_int_BGT5.pdf.

VIEIRA, S. L.; THERRIEN, J.; CARDOSO, A. P. L. B. Educação em um Território de Pobreza: Achados de pesquisa. Disponível em: <http://jacquetherrien.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Educa%C3%A7%C3%A3o-em-um-territ%C3%B3rio-de-poreza-achados-de-ppesquisa.pdf>.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. Dados. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996, p. 63-83.

Sites:

BRASIL. As desigualdades na escolarização no Brasil: Relatório de observação nº 4. 2. ed. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2011. Disponível em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-van-rousseff/publicacoes/conselhos/conselho-de-desenvolvimento-economico-e-](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-van-rousseff/publicacoes/conselhos/conselho-de-desenvolvimento-economico-e)

[social/relatorios/as-desigualdades-na-escolarizacao-no-brasil-relatorio-de-observacao-no-4](#). Acessado em: 17. 10.2018.

BRASIL. Projeto de Lei 7.200/2006 – Lei da Reforma Universitária. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/402692.pdf>. Acesso em: 14.09.2019.

BRASIL. DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO (capítulo III); Seção-I: DA EDUCAÇÃO. In: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acessado em: 16.12.2020.

"Ceará" em Só Geografia. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2007-2019. Consultado em 10/12/2019 às 16:07. Disponível em <http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Estados/Ceara/>. Acessado em: 10.12.2019.

DECLARAÇÃO conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha a 19 de junho de 1999. Disponível em: http://paco.ua.pt/common/bin/Bolonha/Bolonha_Declaracao%20de%20Bolonha.pdf.

Acesso em: 14.03. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), panorama das cidades, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/acarape/panorama>. Acessado em: 10.09.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), panorama das cidades, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/historico>. Acessado em: 10.09.20219.

INSTITUTO LULA. “Perspectiva da unilab é cooperação Internacional Solidária”, novembro 2012; Encontrado em: <http://www.institutolula.org/perspectiva-da-unilab-e-cooperacao-internacional-solidaria-diz-reitor>. 02.09.2019.

IPECE. Indicadores Sociais do Ceará - 2017. Fortaleza, 2018. 74p.: graf. tabs. https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Indicadores_Sociais_2017.pdf. Acessado em: 11.09.2019.

IPECE. Mapa do estado do Ceará, destacando a região do Maciço de Baturité. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-do-estado-do-Ceara-destacando-a-regiao-do-Macico-de-Baturite_fig1_338376639. Acessado em: 15.02.2021.

Lei nº 11.308/87, cria o Município de Acarape, desmembrando de Redenção. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br>. Acessado em: 10.09.2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Education at a Glance 2012 - OECD.org. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/highlights.pdf>. Acessado em: 20.06.2020.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Education at a glance 2015: OECD indicators. OECD Publishing, 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf>. Acessado em: 18.06.2020.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei Nº 10.172. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.html. Acesso em: 30.09. 2019.

UNILAB. História de Redenção, 2013. Disponível em: <https://www.unilab.edu.br/historia-de-redencao-liberdade/>. Acessado em: 29.08.2019.

UNILAB. Feriado estadual de 25 de março lembra abolição da escravatura no Ceará. Disponível em: <http://unilab.edu.br/noticias/2014/03/24/feriado-estadual-de-25-de-marco-lembra-abolicao-dos-escravos-no-ceara/>. Acessado em: 10.02.2021.

UNESCO. Repensar a Educação: rumo a um bem comum mundial. Brasília: UNESCO Brasil, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244670>. Acessado em: 12.08.2020.

UNESCO. “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação” In: Conferência Mundial sobre Educação Superior. Paris, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. 02/03/2018.